



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de história e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Monteiro Lopes

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão-Tenente (T) Ricardo dos Santos Guimarães

Departamento de Publicações e Divulgação

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha
Departamento de Publicações e Divulgação
Ilha das Cobras s/n^o – Centro
20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492
Tiragem: 1.500 exemplares

NAVIGATOR	RIO DE JANEIRO	N.13 V.7	p. 115	2011
-----------	----------------	----------	--------	------



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

CONSELHO EDITORIAL

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt
CC (T) Carlos André Lopes da Silva
CT (T) Ricardo dos Santos Guimarães
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro
1T (T) Daniel Martins Gusmão
1T (RM2-T) Renato Jorge Paranhos Restier Junior
1T (RM2-T) Fabíola Maria da Silva Chagas

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^o) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^o) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Prof.^a Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Capitão-Tenente (IM) Marcello José
Gomes Loureiro

Identidade Visual

Edna Costa

Editoração Eletrônica

Aline Bouzon Crespo
Anna Carolina Marinatto de Mello
Felipe dos Santos Motta
Jean Luiz Maia do Nascimento
Raphael Loureiro Braz

Capa

Aline Bouzon Crespo

Revisão

Denise Koracakis
Donato Barbosa do Amaral
Mauro da Silva

Web Designer

Célia Gutierrez

Coordenação de Projeto

1T (RM2-T) Luiz Cesário Nascimento
1T (RM2-T) Kelly Ibrahim

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.13 (jun. 2011)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2011-
v.7: il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ ICONOGRAFIA E CARTOGRAFIA NO MEDIEVO E NA MODERNIDADE**
- 9 **O Brasil na cartografia pré-lusitana**
Paulo Márcio Leal de Menezes
- 21 **As Ordenações Manuelinas, a tipografia e os descobrimentos: a construção de um ideal régio de justiça no governo do Império Ultramarino Português**
Angélica Barros Gama
- 36 **A África e os africanos nas fabulações cartográficas**
Letícia Destro
- 49 **O espaço cartográfico enquanto escrita do poder**
Thiago Alves Dias
- 57 **A América do Sul na cartografia renascentista**
Maria Márcia Magela Machado
Úrsula Ruchkys
- ARTIGOS**
- 71 **A exortação da guerra – o ideal da cruzada aos infiéis e as conquistas marítimas portuguesas**
Lenora Pinto Mendes
- 76 **Jerônimo de Albuquerque e o comando da força naval contra os franceses no Maranhão**
Armando de Senna Bittencourt
Marcello José Gomes Loureiro
Renato Jorge Paranhos Restier Junior
- 83 **Arquitetura da Base Aérea de Natal na Segunda Guerra Mundial e as mudanças trazidas pelas travessias do Atlântico**
Graciete Guerra da Costa
- 96 **Brasil e o mercado de defesa europeu: uma análise das articulações estratégicas na reestruturação da Base Industrial de Defesa**
Fernanda das Graças Corrêa

RESENHA

111

Brasil, uma cartografia

Vasco Mariz

Resenha de KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIÁVARI, Maria. Brasil, uma cartografia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

DOCUMENTO

113

Carta do Atlântico, abrangendo o Sudoeste da Europa, as costas do Brasil e da África Ocidental

Capa - Flotilha Comandada por Jerônimo de Albuquerque



Concepção artística da força naval, comandada por Jerônimo de Albuquerque, depois Maranhão, filho de português e mãe índia. Essa força naval se formou, em 1613, para combater os franceses que invadiram o Maranhão.

A *Flotilha comandada por Jerônimo de Albuquerque*, de Carlos Kirovsky, é uma aquarela sobre papel de 50cm por 74cm, de 2006. O quadro pertence ao acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



Apresentação

Nos últimos anos, a historiografia tem recorrido, com mais refinamento, à análise de imagens para produção do conhecimento histórico. A cartografia tem merecido assim maior atenção dos historiadores, já que pode se prestar a múltiplos interesses, desde o estudo de rotas marítimas até a expressão de uma determinada visão de mundo, sintetizada no espaço cartográfico. Nesse contexto, esta edição da Revista *Navigator* apresenta o Dossiê *Iconografia e Cartografia no Medievo e na Modernidade*. Ainda que seja constituído por temáticas diversas, seus artigos têm em comum o fato de entenderem mapas e imagens como documentos que comportam narrativas; ou, em outros termos, textos que podem ser lidos e interpretados.

O Dossiê é aberto por Paulo Leal de Menezes, cujo trabalho instiga e sugere novas pesquisas atinentes aos usos do nome Brasil na cartografia medieval. Em seguida, Angélica Barros Gama investiga um conjunto de imagens do Rei Dom Manuel, revelando novas possibilidades para o estudo e compreensão de seu governo. Letícia Destro se detém nas representações cartográficas para explicar os significados assumidos pela África no imaginário ocidental. Já Thiago Alves Dias, a partir de uma carta topográfica, demonstra como os mapas são produzidos com propósitos específicos, podendo, por exemplo, prestar-se a exprimir a grandiosidade do Império português. Encerrando o Dossiê, Márcia Machado e Úrsula Ruchkys perscrutam como os tesouros encontrados no Peru puderam causar anamorfismos contundentes na cartografia renascentista flamenga.

Sobremaneira multifacetada, a seção Artigos é constituída por quatro trabalhos. Lenora Pinto Mendes examina, com originalidade, o teatro de Gil Vicente, relacionando-o à expansão marítima portuguesa. Depois, as ações militares de Jerônimo de Albuquerque e a composição de uma força naval para expulsão dos franceses do Maranhão são motivo de reflexão de Armando de Senna Bittencourt, Marcello Loureiro e Renato Restier. A construção e a arquitetura da Base Aérea de Natal são deslindadas por Graciete Guerra da Costa. Por fim, Fernanda das Graças Correia apresenta suas considerações acerca das articulações estratégicas do Brasil para reestruturação de seu parque industrial de defesa.

A resenha desta edição foi desenhada sob a pena fina de Vasco Mariz, que se debruça sobre o livro *Brasil, uma cartografia*, publicado em 2011, pela Casa da Palavra, de autoria de Paulo Knauss, Claudia Ricci e Maria Chiávári.

Aproveitando-se da temática do Dossiê, publica-se, finalmente, uma carta de 1776, da Biblioteca da Marinha, que abrange o sudoeste da Europa, as costas do Brasil e da África Ocidental, evidenciando como tais partes estavam estreitamente imbricadas.

Classificada como B4 no *Qualis*, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a *Navigator* tem se beneficiado por receber trabalhos de importantes pesquisadores brasileiros, além de mestrandos e doutorandos. Isso permite que, de fato, ela possa publicar pesquisas originais, contribuindo para a ampliação dos estudos de história marítima no Brasil. Boa leitura!

CONSELHO EDITORIAL

Dossiê Iconografia e Cartografia no Medievo e na Modernidade

Paulo Márcio Leal de Menezes

Angélica Barros Gama

Letícia Destro

Thiago Alves Dias

Maria Márcia Magela Machado

Úrsula Ruchkys

O Brasil na cartografia pré-lusitana

Paulo Márcio Leal de Menezes

Possui graduação em Engenharia de Geodésia e Topografia pelo Instituto Militar de Engenharia (1977), graduação em Engenharia pela Academia Militar das Agulhas Negras (1969), mestrado em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (1987) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vice-Presidente para Assuntos Internacionais da Sociedade Brasileira de Cartografia e Vice-Presidente da Associação Cartográfica Internacional.

RESUMO

O nome Brasil é conhecido praticamente desde o século XII, citado nos mais diversos documentos legais, pautas aduaneiras e listas de comércio, principalmente na Itália e França antigas. Como um topônimo, o nome Brasil está presente em referências cartográficas pelo menos desde 1325, em um mapa devido ao cartógrafo genovês Angellinus Dalorto, vindo a se repetir a sua representação extensamente até o século XV, sem estar relacionado com as novas descobertas ocorridas sobre o novo Continente, principalmente em documentos elaborados por cosmógrafos de origem italiana e catalã. As pesquisas mostram e uma extensa bibliografia cita a existência de referências cartográficas do topônimo, principalmente como uma ilha com nomes segundo uma variedade de grafias, entre eles: Brazil, Berzil, Bracie, Brasil, Bracir, Brasill, Brezill, Brazail. Este trabalho tem por objetivo mostrar a cartografia pré-lusitana, com suas referências ao Brasil e os locais onde podem ser acessadas para estudo. Serão mostrados os principais fatores que vieram a influenciar a cartografia portuguesa, imediatamente após o descobrimento. Por outro lado pretende-se divulgar e informar sobre esta área da pesquisa histórico-cartográfica, como uma motivação para uma nova geração de pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia histórica pré-lusitana; nome do Brasil; ilhas místicas

ABSTRACT

The name Brazil is known almost since the twelfth century, quoted in various legal documents, lists of tariffs and trade, mainly in Italy and France ancient. As a place name, the name is present in Brazil cartographic references from at least 1325, on a map due to the Genoese cartographer Angellinus Dalorto coming to repeat its representation widely until the fifteenth century, without being related to the new discoveries that have occurred over the new continent, especially in documents prepared by cosmographers of Italian and Catalonia. Research shows and an extensive bibliography cites the existence of the toponym cartographic references, mainly as an island with names on a variety of spellings, including: Brazil, Berzil, Brace, Brazil, Brace, Brasillis, Brezill, Brazail. This paper aims to show the mapping pre Lusitanian, with its references to Brazil, where they can be accessed for study. This will show the main factors that were to influence the Portuguese cartography, immediately after discovery. On the other hand aims to promote and inform about this area of historical and cartographic research, as a motivation for a new generation of researchers.

KEYWORDS: historical cartography pre Lusitanian; name Brazil, mystical islands



I – INTRODUÇÃO

A história do uso do nome Brasil como um nome geográfico possui teorias diversas sobre suas origens. Geograficamente, quando surge em mapas, a partir do século XIV, apresenta algumas peculiaridades, não tendo sido colocado sobre um único e mesmo território, como a grande maioria dos demais nomes geográficos. Por outro lado, não foi dado por ser um caso de crescimento do conhecimento natural de uma área. Assim foi aplicado a diferentes territórios, os quais apresentavam uma maior ou menor extensão.

A cartografia anterior ao descobrimento é rica em representar uma certa *Ilha Brasil*, com algumas variações de nomes e em lugares diversos, ao longo do Oceano Atlântico desde 1325, com o mapa de Angellinus Dalorto, um cartógrafo genovês. Diversos outros mapas vêm a representar a mesma ilha, porém muitas vezes misturando sua representação com as chamadas ilhas místicas, onde, entre elas, está uma ilha também chamada Brasil. Das ilhas místicas, proveem histórias assombrosas, de aventuras, deuses e castigos. Algumas estão intimamente ligadas ao Brasil, mesmo tendo surgido algumas centenas de anos antes de seu descobrimento.

Sobre o nome Brasil, no entanto, as diversas teorias mostram, inclusive, que suas referências em documentos comerciais e legais são muito mais antigas do que nas representações cartográficas e praticamente ligam o nome à madeira e à tintura dela extraída, mercadoria conhecida desde praticamente o século XII. Neste trabalho, serão apresentadas as teorias mais correntes sobre o nome Brasil.

II – AS ILHAS MÍSTICAS

O conhecimento do Mundo antes dos descobrimentos de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral apresentava um grande vazio entre a Europa e a Líbia, em uma direção, e Cipango e Cataio (Japão e China), entre o Extremo Oriente e o Ocidente. Evidentemente que o imaginário sobre o desconhecido apresentava-se muito fértil entre

geógrafos, cartógrafos, cosmógrafos, navegadores e todos aqueles que se aventurassem no Mar Atlântico desconhecido, criando-se lendas, estórias, crenças e tradições, que povoavam de alguma forma este vazio.

A última terra conhecida a Oeste era a Bretanha, incluindo-se a Irlanda. Para além o desconhecido *Mare Tenebrosus* dos romanos e *Oceano Defeso* dos gregos. As Ilhas do Mar Tenebroso eram imaginadas, marcadas e mapeadas, além da Bretanha e tinham, em sua rota, demônios, tempestades, bem como castigos dos deuses eram impingidos aos navegadores que se atrevessem a tentar alcançá-las.

Os mapas representam o espaço conhecido e eles, nessa época, mostravam claramente, que este mundo conhecido partiu de um núcleo central, tido pelo Mar Mediterrâneo, estendendo-se para toda a Europa, Oriente Médio, Ásia e Norte da África. Os mapas de Eratóstenes (180a.C.), Ptolomeu (180d.C.), al-Idrisi (1150d.C.) mostram perfeitamente este pressuposto, conforme pode ser visto nas Figuras 1, 2 e 3.



Figura 1 - Mapa de Eratóstenes



Figura 2 - Mapa de Ptolomeu



Figura 3 - Mapa de al-Idrisi - orientado pelo Sul

Refutavam-se nesta época alguns conceitos, tais como a esfericidade terrestre, a existência de antípodas, porém admitia-se a existência de uma Atlântida, segundo Platão, e marcado o lugar de seu afundamento, pelo Mar de Sargaços, destruída pelo fogo e pelas águas em castigo imposto pelos deuses. Segundo Teopompo de Chios, contemporâneo de Alexandre, o Grande, no Potente localizava-se a região de *Meropes*, ou *Merópida*, cujas fontes forneciam a juventude, para quem bebesse de suas águas. Para além dessa região encontrava-se o *Anostos* ou o abismo, na expressão do Anônimo de Ravena, o "ermo só conhecido por Deus e o fim do espaço do mundo" (SCHNETZ, 1940).

A antiguidade revela-se crente na existência destas regiões e os relatos de Aristóteles em *De Mirabilibus Auscultationibus* e de Scylax de Caryanda, em *Periplo*, descrevem a saga dos cartagineses de Cadiz, na busca de *Meropes*, terminando por encontrar o Mar de Sargaços, por onde não conseguiam navegar devido à vegetação marinha. O medo pelo *Anostos*, os fazem retornar a Cadiz.

Plutarco por sua vez cita a existência de uma "terra ocidental". As Ilhas *Oestruminas* ou *Estriminas* são citadas por Strabon em sua *Geographia*, após terem sido descobertas pelos cartagineses em outra viagem,

após conseguirem realizar a travessia do Mar de Sargaços.

Inúmeras referências às terras ocidentais podem ainda ser encontradas em obras de Seneca, de Piteas o marselhês, onde uma grande parte é descrita na forma de ilhas misteriosas. Cada uma dessas ilhas apresenta-se sempre cercadas de crenças e lendas, estabelecendo-se um imaginário fantástico sobre o desconhecido Mar Tenebroso, local onde eram elas descritas. Devido a sua existência dentro desse imaginário, a identificação das ilhas é uma tarefa difícil, pois a grande maioria não teve na realidade, uma existência real e comprovada. Cortesão (1971, p 56-59) apresenta uma relação de mapas, com diversas ilhas identificadas nas costas da África, entre 1325 e 1400.

A existência de algumas dessas ilhas foram confirmadas, servindo como um patamar para a ampliação do conhecimento do espaço geográfico da época. Outras, no entanto, nunca foram encontradas ou alcançadas. Algumas, segundo as lendas, se escondiam dos navegantes, mas estavam todas descritas, quer em documentos, quer em mapas.

A cartografia medieval e renascentista procurava perpetuar as crenças, lendas e possíveis tradições da Atlântida, cuja história era passada pelos egípcios falando sobre seu passado, a qual foi também imortalizada por Platão.

Al-Idrisi pressupunha a existência de 27 mil ilhas, espalhadas pelo Mundo conhecido (BARROSO, 1941), porém, as mais importantes, as que eram mais envolvidas por lendas e histórias fantásticas e, assim, perseguidas para serem conhecidas, eram cerca de 30: *Antília*, *Stocafixa*, *Man Satanaxio*, *Salomão*, *Mariéga*, *Drogeo*, *Não Encontradas*, *São Brandão*, *Do Oro*, *Cabreira*, *da Ventura*, *Górgodas*, *Eternas*, *Sanzorzo*, *do Corvo Marinho*, *Yma*, *do Homem e da Mulher*, *Fortunadas*, *das Sete Cidades*, *Essores*, *Montrorio*, *dos Pombos*, *Verde*, *Tibias*, *Tausens*, *Mayda*, *Cerne* e *do Brasil*.

Aqui serão citadas apenas aquelas que se relacionam com o nome Brasil, procurando se estabelecer a sua relação, com uma breve descrição. A Ilha de *São Brandão* e evidentemente a Ilha *Brasil* serão os maiores destaques.

A *Antilia* é representada com uma configuração típica, quase retangular, que a diferencia de praticamente todas as demais. Suas representações no Mapa da Biblioteca de Weimar, de 1424, Pizigano de 1424, de Andrea Bianco, de 1436 e no globo de Martin Behaim, de 1492, vem a perpetuar e confirmar a tradição de Atlântida.

A origem do nome provém de uma deformação do vocábulo Atl/An/Tis, segundo Rudolf Cronau, em sua obra *Amerika*. Por outro lado, uma outra vertente apresenta sua origem como simplesmente sendo uma ilha anterior – anteilha, o que é em parte confirmado, como o anúncio das Antilhas, encontradas por Colombo, antes de atingir o continente americano. Esta visão decorre de um conceito dos antigos geógrafos de que a proximidade de um continente era prenunciada por uma cortina de ilhas ou por uma grande ilha isolada.

A existência de *Antilia*, que muitas vezes é citada como sendo também a *Ilha das Sete Cidades*, é espalhada na Europa, no século XIV, devido aos portugueses. Há uma versão de que o piloto Alonso Sanchez de Ullôa, após uma tempestade, dando em costas desconhecidas do Oeste, passou esta informação a Cristóvão Colombo (BARROSO, 1941).

As ilhas *Não Encontradas* ou *Nunca Encontradas* apresentavam uma característica de fugir quando da aproximação dos navegadores, que as percebiam apenas em vultos anuviados ao horizonte. O nome advém das Ilhas Errantes da antiguidade clássica, as quais eram visíveis através de miragens. A mitologia grega apresenta tais ilhas, pela saga de Jasão e sua navegação pelas ilhas Errantes.

A Ilha de *São Brandão* é enumerada também como uma das Não Encontradas, uma vez que era sempre citada e procurada pelos navegadores, porém jamais foi encontrada.

A história de São Brandão inicia-se em torno de 565 d.C., com suas viagens de peregrinação e evangelização, uma lenda celta do século IX. Cita a lenda, a existência de ilhas paradisíacas, infernais e promissoras, as quais vão sendo descobertas e servindo-lhe de morada durante sete longos anos. Identificam-se muito das ilhas descobertas, com as Ilhas Canárias, Ma-

deira e Cabo Verde. Porém a de São Brandão nunca foi identificada.

A lenda de São Brandão chega a Portugal no século XIV, pela referência da descoberta de uma nova terra denominada de *Ilha do Brasil de Brandam*, através de provas concretas da Expedição do Capitão da Real Armada Portuguesa Sancho Brandão.

Esta expressão *Brasil de Brandam* vem a caracterizar uma possível origem celta. Na língua celta, a *Terra Repromissionis Sanctorum*, descrita nas versões em latim da lenda textual *Peregrina tio Sancti Brandani*, é denominada por *Ho Brasile* ou *Hy Brassail*, que significa terra feliz, terra da felicidade ou terra da promessa, descoberta por *Brennam* ou *Brandão*. Dessa forma é mostrada uma ligação existente, podendo ser vista de uma forma pretensiosa ou mesmo fantasiosa, mas ficaria para todos os efeitos, como o *Brasil de Brandão*.

A Ilha de São Brandão talvez tenha sido a mais representada na cartografia antiga. O mapa de Hereford, elaborado por Richard of Haldingham no século XIII, entre os anos de 1275 e 1280, apresenta pela primeira vez o nome de *Sant Brandan*. Com variações no nome, de *Sand Brendan*, *San Brandan*, *Saint Brandon*, até o termo completamente corrompido de *Zamborondom*, e também variações em relação ao lugar de representação, tornará a ser encontrada nos mapas de Angelino Dulcert – 1339, Pizigani – 1367, Beccario – 1426 e 1435, André Bianco – 1436 e 1448, Pareto de 1455, Benincasa – 1482, Globo de Martin Behaim – 1492. Algumas das representações associavam a ilha a alguma outra já conhecida, tais como as Ilhas Canárias, Açores ou mesmo Cabo Verde. A Figura 4 apresenta o mapa de Hereford e o destaque da Ilha *Fortunate di Sant Brandanis*.

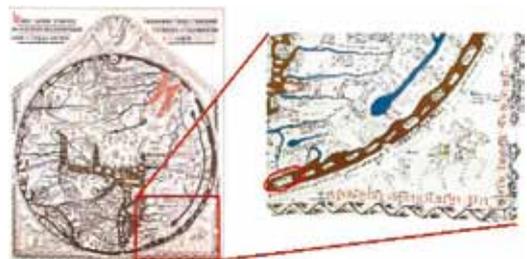


Figura 4 - Mapa de Hereford - 1290

Gustavo Barroso faz referência sobre a existência de uma missiva enviada por Pedro Álvares Cabral ao Rei de Portugal, Dom Manuel, o Venturoso, encontrada entre os pertences de Lord Stuart. O descobridor se refere à nova descoberta, como a *Terra Nova onde chantara a Cruz como aquela que os antigos chamavam S. Brandam ou Brasil*.

Destá forma, se verifica que existia uma curiosa aproximação entre o significado da palavra Brasil com a ideia de uma Terra da Promissão ou de Terra da Felicidade e que hoje é sugerida como umas das teorias sobre a origem do nome e a terra descoberta.

III – A ILHA BRASIL – O BRASIL NA CARTOGRAFIA DOS 300

As referências ao nome Brasil em documentos escritos são muito mais antigas do que a época de sua consolidação como nome do País. Como um topônimo ou nome geográfico, representado em mapas, surge em épocas também bastante anteriores ao descobrimento das terras portuguesas na América.

Diversos estudos e uma extensa bibliografia citam a existência de referências cartográficas, associadas principalmente a uma ilha, com nomes grafados segundo uma diversidade de formas, encontrando-se *Brazil*, *Berzil*, *Bracie*, *Brasil*, *Bracir*, *Brasill*, *Brezill*, e outras relacionadas às ilhas místicas do Mar Tenebroso. Desde o século XIV, assinaladas por cartógrafos tão famosos na época, quanto foram Abraham Ortelius e Gerhard Mercator, de uma forma impressionante essas representações atravessam o tempo e perduram praticamente até o fim do século XVI e início do século XVII.



Figura 5 - Mapa de Angelino Dalorto e a Ilha Brasil

Reminiscência dessas representações, ou não, hoje em dia, pode ser encontrada a Sudoeste da Irlanda, onde alguns rochedos, de pequena extensão, são conhecidos como Brazil (CORTESÃO, 1954; CORTESÃO, 1969 a).

A primeira representação que se tem notícia da Ilha de Brasil é encontrada no mapa do cartógrafo genovês Angelinus Dalorto, datado de 1325, pertencente à Coleção Príncipe Corsini, da Biblioteca de Florença, Itália. A aparência de sua representação é aproximadamente circular, com uma área considerável, em relação às demais áreas conhecidas representadas. Situa-se no Oceano Atlântico a Sudoeste da atual Irlanda (MARQUES, 1987). De forma idêntica é representada no mapa de Angelino Dulcert, que provavelmente é o mesmo Dalorto, devido às características do mapa, datado de 1339, pertencente à Biblioteca Nacional da França, Paris, bem como no mapa de Laurenziano-Gaddiano de 1351 (MARQUES, 1987, p. 48-49).

O mapa-múndi catalão de 1350, anônimo, a semelhança dos exemplos citados anteriormente, posiciona a Ilha de Brezill próximo à costa da Irlanda. Já o Atlas Médici, de 1351, representa a Ilha Brasil nas proximidades da costa da Península Ibérica, sob o nome de *Insula de Brazi*. Da mesma forma, o planisfério de Soleris, de 1385, mantém a ilha na mesma posição e com o nome idêntico. A Figura 5 mostra um trecho do mapa de Dalorto, com destaque da Ilha Brasil.

A cartografia dos anos subsequentes possui um aspecto no mínimo curioso, apresentando a Ilha Brasil em posições diferentes, muitas vezes até simultaneamente, o que certamente causa uma grande confusão, em termos de associá-la a uma provável posição real. Por exemplo, o mapa de Pizigano, de 1367, existente na Biblioteca de Parma, registra três Ilhas Brasil, sob o topônimo *Insula de Bracir*, (Figura 6), uma a Nordeste dos Açores, uma a Oeste e outra ao Sul da Irlanda. Esta última, segundo leitura do cartógrafo francês Phillippe Buache, é identificada pela designação de *Ysola de Mayotlas Seu de Bracir*. Por mais estranho que pareça, o termo "Mayotlas", provém de um dialeto maia, falado no México pré-colombiano e que designa a América ou, no caso, a ilha mística do Brasil

(BARROSO, 1941, p. 100; MARQUES, 1987, p. 49-50). Em outros mapas, a expressão *Ysola de Mayotlas Seu de Bracir* sofre uma alteração, para *Ysola de Montonis Sieue de Bracir*. (BARROSO, 1941, p. 100-102).

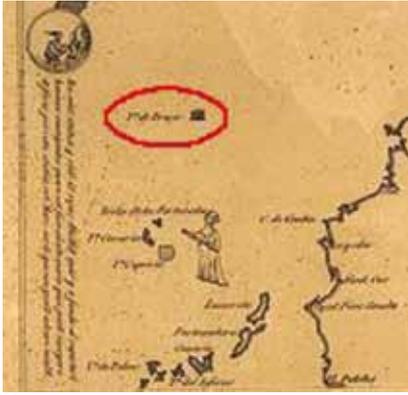


Figura 6 – Trecho do Mapa de Pizagano de 1367, mostrando a ilha de *Braçir* a NO dos Açores. Atlas do Visconde de Santarém

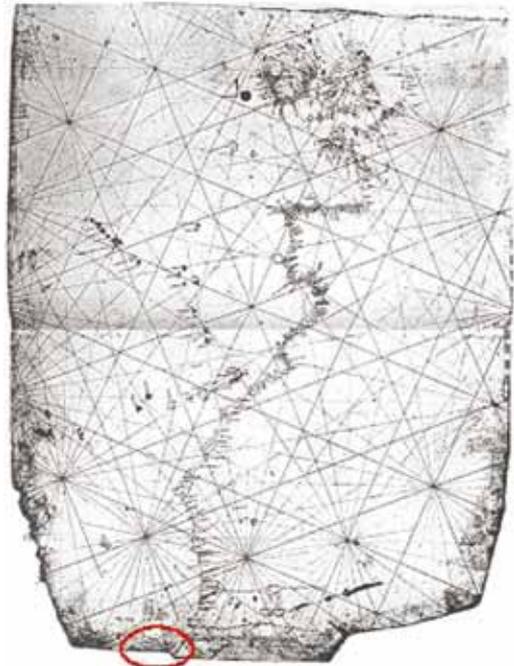


Figura 7 – Carta de Andrea Bianco de 1448 – Original

Os mapas anônimos catalães de 1375 e 1384, existentes na Biblioteca Nacional de França, Paris, respectivamente apresentam a Ilha Brasil com uma forma geométrica diferenciada das demais, convertendo-a de uma forma circular, para uma forma anelar, onde no centro estão representadas uma lagoa e nove ilhas.

Andrea Bianco, navegador e cartógrafo italiano, considerado como pertencente à Escola de Sagres, devido a inclusão do Mar de Sargaços em seu mapa de 1436, registrou a Y. de Brazil ao Sul do arquipélago de Cabo Verde. Em outro mapa, datado de 1439, também elaborado por Bianco, é indicada, na extremidade oriental do Oceano Atlântico, a Ilha de Brazil, próxima a outra, denominada Ilha da Antilia, e, ainda, a uma terceira ilha, com o nome de La Isla de La Mano Satanaxio, uma das ilhas místicas. No entanto, a posição destas ilhas, neste mapa, é identificada como o arquipélago dos Açores. Importante, segundo Cortesão (1954), é a identificação do Mar de Sargaços (*questo xe mar de baga*), por mostrar quão longe já estavam os portugueses navegando (CORTESSÃO, 1954, p. 6-8; MARQUES, 1987, 1994, p. 94-97). As Figuras 7 e 8 mostram a carta de Andrea Bianco de 1448.



Figura 8 – Carta de Andrea Bianco de 1448 – Realce

A carta de Andrea Bianco desenhada em Londres em 1448, possivelmente após passagem por Lisboa, para obter informa-

ções, mostra pela primeira vez os descobrimentos portugueses para além do Cabo Bojador e Ilhas Canárias. Também apresenta interesse devido às referências sobre possíveis conhecimentos portugueses relacionados ao Ocidente. Nela, encontra-se uma nota, junto a terras a Sudoeste do Cabo Verde, que diz: *ixola otinticha xe longa a ponente 1500 mia*, ou seja, uma ilha autêntica que fica a 1.500 milhas para Oeste. O que é curioso é a preocupação de Bianco, é maior em afirmar que a ilha é autêntica, logo real e existente, do que nominá-la, talvez para distingui-la de algumas das ilhas místicas. Essa inscrição vem sendo objeto de estudos e discussões, pois pode ser uma representação incipiente do Brasil (CORTESÃO, 1954, p. 10-11; ADONIAS, 1970, p. 89; MARQUES, 1987, p. 94-95). Trata-se, portanto, de mais uma possibilidade de um conhecimento anterior das terras descobertas em 1500, que apesar de já ter sido discutido por alguns historiadores, não se tem uma conclusão sobre o assunto. A Figura 9 mostra o detalhe da posição da *Ixola*.

O mapa elaborado em Veneza por Fra Mauro, frade cartógrafo italiano, a serviço de Dom Afonso V, Rei de Portugal, entre 1457 e 1459, a pedido do Infante Dom Henrique, para a Escola de Sagres, com a colaboração de Andrea Bianco, (ADONIAS, 1970; FALCHETTA, 2006), volta a representar a *Ilha Brasil* próxima a costa Sudoeste da Irlanda, apresentando uma nota explicativa, onde se pode ler: *Queste isole de Hibernia son dite fortunate*. Na tradução: a Ilha Brasil era uma das famosas ilhas afortunadas, que, durante séculos, estiveram presentes na imaginação dos navegadores (FALCHETA, 2006, p. 579-580).



Figura 9 – Posição da ilha de Andrea Bianco.

A carta de Gracioso Benincasa, pertencente à Biblioteca da Universidade de Bolonha, foi elaborada na cidade de Ancona, em 1482. Pertencente ao Atlas Kretschmer, é praticamente idêntica ao mapa elaborado por Pietro Pareto, em 1455, deste diferindo por representar a Ilha de *Saluaga* ou *Salvagio*, também uma das ilhas místicas de menor importância (BARROSO, 1941; MARQUES, 1987). A Ilha de Braçill é representada como a terceira ilha, após a *Insulae Fortunati de Sancti Brandani*. A aparência desses mapas é traduzida como uma tentativa de apresentar de uma forma coerente e organizada os arquipélagos das Ilhas Canárias, Açores e Madeira. Em mapas anteriores, como o do mesmo Benincasa, de 1471, todas as ilhas têm exatamente a mesma representação, como pode ser observado nos fac-símiles pertencentes ao Atlas do Visconde de Santarém. Ainda em 1508, Gracioso Benincasa apresenta outro mapa, no qual reaparece o nome Montonis, ao longo da costa irlandesa, em grande destaque. As reproduções deste mapa referem-se a *La mítica isla Brasil* (SANTARÉM, 1841). A Figura 10 mostra um trecho da carta de 1471 de Gracioso Benincasa, com as Ilhas de *Braçill* e *Fortunati Sancti Brandam*.

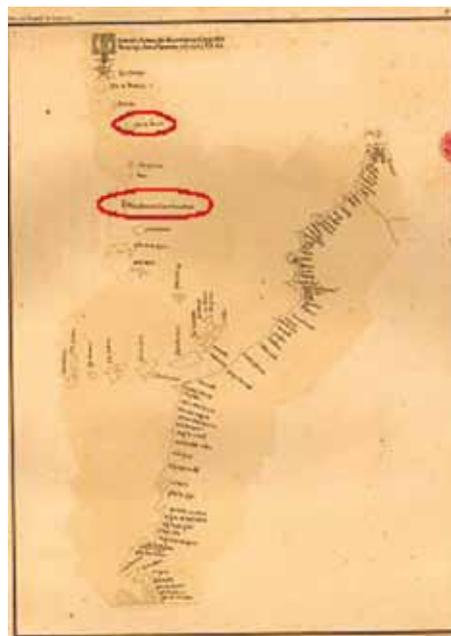


Figura 10 – Trecho da carta de Gracioso Benincasa – 1471 – Atlas do Visconde de Santarém – 1841

O globo de Andre de Behain, de 1492, efetivamente feito antes do descobrimento da América, representa claramente a Insula de Prazil junto à costa Irlandesa. Este globo foi construído em terras germânicas, enquanto ainda Cristóvão Colombo efetuava a sua viagem ao Novo Mundo.

IV - O NOME BRASIL – ORIGENS

As propriedades e a utilização do pau-brasil na produção de uma tintura vermelha, empregada para tingir tecidos, já era muito conhecida e difundida algumas centenas de anos antes dos grandes descobrimentos realizados por Portugal, a partir do século XV. Uma das riquezas da segunda dinastia Song (960 a 1279 d.C.), na antiga China, era o sappan ou sapang, nome malaio do pau-brasil, que era então retirado da Ilha de Java, na Indonésia atual, segundo Gabriel Ferrand (1922).

Referências ao comércio do pau-brasil podem ser encontradas também em uma série de documentos, principalmente em antigas pautas alfandegárias e forais governamentais, remontando aos séculos XII, XIII e XIV. De 1151, encontra-se um documento escrito em latim bárbaro, uma ordem de pagamento do arcebispo de Gênova a Filipe de Lamberto Guezzi, mencionando que uma quarta parte do pagamento seria realizada *in brasilem*. De 1194 é conhecido um documento, também escrito em latim bárbaro, versando sobre um tratado de paz celebrado entre os governos de Ferrara e Bolonha, referindo-se ao pagamento por carga muar, “de todos os panos de algodão, pedra hume, de grã e de brasile”. Além desses, outro documento, datado de 1198, denomina a tinta vermelha de braxilis. Esses termos, brasilem, brasile e braxilis, são então formas de referências, bastante antigas, atribuídas ao pau-brasil (CÂNDIDO, 1922).

Muratori (1739), em seu tratado sobre antiguidades da Idade Média, acrescenta para a mesma época abordada, o século XII, as variantes bressil, brassily e bressili. Em pautas aduaneiras de Modena, estas já datadas de 1316, podem ser observadas outras variações, em termos de brezil, bre-cillis, brazilis e brazili, todas relacionadas

ao pau-brasil ou ao seu produto derivado. Com o nome de brasil, desde o século XV, a árvore é conhecida em Portugal, uma vez que, em 1470, consta da relação de drogas e especiarias exposta em uma carta régia de Dom Afonso V. Já na América portuguesa, a partir de 1504, o pau-brasil foi muito explorado. Incurções em busca desse produto, tais como a do francês Goneville, pelas costas de Cabo Frio, praias e ilhas da atual Baía de Guanabara, em lugares onde os lusos não tinham ainda se estabelecidos, eram comuns e frequentes. Como esse corsário, outros normandos e bretões, partindo de portos da França, aqui aportavam, com o objetivo principal de extrair e comercializar o pau-brasil na Europa.

Observa-se que *pau-brasil* é o nome genérico dado a várias espécies de árvores do gênero *Caesalpinia*, presentes na região de Mata Atlântica brasileira, mais especificadamente a *Caesalpinia echinata* Lam. Motivadora do fitotopônimo, que deu o nome geográfico ao País, essa planta era abundante na época da chegada dos portugueses. Hoje, quase extinta, só é encontrada em jardins botânicos, em parques nacionais ou de forma bastante pontual no território brasileiro, apesar de ainda haver um pequeno comércio ligado à exploração de sua madeira.

Embora se saiba que a origem do nome pau-brasil é portuguesa e que se trata de uma riqueza explorada milenarmente, a etimologia do nome BRASIL preocupa pesquisadores desde o século XVII. São diversas as hipóteses sobre a formação desse nome e algumas das quais bastantes controversas, porém como não são o objetivo principal deste capítulo, serão apresentadas apenas para dar apoio a algumas das análises da cartografia histórica, realizadas em informações anteriores aos Quinhentos, em razão da representação do nome Brasil.

A existência de um grande conjunto de hipóteses e discussões sobre a origem etimológica do nome Brasil faz desta pesquisa linguística histórico-cartográfica ser apaixonante e profunda. Algumas destas hipóteses serão examinadas, procurando apresentar o conjunto mais representativo (CINTRA, 1921; CÂNDIDO, 1922; BARROSO, 1941).

Uma das hipóteses, e talvez a mais aceita, caracteriza a origem do nome geográfico Brasil, ao fitotopônimo pau-brasil, com uma predominância na sua etimologia, do substantivo brasa, de origem germânica, por que é vermelha, cor de brasa, a madeira que fornece a tintura. Não obstante, Du Cange, filólogo e historiador francês, em 1678, propõe que o nome é oriundo do português brasa (CINTRA, 1921).

Outras hipóteses associam o termo brasil a palavras indígenas, do tupi, tais como: *ibira-ciri*, significando pau erigido, atribuído ao filólogo paulista Bernardino Ferraz de Campos em 1896; *paraci*, com o significado de mãe do mar ou mãe d'água, segundo Barbosa Rodrigues, antigo diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1867; e *mbira-piranga*, *imbira-piranga* e *embita-pitanga*, denotando pau-vermelho, proposta formulada por Basílio de Magalhães, professor e jornalista mineiro em 1940. Este autor também apresenta outra teoria, pela qual os termos em sânscrito *bradshita*/*bradsita*, adjetivos, significando luzente, ou pelo verbo *Bhras*, significando luzir, poderiam ser considerados como origem do nome brasil. (CINTRA, 1921; CÂNDIDO, 1922, BARROSO, 1941).

A hipótese defendida por Francisco Adolfo de Varnhagen apresenta o nome em questão como oriundo do termo toscano *verzino*, derivado do veneziano *versa*, com o significado de lasca, nome dado aos pequenos pedaços de pau-brasil por genoveses na Idade Média. Deriva-se daí: *carga di verzi*, *carga di verzino*, *carga di verzi de brasili*, *carga di verzini de brasili*, a partir de onde se teria derivado o termo *brasile*. A de Antônio de Souza Coimbra assinala a origem no termo aríaco *parasil*, que significa terra grande, considerando a existência do radical *para*, presente em um bom número de palavras portuguesas (Paraná, Paraguai), que teria gerado *parasili*, contraído para Brasil (CINTRA, 1921).

O termo árabe *wárs*, traduzido por cúrcuma, um tipo de planta corante, é hipótese de Meyer-Lübke, ao início do século XX, como predecessor e origem do toscano *verzino*, já apresentado anteriormente.

O verbo grego *brázein*, traduzido por ferver, é a proposta de Francisco Magalhães Castro, professor de História e Língua Portuguesa (CÂNDIDO, 1922). Para o autor, surge daí a grafia Brazil. Por sua vez, Zeferino Cândido (1922) apresenta uma variante dessa hipótese, considerando a palavra genovesa *brazi*, também com o significado de pau-brasil.

As palavras irlandesas *Hy-Brassail*, *Hy Barzail*, *Ho Brasile*, nominando uma ilha do Oceano Atlântico, cartograficamente presente em inúmeros mapas antigos, é a tese de O'Connor Daunt, de 1848 (CINTRA, 1921).

No entanto, Brasil como nome da madeira – *Ceasalpínia Sappan*, no Oriente, ou *Caesalpínia echinata* Lam., no Ocidente, nada teria a ver com o nome da Ilha Brasil, cujo nome tem raízes célticas sendo formado em sua etimologia por dois componentes gaélicos *breas* e *ail*, que por sua vez teriam o significado de “nobre” ou “bem-aventurado”. Sua origem estaria associada à Bressal, filho do primeiro rei cristão de Thormond, o qual por volta dos anos 480-500 teria andado em missão nas Ilhas de Aran, recebendo depois o nome de São Breacan (MICELLI, 2002, p.). O nome da ilha ainda poderia ser determinado pela palavra celta *brea-sail*, traduzida por príncipe, e conotada pela roupa vermelha, vestimenta corrente dos fidalgos da época, segundo Monsenhor Fergo, eminente religioso, professor e estudioso, ao final do século XIX (BARROSO, 1941).

Francisco de Assis Cintra, historiador, em 1921 sugeriu que a origem estava na palavra germânica *bras(a)*, traduzida por carvão ardente e aderente ao Brasil com s. O provençal *Brezill*, traduzido por coisa fragmentada, com base em Friedrich Diez, é a hipótese devida a Cândido Lago, em 1929. Já para João Ribeiro e Antenor Nascentes, a origem está na palavra francesa *brésil*, a qual também possui significado do próprio pau-brasil (CINTRA, 1921; BARROSO, 1941).

Através desta diversidade de possíveis origens, pode-se verificar que a grande maioria delas gira em torno da associação direta com a madeira pau-

-brasil, que, no início do período pré-colonial brasileiro (1500 a 1530), teve uma intensa exploração, nas terras recém-chegadas pelos europeus. Logo a associação do nome da madeira ao nome da Colônia de Portugal é irrefutável.

V – CONCLUSÃO

Este trabalho na realidade tem por objetivo fazer um resgate histórico da cartografia pré-portuguesa e de suas referências em relação à presença do nome Brasil e seus derivados em suas representações.

Apesar de amplamente estudado por algumas gerações de cartógrafos e geógrafos, hoje em dia está praticamente esquecida,

porém em franco crescimento pela geração atual. Então se coloca como um incentivo para que sejam renovadas as pesquisas neste tema.

A aparência de ser um tema esgotado não é verdade. Existem ainda milhares de documentos que podem ser analisados e que podem ainda clarificar muito da história pré-descobrimento e a cartografia pré-portuguesa. Respostas às questões da influência catalã e italiana e praticamente o aparecimento da cartografia dita portuguesa após os grandes descobrimentos.

Fica então o desafio para jovens pesquisadores, para que se dediquem à temática, tendo em vista que grandes surpresas podem ainda acontecer.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J.C. *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, M. Orosco &C. 1907.

ADONIAS, I., 3ª Aula: A Cartografia Vetustíssima do Brasil até 1530, In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol 287, p 77-132, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

ADONIAS, I., *MAPA: Imagens da Formação Territorial Brasileira*, Salvador, BA, Fundação Emilio Odebrecht, 1993.

BABCOCK, W. H., *Legendary islands of the Atlantic; a study in medieval geography*, New York, American Geographical Society, 1922.

BABCOCK, W.H. The Island of the Seven Cities. *Geographical Review*. Vol. 7, No. 2 (Feb., 1919), p. 98-106. American Geographical Society. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/207775>. Acesso em 25/03/2010 11:14.

BARROSO, G. *O Brasil na Lenda e na Cartografia Antiga*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1941.

BENEDICT, R. D., The Hereford Map and the Legend of St. Brandan, *Journal of the American Geographical Society of New York*. Vol. 24 (1892), p. 321-365, New York, American Geographical Society, 1892.

BROWN, L. A. *The Story of Maps*. Little, Boston, Brown and Company, 1949.

- CÂNDIDO, Z. Brazil. Instituto Histórico. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 404 p. 1922.
- CANTARINO, G. *Uma Ilha Chamada Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Muad, 2004.
- CINTRA, F.A. *Nossa Primeira História*. Edição da Revista do Brasil, São Paulo, Monteiro Lobato & C. 1922.
- CINTRA, F.A. O Nome BRASIL (com S ou com Z?). Edição da Revista do Brasil, São Paulo, Monteiro Lobato & C. 1921.
- CORTESÃO, A. *The Nautical Chart of 1424, and the early discovery and cartographical representation of America; a study on the history of early navigation and cartography. With a foreword by Maximino Correia*. Coimbra, University of Coimbra, 1954.
- CORTESÃO, A. *History of Portuguese Cartography*, Vol I, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969a.
- CORTESÃO, A. *History of Portuguese Cartography*, Vol II, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969b.
- CORTESÃO, A. *Esparsos II Curso de História da Cartografia-1964*. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis. 1975.
- CORTESÃO, A.; MOTA A. T., *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1968.
- CORTESÃO, J. Curso de História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil. Notas de aula não publicadas. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1944.
- CORTESÃO, J. História da Cartografia do Brasil (Séculos XVI a XVIII). Notas de aula não publicadas. Rio de Janeiro, Curso de Mapoteconomia, Instituto Rio Branco, 1944.
- CORTESÃO, J. Curso de História da Cartografia Política do Brasil. Notas de aula não publicadas. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1945.
- CORTESÃO, J. *Obras Completas 11 - História do Brasil nos Velhos Mapas*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2009a.
- CORTESÃO, J. *Obras Completas 11 - História do Brasil nos Velhos Mapas*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2009b.
- CORTESÃO, J. *Obras Completas 7 – A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.
- CRONAU, R., (1855-1939) *Amerika. Die Geschichte seiner Entdeckung von der Alttesten bis aus die Neueste Zeit*. 2 vols. Quarto. Leipzig, Ubel & Muller, 1892.
- DU CANGE, D. *Glossarium mediæ et infimæ latinitatis*. (1678) Niort : L. Favre, 1883-1887.
- FALCHETTA, P. *Fra Mauro's World Map*. Biblioteca Nazionale Marciana; Università IUAV di Venezia. Venezia, Brepols, 2006.



FERRAND, G. *L'empire sumatranais de Crivijaya*. Paris, Imprimerie nationale, 190 p. 1922.

JOHNSON, D., *Phanton Islands of the Atlantic*, New York, Avon Books, 1998.

LIMA, T. M., Coordenador, Roteiro da Costa do Brasil – Roteiro de Todos os Sinais. Conhecimentos, fundos, baixios, alturas, e derrotas que há na Costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até o Estreito de Fernão de Magalhães, Lisboa, Ed Facsimilada do manuscrito da Biblioteca da Ajuda – Luis de Teixeira, Tagol, 1988.

MARCONDES DE SOUZA, T. O., *A Supposed Discovery of Brazil before 1448, The Hispanic American Historical Review*, Vol. 26, No. 4 (Nov., 1946), p. 593-598, Duke University Press, 1946.

MARQUES, A. P. *Origem e desenvolvimento da cartografia portuguesa na época dos Descobrimientos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

MARQUES, A. P. *A Cartografia dos Descobrimientos*, Lisboa, Edições Elo Instituto Camões, 1994.

MENEZES, P.M.L. Apostila Cartografia Básica. Não publicadas. Curso de Graduação em Geografia. Rio de Janeiro, IGEO/UFRJ. 1996.

MENEZES, P.M.L. e SANTOS C.J.B. *Geonímia*: aspectos relevantes. Rio de Janeiro, Revista da SBC -Sociedade Brasileira de Cartografia, nº 58/03. 2007.

MICELI, P. C. *O Tesouro dos Mapas*: A cartografia na formação do Brasil. São Paulo, Instituto Cultural Banco Santos, p. 339. 2002.

MURATORI, L. A. *Antiguidades Itálicas da Edade Média*, tomo II, páginas 894 e 895, Módena, 1739.

SANTAREM, Visconde de, Atlas composé de cartes des XIVE, XV, XVI et XVII siècles [Material cartográfico] : pour la plupart inédites, et devant se servir de preuves a l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au dela du Capo Bojador par les portugais / recueillies et gravées sous la direction du Vicomte de Santarém. - Paris : [s.n.], 1841.

SCHNETZ, J., *Ravennatis Anonymi Cosmographia*. Edição crítica; Lipsia, Ed Joseph Schnetz, 1940.

WHITFIELD, P. *The Charting of the Oceans*: Ten Centuries of Maritime Maps. Rohnert Park, Pomegranate Artbooks, 1996.

As Ordenações Manuelinas, a tipografia e os descobrimentos: a construção de um ideal régio de justiça no governo do Império Ultramarino português

Angélica Barros Gama

Mestranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em História Social.

RESUMO

Este artigo trata da gênese das Ordenações portuguesas, principalmente das Ordenações Manuelinas, com o objetivo de discutir o contexto formador destes códices, suas fontes e as dificuldades encontradas para a sua compilação. Com enfoque para o período manuelino, a análise recai sobre o ideal régio que pauta a construção da imagem de Dom Manuel, revelada pela adoção de uma política régia pautada na justiça e na relação com o religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Ordenações Manuelinas, Direito Português, Dom Manuel I

ABSTRACT

This article deals with genesis of the Portuguese Ordinances, mainly of the Manuelinas Ordinances, with the objective to argue, the of formation context of these codices, its sources and the difficulties found for its compilation. With approach for the manuelino period, the analysis falls again on the regal ideal that guideline the construction of the image of D. Manuel, disclosed for the adoption of one based regal politics in justice and the relation with the religious one.

KEYWORDS: Manuelinas Ordinances, Portuguese Right, D. Manuel I

A FORMAÇÃO DAS ORDENAÇÕES DO REINO

As Ordenações são fruto de um processo longo de estabelecimento do direito português, que começa a se desenhar desde a formação do Condado Portucalense e que se firma definitivamente no reinado de Dom Afonso III (1245-1279). Ele foi o primeiro monarca a definir princípios jurídicos claros para a administração e manutenção do Reino português e também o que emitiu as “regras e ordenação da Justiça e das formas de relacionamento entre a sociedade e o poder central”¹.

Essa centralização do poder é que estabelece a Corte como “última instância de recurso” dentro do Reino e o rei como “última instância de justiça”, quando “capta para si as

¹FERNANDES, Fátima Regina. “A recepção do direito romano no Ocidente europeu medieval: Portugal, um caso de afirmação régia”. In: *Revista História: Questões & Debates*, nº. 41, Curitiba: Editora UFPR, 2004, p. 81.

expectativas de resolução de questões que até então estavam sob o jugo dos juízes”². Ao rei cabe agora a função de legislador, de dirigir, ou seja, *regere*, em outros termos, cabe a ele o estabelecimento de um governo fundamentado na justiça³. Buscando um significado mais profundo da palavra rei, vamos perceber que este se deriva justamente do verbo *reger*, governar, dirigir, agir corretamente (*rex a regendo e rex a agendo*), como Isidoro de Sevilha (560-636) vai afirmar⁴. O sentido do verbo carrega uma conotação moral que implica a função, isto é, a coisa que ele designa, a sua razão de ser, sendo esta a administração da justiça.

A Justiça, nesses termos, tendo por base a afirmação do direito, é que rege o cetro do que se procurou definir como um bom monarca⁵. Ter por base uma afirmação como essa é pressupor a importância da lei na aplicabilidade da Justiça e no seu efetivo funcionamento. Se hoje a lei é vista como a aplicação da Justiça, em tempos mais remotos, como herança do direito feudal, a lei era definida como a expressão máxima da Justiça. Ela é a demarcação das bases em que o rei se dispôs a governar. É por meio da lei que o rei expressa sua virtude mais suprema: fazer a justiça. Deixando claro que, para uma sociedade como a portuguesa, essa justiça se dá segundo seus merecimentos, fato que decorre de uma estrutura fortemente hierarquizada.

Deste modo, para que a boa governação se cumpra, é necessário haver um bom conjunto de leis, servindo de suporte para que a justiça, objetivo maior daquele que governa, seja feita de forma eficiente. Em Portugal, esse conjunto de leis que começa a surgir com Dom Afonso III (1245-1279) se consubstanciou num sistema mais efetivo no que se denominou

de Ordenações do Reino. Esse conjunto de leis unidas na forma de cinco Tomos teve três grandes versões: as Afonsinas (1446), as Manuelinas (1514) e as Filipinas (1603).

As Ordenações Afonsinas, publicadas em 1446, se compunham de um conjunto de leis que Dom João I mandara compilar. A solicitação desta compilação foi feita por causa de sucessivos requerimentos que o povo fez junto às Cortes portuguesas, tendo em vista o grande número de processos e decisões que ficavam pendentes pela falta de uma compilação geral ou por falta de uma lei mais atualizada.

As principais informações sobre as Ordenações Afonsinas vêm de uma iniciativa da Universidade de Coimbra, que “desejando promover o adiantamento de seus alunos, e considerando de quanta importância seria aos que se aplicam ao estudo da Jurisprudência Pátria”, publicou pela primeira vez uma versão impressa das Ordenações Afonsinas em 1792⁶ e, juntamente com a compilação da obra, se fez uma prefação, explicando a origem e o caminho percorrido na construção desse código de leis.

Para entendermos melhor a história do direito português é preciso destacar que, quando Portugal se desmembrou do Reino de Leão e organizou sua própria monarquia, continuou seguindo o “Código Gothico, que era então a legislação geral de todas as Hespanhas”⁷. Isso porque os “primeiros príncipes cheios do projeto de desapossar do país os sarracenos, e ocupados dos contínuos cuidados da guerra, tinham pouco vagar de ser legisladores”⁸.

Antes da feitura das Ordenações, as relações entre as cidades e o poder central eram regidas por meio de uma carta, o conhecido Foral⁹:

²FERNANDES, Fátima Regina. Op. cit., p. 81.

³SENELLART, Michel. *As artes de governar*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 69.

⁴SEVILHA, Isidoro de. *Etymologiae*, IX, 3, p. 121.

⁵SENELLART, Michel. Op. cit., p. 22-68.

⁶NORONHA, Tito de. *A imprensa portuguesa no século XVI seus representantes e suas produções: Ordenações do Reino*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1873, p. 12.

⁷*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. II.

⁸*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. II-III.

⁹Os Forais vão ser reformados por Dom Manuel I durante seu reinado e reunidos na coleção da Leitura Nova, obra iluminada e de grande valor artístico, que reúne os Forais das cidades portuguesas e todos os compromissos destas para com a coroa. Os Forais determinavam o que dizia respeito à economia e as Ordenações o que dizia respeito à justiça e às regras de manutenção dessa sociedade.

Tudo (...) se continha em uma Carta que davam a cada povo, a que chamarão Foral, onde além disso se determinavam certos outros direitos, que se deviam pagar por ocasião do seu trato e comércio, se estabeleciam penas, quase sempre pecuniárias, pelos delitos que cometessem, e se prescreviam alguns regulamentos a respeito da sua particular policia, e governo municipal. Mas se bem entender, e se o que facilmente se convence da lição dos antigos Forais, que sendo o seu fundo principalmente relativo á economia política de cada povo, e ao estabelecimento do patrimônio, e fazenda Real, mui poucos regulamentos ali teriam lugar a respeito da Justiça¹⁰.

Havia no Reino uma carência de leis dispensadas à justiça e à ação dos juízes, pelo que se pode entender da afirmação acima. O direito romano, adotado desde Dom Afonso III e pautado no código de Justiniano, tinha lacunas que, com o crescimento do Reino nos séculos posteriores, precisavam ser preenchidas. A tentativa, com a compilação das Ordenações Afonsinas, era formar um código de jurisprudência que abarcasse as questões relativas à esfera legal, passando pelo direito consuetudinário, que muitas vezes não estava escrito, mas fazia parte do cotidiano dos portugueses. Muitos destes costumes estavam descritos nos livros das Chancelarias¹¹ “principalmente no tempo do Senhor Rei Dom Afonso III, dos quais derivaram depois artigos mui singulares”¹² das Ordenações.

A compilação envolveu um período extenso da história portuguesa, indo do início do reinado de Dom Afonso II (1211-1223) até o reinado de Dom João I (1385-

1433). Um “período de quase dois séculos” que, em toda a sua extensão, não poderia “deixar de ter acontecido, que muitas determinações dos antigos Forais estivessem reformadas, muitos costumes mudados”. Desenhando a clara necessidade do Reino em ter leis mais abrangentes, mais concisas e reformadas. Uma proposta já adotada por alguns monarcas.

Em termos de leis, Dom Afonso II, por ocasião das Cortes de 1211, reunidas em Coimbra, foi quem publicou as primeiras “Leis Gerais”¹³. E a estas leis se somaram um grande número de outras que os seus sucessores fizeram até o reinado de Dom João I e “tão varias e tantas, que veio a crescer prodigiosamente o número dessas”¹⁴. Esse número amplo de leis consistiu na grande dificuldade que o escrito das Ordenações enfrentou, pois reunir esses preceitos foi tarefa demorada:

Abrangendo pois o período desde o princípio do reinado do Senhor D. Affonso II, até o do Senhor D. João I, o espaço de quase dois séculos, não podia deixar de ter acontecido, que muitas determinações dos antigos Forais estivessem reformadas, muitos costumes mudados, e muitas das primeiras Leis, e Capítulos de Cortes, alterados e delas inteiramente revogadas por novas leis, e decisões de Cortes posteriores. Vinham por tanto a ser disto uma consequência inevitável os inconvenientes (...) pela multiplicidade e contrariedade de tantas Leis recrescerem continuamente dúvidas e contendas, e se verem os Julgadores postos em embaraço de as decidir; o que deu causa aos repetidos requerimentos, que os povos juntos em Cortes fizeram ao Senhor

¹⁰Todas as notas referentes às ordenações foram adaptadas ao português atual. *Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. II.

¹¹Órgão da administração central responsável pela emissão de diplomas, cartas e todo tipo de pronunciamento oficial do monarca e sua Corte, ocupado pelo chanceler-mor que guardava o selo régio, símbolo de poder e autoridade por excelência. FERNANDES, Fátima Regina. Op. cit., p. 81.

¹²*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. III.

¹³OLIVEIRA, José Roberto Alves de. *Da organização judiciária em Portugal no período das leis gerais (1211-1446)*. São Paulo: USP, 2010, p. 5.

¹⁴*Ordenações Afonsinas*. L. I, Prefácio, p. IV.

D. João I que as mandasse examinar e reformar, e fazer delas uma geral compilação, para que sendo juntas e certas viessem a cessar os males, que de o assim não serem se lhes seguiam¹⁵.

A construção desse código de leis foi encarregada inicialmente por Dom João I a João Mendes, nominado como Cavaleiro e Corregedor da Corte. Posteriormente, a tarefa passou ao Dr. Rui Fernandes, do Concelho, a mando de Dom Duarte, filho de Dom João I e “aí se conta o progresso dessa, até ser acabada no tempo do Senhor Dom Afonso V (1438-1481), de quem veio a tomar o nome”¹⁶. No momento em que se acaba de fazer a compilação, era regente o infante Dom Pedro (1439-1448), tio de Dom Afonso que era ainda menor de idade. Este nomeou vários juristas para examinar a obra e, se necessário, corrigi-la. A compilação foi então reformada em algumas partes “até a darem por perfeita no estado”¹⁷ para sua publicação definitiva.

Na prefação se afirma que dois dos compiladores se propuseram a usar como modelo no seu fabrico, a *Colleção das Decretales* de Gregorio IX, se não todo, pelo menos parte dela, como por exemplo a divisão em cinco livros:

no I se contém os Regimentos dos Officiais maiores e subalternos da Justiça; no II se trata de matérias relativas à jurisdição, pessoas, e bens eclesiásticos, dos Direitos Reais, e sua arrecadação, da jurisdição dos donatários, e ultimamente do modo da tolerância dos Judeus e Mouros; no III livro se trata da Ordem Judiciária; no IV dos Contratos, Sucessões, e Tutorias; no V dos Delitos e Penas¹⁸.

Segundo os próprios juristas, sua compilação se constituía numa tentativa de ho-

mogeneizar o uso da justiça para que “os Desembargadores da justiça pudessem per ellas livremente fazer direito as partes” no reino¹⁹. Na composição legislativa das ordenações, foram usadas diversas fontes de variadas naturezas, como as já citadas Leis Gerais promulgadas durante o reinado de Dom Afonso II até Afonso V, que dentre as mais antigas se encontra uma Carta de Foro que Dom Afonso Henriques deu aos mouros forros de Lisboa, Alameda, Palmela e Alcacer. Juntamente, se usou os Capítulos produzidos pela reunião das cortes até então, parte do direito romano “que fizeram de novo, para completar o seu sistema e suprir a falta de legislação própria em matérias a respeito das quais é provável que não houvesse”, e ainda uma parte considerável das “Concordatas dos Senhores Reis Dom Dinis, D. Pedro I e Dom João I com os Sumos Pontífices e Eclesiásticos do Reino”²⁰. Somam-se a estas fontes, “o Direito Canônico, igualmente interpretado pelos Glosadores, as Leis das Partidas de Hespanha, os antigos Costumes ou Assentos da Chancelaria”²¹.

Quanto ao formato, as ordenações procuraram preservar a identidade de cada lei de acordo com quem a havia promulgado:

Aqueles títulos, cuja fonte é lei anterior, capítulos de Cortes, costume etc, começam por uma breve prefação histórica, em que se refere o Príncipe que fez a Lei, ou convocou as Cortes, o lugar em que se celebraram etc. Vem depois a fonte nos próprios termos, em que foi originariamente concebida. Se são mais leis, ou capítulos, acham-se dispostas por ordem cronológica, fazendo-se na passagem de umas para outras a declaração histórica respectiva. Transcrita a fonte, segue-se a confirmação absoluta do Senhor D. Afonso V. Se simplesmente se manda guardar, ou as suas declarações, reformas,

¹⁵Idem, Ibdem.

¹⁶Idem, Ibdem.

¹⁷*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. VI.

¹⁸Idem, Ibdem.

¹⁹*Ordenações Afonsinas*, L. I, prólogo, p. 1.

²⁰*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. VII.

²¹*Ordenações Afonsinas*, L. I, Prefácio, p. VII.

ampliações e limitações, se em alguma coisa se altera. Os títulos porem, em que em nome do dito Senhor se propõem legislação novamente concebida, qual é, por exemplo, a que os Compiladores adotaram do Direito Romano, nesses se acha ela em estilo legislativo na forma, em que depois passou para Códigos posteriores, ainda que muitas vezes venham também com seus prólogos²².

Unificados esses códigos, a escrita e posterior cópia dos livros das Ordenações Afonsinas dificultou muito o seu uso e disseminação para todo o Reino, mas não deixou de ser utilizado, como constam alguns documentos das Cortes de Dom João II em Évora em 1481-1482. Encontram-se menções ao código, mas o tempo de sua observância foi pequeno, tendo em vista que Dom Manuel I (1495-1521) mandou reformá-lo. Antes disso há “notícia que o Senhor Dom João II o mandara abreviar pelo Licenciado Lourenço da Fonseca, que fora algum tempo seu Corregedor da Corte”²³. Mas o mesmo modelo foi seguido e mantido por outros reis, como Dom Manuel I.

Partindo de uma obra legislativa já pronta e experimentada, copiada e, em muitas destas cópias, com atualizações de palavras e expressões, Dom Manuel I reorganiza o processo de composição dessas compilações, atualizando-as e efetivando seu uso não apenas no Reino, mas em todo o Império português. Para ordenamento do Reino

era regra que todo concelho ou câmara, de todo o Império, adquirisse um exemplar. E sua feitura também levou tempo, encontrando sua melhor definição nas palavras de Damião de Góis:

Mandou [D. Manuel] por homens doutos do seu concelho visitar e rever os cinco livros das Ordenações que el-rei D. Afonso V, seu tio, fez reformar (...) nas quais mandou diminuir e acrescentar aquilo que pareceu necessário para bom regimento do reino e ordem da justiça, no que se trabalhou, e tanto tempo, que foi a mor parte de todo o que ele reinou²⁴.

Lembramos que, ao contrário da compilação manuscrita das Ordenações Afonsinas, as Ordenações Manuelinas foram impressas. Em alvará datado de 22 de fevereiro de 1503, consta o privilégio dado a Valentim Fernandes para imprimir e fazer os livros dos regimentos da justiça do Reino²⁵. Façamos aqui um breve esboço da imprensa em Portugal para então seguirmos com a história das Ordenações Manuelinas.

A IMPRENSA EM PORTUGAL EM FINS DO SÉCULO XV E INÍCIO DO XVI

A imprensa em Portugal surge nos últimos anos do século XV durante os quais se produziram cerca de três dezenas de incunábulos²⁶ conhecidos e, provavelmente, alguns outros de que não há vestígios ou

²²Ordenações Afonsinas, L. I, Prefácio, p. VIII.

²³Ordenações Afonsinas, L. I, Prefácio, p. VXI.

²⁴Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol 19, p. 579. P. 7.

²⁵Arquivos da Torre do Tombo: PT-TT-CC/1/4/12.

²⁶O termo, oriundo da palavra latina *incunabulum*, berço, é empregado pelos bibliógrafos para designar qualquer obra impressa em qualquer lugar na época mais antiga ou no princípio da história da imprensa (...), mas, especificamente (...), a palavra aplicava-se às obras impressas na Europa no século XV - abrangendo todas as que ali saíram dos prelos antes de 1501 (McMURTRIE : 325). Ainda que de forma um tanto restrita e nem sempre exata, se dá o nome de *incunábulo* (berço, em alusão ao estado inicial da imprensa) ou paleotipo (do grego *palaiós*, antigo, e *typos*, modelo) a uma série de livros produzidos entre a data da invenção da tipografia e o ano de 1500. Diz-se que é de forma restritiva porque no ano de 1500 não ocorreu nada de especial que distinga os livros produzidos imediatamente antes dos realizados imediatamente depois, e nem sempre exata porque antes de 1500 em algumas tipografias foram impressos livros perfeitos em face da aplicação de uma imprensa industrializada, como sucedeu nas oficinas venezianas de Aldo Manuzio, que produziu obras que não representam o período inicial da tipografia, bem ao contrário. Por outro lado, depois de 1500 muitos livros foram produzidos por tipografias tão primitivas e artesanais como as anteriores, e que por isso também poderiam ser considerados incunábulos. Fonte: PINHEIRO, Ana Virginia. "Glossário de codicologia e documentação". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 115, p. 170-171, 1998.

(Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_115_1995.pdf).

de que apenas nos chegaram notícias pela via de testemunho indireto²⁷. As primeiras atividades de que se tem registro, e são da época em que a vida do Reino estava voltada para a expansão ultramarina, constituindo o Ultramar “em meados da década de 70, o verdadeiro centro da política interna e externa de Portugal”²⁸. Lisboa é o centro dessa comunicação, mas outras cidades como Faro, Braga, Leiria e Porto também trazem destaque. É esse constante circular de pessoas e ideias que vai contribuir de forma significativa para a evolução da imprensa portuguesa, assim como o seu crescimento. Sua introdução em território lusitano é feita por artistas estrangeiros:

e que, entre estes, uns eram ambulantes e outros fixaram-se nas localidades que ofereciam melhores condições para o exercício da nova profissão (Lisboa, Faro, Leiria, Porto e Braga). Raramente trabalharam por conta própria, apoiando-se quase sempre no mecenato ou na garantia de encomendas sobre a totalidade da tiragem²⁹.

Não é possível datar o início exato da tipografia em Portugal, mas crê-se que tenha sido feita pelas mãos de judeus e tenha ocorrido por volta de 1487, quando se tem datada a impressão do *Pentateuco* hebraico de Faro, produzido por Samuel Gacon. Este é o primeiro incunábulo conhecido, em caracteres hebraicos. O que registra a importância da imprensa hebraica para o desenvolvimento desta arte em Portugal. A primazia da impressão em português foi debatida amplamente, primeiramente com a *Vita Christi*, de Valentim Fernandes e Nicolau da Saxônia, feita em 1495, com o patrocínio da Infanta Dona Isabel, do Rei Dom João II e de sua es-

posa Dona Leonor³⁰. Mas em 1965 foi achado *O Tratado de Confissão*, feito por um impressor anônimo em 1489, em Chaves. Há ainda uma discussão sobre a obra *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial, que segundo algumas afirmações teria sido impresso em 1488, em local desconhecido e por impressor anônimo, o que dificulta bastante uma afirmação com segurança.

Da produção que se conhece dos 30 incunábulos impressos em Portugal, 13 estão em hebraico, nove em latim e oito em português³¹. Desses, 13 são voltados para a religião hebraica, não restando dúvida de que os judeus “foram os primeiros impressores em Portugal”³². Em finais do século XV houve uma perda significativa, já que os prelos hebraicos são encerrados em 1496 por um decreto do Rei Dom Manuel I para a expulsão dos judeus. Seu contributo se fez por uma gama de material informativo que provavelmente se perdeu, dentre eles, provavelmente incunábulos e panfletos. Dos que restaram cito-os abaixo, feitos nos principais centros de produção hebraica localizados em três cidades:

- Em Faro, por Samuel Gacon: *Pentateuco* (1487), *Talmud* (1492?);
- Em Lisboa, por Elieser Toledano: *Novas da Lei ou Comentário ao Pentateuco* (1489), *Comentário à ordem das Orações* (1489), *Livro de Orações* (1490?), *Caminhos do Mundo. Livro do Temor. Segredos da Penitência* (1490?), *Pentateuco* (1491), *Provérbios de Salomão* (1492?), *Isaias e Jeremias* (1492), *Leis da Matança* (1492);
- Em Leiria, por Samuel d'Ortas e seus filhos: *Provérbios de Salomão* (1497), *Profetas Primeiros* (1494), *Caminhos da Vida* (1495).³³

Ao que se vê, os tipógrafos hebraicos trabalharam em Portugal e o faziam princi-

²⁷ANSELMO, Arthur. *As origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda, 1981, p. 22.

²⁸ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 22.

²⁹ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 28.

³⁰MEIRINHOS, J. F. “Editores, livros e leitores em Portugal no século XVI. A coleção de impressos portugueses da BPMP” in: *Tipografia Portuguesa do séc. XVI nas coleções da BPMP. Catálogo*. Porto: Biblioteca Publica Municipal do Porto, 2006, p. 22.

³¹ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 28.

³²ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 35.

³³AMZALAK, Moses Bansabat. *A tipografia hebraica em Portugal no século XV*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

palmente sob um caráter religioso, se tratando “de livros bíblicos ou de livros relacionados com a explicação do texto sagrado e as práticas da religião”³⁴. O que reforça não somente a afirmação de que “os tipógrafos introdutores da imprensa em Portugal são seguramente estrangeiros”³⁵, mas também o caráter religioso e didático dos primeiros incunábulo portugueses³⁶.

No início dessa produção tipográfica, assim como no resto da Europa, em Portugal predomina o fabrico de incunábulo latinos. Nesse momento, o latim é a língua oficial da Igreja Católica, pois estando “as línguas vernáculas europeias ainda em período de formação e afirmação, não se prestavam para a divulgação das ciências do tempo”³⁷. O latim era considerado a língua de veículo da cultura e do conhecimento. Somam-se nove incunábulo latinos em Portugal até 1500, sendo sua maior parte obras com objetivos funcionais, feitos sob encomenda para bispos ou com o patrocínio da coroa portuguesa. Seus impressores são tipógrafos “seguramente estrangeiros, geralmente de proveniência germânica ou centro-europeia, que se manteriam ativos por tempo suficiente para transmitirem ou trespassarem a sua arte a continuadores”³⁸. Aos alemães, sem os “seus conhecimentos da técnica de composição e impressão, sem a sua capacidade de adaptação ao meio sócio-cultural português, não teria sido possível lançar a semente da arte tipográfica ainda no século XV”³⁹.

Até meados de 1497 a arte da impressão fica a cargo dos impressores alemães, quando surge, então, um impressor português, Rodrigo Álvares, de Vila Real, mas que trabalhava na cidade do Porto. Mas a produção dos incunábulo portugueses é

anterior, sendo conhecidos oito livros, como o *Sacramental*, já citado acima. De uma forma geral, tantos os incunábulo latinos como portugueses, terão assim como os hebraicos, um caráter marcadamente religioso: devocional, litúrgico, moral e jurídico. Dentre essas obras, apenas “a *Grammaticae Pastranae* e as obras de Cataldo Sículo revelam um caráter literário, pedagógico e, conseqüentemente uma possível dimensão comercial”⁴⁰. E o início do século XVI carrega uma marca de desenvolvimento que, junto com o crescimento da mentalidade pelo contato com o novo, as artes e os ofícios vão encontrar também a sua evolução. A tipografia tem, sem dúvida, seu papel fundamental nesta nova fase, sendo usada como um importante instrumento de divulgação dessas novas informações. Dentre os alemães que trabalham em Portugal, Valentim Fernandes vai ser um dos mais conhecidos, sendo o único que adaptou seu nome ao idioma português⁴¹. Obteve privilégios reais de impressão a partir de 1495, servindo Dona Leonor, viúva de Dom João II, como seu escudeiro. Durante o reinado de Dom Manuel, vai imprimir as Ordenações Manuelinas e se tornar tabelião das transações feitas entre os portugueses e alemães.

No mais, podemos afirmar que o final do século XV e a primeira década do século XVI é considerado por muitos historiadores da iconologia lusa como um período de florescimento da arte portuguesa, principalmente a gravura e a iluminura, fortemente influenciadas pela região de Flandres. Mas lembramos que esse mercado surge ainda tímido por causa da carestia das matérias-primas (papel e ferro) e da carência, muitas vezes, de um financiador para a impressão das obras⁴². A casa real se constituirá por vezes na grande financiadora desta

³⁴DIAS, Geraldo J. A. Coelho. “A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal.” In: *Revista de História*, vol. 8. Porto: Universidade do Porto, 1988, p. 159-168. (disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6447.pdf>).

³⁵MEIRINHOS, J. F. Op. cit. p. 17.

³⁶DIAS, Geraldo J. A. Coelho. Op. cit. p. 166.

³⁷DIAS, Geraldo J. A. Coelho. Op. cit. p. 162.

³⁸MEIRINHOS, J. F. Op. cit. p. 17.

³⁹ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 407.

⁴⁰DIAS, Geraldo J. A. Coelho. Op. cit. p. 167.

⁴¹DIAS, Geraldo J. A. Coelho. Op. cit. p. 164.

⁴²MEIRINHOS, J. F. Op. cit. p. 17-34.

arte. Abraçada por Dona Leonor durante o reinado de Dom João II, muitos impressores, como Valentim Fernandes vão adquirir nome e cargos junto à Corte portuguesa.

Esse desenvolvimento significativo das artes e sua crescente importância vai ser percebida pelo Estado, que passará a usufruir de seus resultados, pois a tipografia será muito utilizada no Governo manuelino. Esta arte, já tão usada pela Igreja Católica, nunca havia sido utilizada para servir ao Estado. Em Portugal “D. Manuel I foi o primeiro monarca português a servir-se das vantagens da produção tipográfica para expor a sua política governativa”⁴³ e “procurou utilizá-la para fins propagandísticos relacionados com a sua política imperial”. Logo que teve contato com tal arte, o rei abraçou-a, mandando trazer grandes mestres estrangeiros e criando incentivos legislativos e econômicos para o estabelecimento dos mesmos em Portugal. Brito Aranha afirma que “em tal conta el-rei Dom Manuel teve essa arte, e tão importante a julgou pelo seu fulgurante clarão, que aos que a exerciam concedeu, como é sabido, privilégios e isenções que por então eram regateados e só concedido a pessoas de nobre estirpe”⁴⁴.

AS ORDENAÇÕES MANUELINAS

As Ordenações vão ocupar lugar de destaque nessa evolução tipográfica. As *Ordenações* são o reflexo da grande importância que essa arte de imprimir estava atingindo em território lusitano e do crescente interesse do próprio Estado português em desenvolvê-la, assim como forma de difusão das reformas empreendidas. É, por isso, considerada como uma das obras mais marcantes da época do reinado manuelino.

O primeiro impressor a servir ao Estado vai ser Valentim Fernandes da Morávia, responsável pela feitura dos dois primeiros livros. Tarefa citada acima, que foi demorada,

pois apenas em 1512 é que se tem notícia da impressão do primeiro livro das ordenações e em 1513 do terceiro livro. Ainda não foi possível identificar as dificuldades encontradas pelo impressor para tal demora, mas sabe-se que os dois primeiros livros foram terminados. Restando dúvidas se houve uma edição completa feita por Valentim Fernandes, ou apenas os dois primeiros tomos. Tal fato despertou uma ampla discussão sobre a origem temporal das Ordenações⁴⁵. Brito Aranha defende que apenas saíram os dois primeiros livros⁴⁶, mas Antonio Joaquim Anselmo afirma que deve ter existido a edição completa, mas a proibição de Dom Manuel em 1521, do uso de edições anteriores pode ter impedido que seja hoje conhecido o restante dos livros⁴⁷. Em alvará, Dom Manuel expõe sua vontade, retirando de circulação edições anteriores a de 1521, sob pena de degredo, àquele que contrariasse as regras:

Corregedor Paes Dias. Nos El Rey vos enviamos muito saudar. Por haver muitas Extravagantes fora da compilação dos cinco livros das ordenações que eram imprimidos e assim algumas cousas duvidosas que quisemos dar com determinação e declaração por assim cumprir ao bom regimento de nossos súditos, e a nosso serviço a reformamos ora e mandamos imprimir, as quais se acabaram a 11 dias de Março desta presente era de 1521. Pelo qual vos mandamos que daqui por diante julgues por elas e não pelas outras, que dantes eram imprimidas, e assim o façais notificar em todas as Cidades, Vilas e Lugares de vossa correição, notificando-lhe o que por esta nossa Carta mandamos, e assim que dentro de três meses qualquer pessoa que tiver as ordenações da impressão velha a rompa a desfaça de maneira que

⁴³HEITLINGER, Paulo. “A arte da impressão: aparecimento da imprensa em Portugal, Espanha”. In: *Cadernos de Tipografia e Design*, número 13, dezembro de 2008, p. 37. Paulo Heitlinger.

⁴⁴ARANHA, Brito. *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI: as Ordenações d’el Rei D. Manuel*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, p. 6.

⁴⁵ANSELMO, Arthur. Op. cit., p. 193.

⁴⁶ARANHA, Brito. Op. cit., p. 8.

⁴⁷ANSELMO, António Joaquim. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Tipografia da Biblioteca Nacional, 1926, p. 159.

não se possa ler sob pena de pagar qualquer pessoa, a que forem achadas passado o dito tempo e as tiver, cem cruzados a metade para quem os acusar e a outra metade para os cativos e mais ler degredado por dois anos para além – e mandareis isso mesmo as câmaras de cada uma das Cidades, Vilas e Lugares dela correição que as mandem comprar dentro de três meses da provisão dela e as tenham na câmara para saberem o que cumpre a bom regimento da Cidade, Vila ou Lugar onde estiverem, e assim havemos por bem que todo o procurador que não tiver as ditas ordenações, e as não houver dentro de três meses seja privado do orneio, e o não possa mais haver, porém mandamos-vos e encomendamos-vos que com muita diligência façais ir cartas com o traslado desta nossa carta para toda esta comarca de maneira que a todos seja notório para saberem, e cumprirem o que assim mandamos. Escrita em Lisboa a 15 dias de março, Diogo Ferreira a fez de 1521⁴⁸.

A versão das Ordenações Manuelinas de 1514, feita em papel, mas com uma versão em pergaminho, saiu também da oficina do impressor Valentim Fernandes, mas foi feita por João Pedro Buonhomini de Cremona, sendo concluída ao longo do ano de 1514. Seguiu-se uma ordem de impressão em que o terceiro livro ficou pronto em 11 de março, o quarto livro em 24 de março, o quinto livro em 28 de junho, o primeiro em 30 de outubro e o segundo em 15 de dezembro. A tiragem foi inicialmente de cinco mil exemplares, mil de cada tomo. O custo foi bastante alto, passando pela casa dos 700 mil réis. Um alvará de Dom Manuel I, datado de outubro de 1514, dá autorização à Casa da Índia a entregar a Valentim Fernandes especiarias no valor de 300 mil réis, restante dos 700 mil réis

que teria direito pela impressão dos cinco livros das Ordenações⁴⁹.

O intento jurídico das Ordenações era buscar, de uma forma geral, regulamentar assuntos referentes aos cargos públicos, à prática jurídica, aos assuntos da guerra, das contas da fazenda, da posse de terras, cobrança de impostos, títulos da igreja, a questão dos mouros e judeus, os processos civis e o direito tanto civil quanto penal, também da jurisdição dos donatários a arrendatários, mercadores e comerciantes, dentre outros. O que mostrava a preocupação deste rei em preservar a justiça e a boa ordem do Reino. Prova disso é que durante o reinado manuelino, não apenas as Ordenações do Reino foram reformadas, mas também os Forais, a *Ordenação e Regimento dos Pesos* (1502), o *Regimento dos Oficiais das Cidades, Vilas e Lugares destes Reinos* (1504), os *Artigos das Sisas* (1512), o *Regimento dos Contadores das Comarcas* (1514), o *Regimento das Ordenações da Fazenda* (1516) e as *Ordenações da Índia* (1520). Obras de caráter burocrático fundamentais para a administração e organização do Reino português. Ao que podemos perceber, Dom Manuel I foi “um monarca preocupado com a organização e uniformização legislativa geral e local, no sentido de salvaguardar o bom desempenho da administração da Justiça, o controle da Fazenda ‘pública’ e da matéria fiscal”⁵⁰. A Justiça era dentro das Ordenações o ponto central da ação do rei, tal como justificada no seu prólogo pelo próprio monarca:

Considerando nós quão necessária em todo o tempo é a justiça, assim na paz como na guerra, para a boa governação e conservação de toda a República e estado real: a qual como membro principal e mais que as outras virtudes excelente, assim mais que todas aos príncipes convém, e nela como em verdadeiro espelho de consciência se devem sempre rever e esmerar: porque como a justiça consiste em igualeza,

⁴⁸Livro 1 do Regimento da Câmara de Beja.

⁴⁹Arquivos da Torre do Tombo: PT-TT-CC/1/16/32.

⁵⁰FREITAS, Judite A. Gonçalves de. “Tradição legal, codificação e praticas institucionais: um relance pelo Poder Régio no Portugal de Quatrocentos”. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, p. 51-67.

e com justa balança dar o seu a cada um; assim o bom rei deve ser sempre um e igual a todos em retribuir a cada um segundo seus merecimentos⁵¹.

A edição impressa em 1514 ainda traz uma grande peculiaridade que a difere das outras versões. Ela traz um conjunto de gravuras que não se viu em nenhuma outra. São seis xilogravuras, representando o rei em majestade diante de vários grupos componentes da sociedade portuguesa e da administração do Reino. Ernesto Soares vai afirmar que “bem cabia a esta obra o moderno epíteto de Ordenações pela Imagem”⁵². E cada estampa era alusiva ao conteúdo de cada um dos livros.

Dentre as seis gravuras, cinco correspondiam aos títulos dos Tomos e estavam distribuídas entre a taboada e o prólogo. A sexta imagem, pertencente ao livro III, mostra igualmente um rei em majestade, mas é diferente das outras cinco. Esta imagem parece ter sido utilizada como modelo para compor a figura do rei entronizado presente nas outras xilogravuras. Ela já havia sido utilizada num período anterior, em um incunábulo Salamantino de 1493, *Artis Grammaticae Praecepta*⁵³ de Miles Stephanus⁵⁴, mudando apenas a bordadura do desenho. Uma edição *fac-símile* de Francisco Vindel, da obra *El arte tipográfico em España durante el siglo XV Salamanca, Zamora, Coria y reino de Galicia*, localizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e produzida em Madri em 1946, traz um exemplar desta imagem. Junto à figura consta uma referência apresentando-a como a Rainha Isabel, a Católica. A rainha, coroada e entronizada, segura na mão direita um globo e a ponta de um filactério que paira sobre o trono e se enrola na ponta do cetro que está na mão esquerda. Neste e em um dos cír-



culos do globo, é possível ler os seguintes dizeres: *Deo in celo tibi autem in mundo*. O filactério está presente nas outras cinco xilogravuras das Ordenações, com a mesma frase e também sobre o monarca. A mesma imagem, segundo a historiografia, também já tinha sido “impressa em Portugal já em 1513, significativamente, numa obra de cariz hagiográfico: *A Legenda Dos Santos Mártires*, livro saído também dos prelos lisboetas de Buonhomini”⁵⁵. Devemos lembrar que a questão do modelo é bastante relevante, visto que um mesmo modelo poderia ser utilizado como forma de expressão das mais diferentes xilogravuras, assim como servir aos mais diferentes propósitos em muitos lugares. O modelo era adaptado ao interesse do impressor ou, quem sabe, da demanda da obra.

⁵¹*Ordenações Manuelinas*, 1984, p. LXXXVI.

⁵²SOARES, Ernesto. *Evolução da gravura de madeira em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: C.M.L., 1951, p. 15.

⁵³PINA MARTINS, José de. “O livro português no reinado de Dom Manuel I” In: *Panorama* 32, 1969, p. 73.

⁵⁴Ver reprodução em: VINDEL, Francisco. *El Arte Tipográfico em España durante el siglo XV: Salamanca, Zamora, Coria y Reino de Galicia*. Madri: 1946, p. 54. Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no setor de Obras Raras.

⁵⁵SOUZA, Ivo Carneiro de. “O poder visto de um Caleidoscópio: representações culturais do príncipe e da sociedade portuguesa do Renascimento.” In: *Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Cultura Portuguesa*, Porto, 1989, (Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8881.pdf>), p. 53.

As outras cinco gravuras desta impressão são estilizadas dentro de uma teatralidade comum, do rei em majestade, portando uma coroa aberta e armadura, ladeado pela sua divisa, a esfera armilar e pelas armas do Reino, representada pelo escudo manuelino. Com sua mão direita segura sempre o cetro real, símbolo da justiça, a enrolar-se na legenda, já citada no modelo, *Deo in celo tibi autem in mundo* (Deus no céu como também no mundo). O que chama a atenção para a ligação entre o terreno e o divino, e para a ideia de uma relação de 'espelho' entre uma Corte terrena, encabeçada pelo rei e uma Corte celestial encabeçada por Cristo. Isto reforça de forma ainda mais significativa a ligação sempre constante e cada vez maior do Rei Dom Manuel com o messianismo e com a ideia de um rei enviado por Deus, um escolhido para representar a Cristandade ante esse novo horizonte físico e espiritual. O que contribuiu para a construção da imagem de Dom Manuel como o rei representante de Cristo, Senhor personificado na figura divina da Justiça, do "perfeito-monarca" e do "rei arquétipo"⁵⁶. O rei era representado como o centro coordenador e a ele cabia, na mais alta composição, o mais nobre dos ofícios: ministrar a justiça.

Essa ligação entre o terreno e o espiritual está também presente no ideal régio que é justificado por João de Barros no *Panegírico*, "porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por ele são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir"⁵⁷. Esse tino requerido para a figura real se faz necessário para que o povo tenha em seu governante o "paradigma a seguir em todas as circunstâncias", sendo para o mesmo, exigido ainda, qualidades que o tornem afamado e digno, dentre elas: "temperança, honestidade, humanidade, comedimento, bondade, fortaleza, lealdade, prudência, magnanimidade, amor às letras (...) e seus pensamentos em Deus"⁵⁸. Esta seria a prévia de um "rei

perfeito" e das virtudes que deveriam orná-lo, mas dentre todas as suas virtudes louvadas, a maior delas deve ser sempre a justiça, pois esta é a que conjuga todas as demais exigidas na figura de um monarca.

Em outras palavras, a virtude suprema reúne um conjunto de outros adjetivos que se configuram em um único representante, sendo manifestada através de uma atuação justa, pacífica e que tem como objetivo constante o triunfo da religião. Essa conjugação dava ao monarca naturalmente o reconhecimento perante o povo, conferindo-lhe honra e glória. Esta seria a construção de um arquétipo que se busca ater e transmitir, sem linhas singularizantes, uma constituição de um ideal régio. A imagem de um rei que tem uma missão, que vigia pelo bem dos súbditos, que afiança os equilíbrios da sociedade. O rei assumia esta responsabilidade ao efetuar o juramento de fidelidade na aclamação. Ele encarnava o conjunto de funções que era sua parte neste pacto, ou seja, contrabalançar e porventura arbitrar os conflitos entre os vários elementos da sociedade⁵⁹.

Retomando as imagens, elas, além de serem uma ilustração do texto jurídico, podem ser interpretadas também como uma divulgação da imagem do rei para todo o Reino, dada a ordem de que todo concelho ou câmara devem ter um exemplar. Uma representação do ideal régio que Dom Manuel I pretendia expor à sua grande massa de colaboradores, circulando por todo o Império português. Os elementos agregados a estas estampas variam de acordo com o conteúdo do livro. Numa rápida análise destas xilogravuras⁶⁰ podemos perceber a construção de um ideal régio pautado na ideia de justiça e da boa governação.

A primeira estampa que preenchia uma página do primeiro Tomo, o *Livro dos Offícios da corte e da Casa de Suplicação*⁶¹, trazia o rei que, com sua mão esquerda, recebe um

⁵⁶MAGALHAES, Joaquim Romero. Op. cit., p. 61.

⁵⁷BARROS, João de. *Panegíricos*. Lisboa: Sá da Costa, 1937, p. 3-5; *Apud*: MAGALHÃES, J. R. (Coord.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 61.

⁵⁸MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. cit., p. 61.

⁵⁹MAGALHÃES, Joaquim Romero. Op. cit., p. 61.

⁶⁰Estas imagens serão analisadas de forma mais ampla na minha dissertação de mestrado.

⁶¹Tratava especificamente da administração dos regimentos dos oficiais de chancelaria, magistrados e desembarcadores que ocupavam os diversos cargos na governança manuelina.



ambiente interno do gabinete ou sala real, nesta gravura o fundo é aberto, o rei parece estar num ambiente externo e à esquerda pode-se ver diversas cenas do cotidiano português: a pesca, a agricultura, a navegação e uma vastidão de terras, lembrando, talvez, o alcance do poder régio em outras localidades, assim como o papel da igreja nestas conquistas e sua ligação profunda com o poder real. Na imagem, um bispo entrega, como na cena anterior, um livro ao monarca. Estão representados do lado direito da cena diversos membros do clero das ordens religiosas presentes em Portugal naquele período: monges, frades franciscanos e beneditinos. As cenas que preenchem o fundo da gravura podem remeter ainda ao Livro de horas, nos quais a ligação entre a igreja e o monarca se tornava diária⁶⁴. Mas é possível também interpretar a cena como uma representação do ideal de justiça em que igreja e coroa estão designados a ministrar. A justiça dos homens só pode ser exercida se estiver

livro de um homem em genuflexão e desbarretado. Está ladeado por juristas à sua direita e a nobreza militar à sua esquerda, numa clara referência ao direito, às leis e às armas, partes tão importantes da administração do Reino e da boa aplicação da justiça. Algumas correntes que procuram ler de forma mais realista a gravura deste livro, afirmam que “a personagem ajoelhada a entregar o livro seria o próprio Chanceler-Mor Rui Boto, que foi conselheiro régio desde 1491 e Chanceler-Mor desde 1505, sendo o responsável máximo pela organização do direito régio português na era Quinhentista⁶².

A segunda gravura, que ocupava uma página do segundo Tomo, o *Livro das leis e ordenanças tocante às Igrejas*⁶³, traz o rei igualmente centralizado, mas o que muda nesta representação é justamente o fundo, que anteriormente era fixo, demonstrando o



⁶²FREITAS, Judite A. Gonçalves de. Op. cit., p. 7.

⁶³Sendo bastante claro no título, o livro se ocupava de todas as questões que eram relativas à Igreja de um modo geral, passando pelos privilégios, rendimentos, mercês, liberações e, é claro, pelo bens pertencentes as duas instâncias: igreja e coroa.

⁶⁴SOUZA, Ivo Carneiro de. “O poder visto de um Caleidoscópio: representações culturais do príncipe e da sociedade portuguesa do Renascimento.” In: *Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Cultura Portuguesa*, Porto, 1989. (Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8881.pdf>), p. 54.

pautada no ideal de justiça de Cristo, que tem sua autoridade na terra através da igreja.

A terceira imagem, do terceiro volume, o *Livro das citações, e como hão de ser feitas*⁶⁵ traz uma cena que mostra o ofício dos escrivães, sendo percebida a presença de diversos papéis, um inclusive na mão direita do monarca. Há de se observar que o cetro, que antes repousava sobre o ombro do monarca, nesta cena se encontra levantado, podendo ser estabelecida uma conexão com os elementos da lei (papel) e a sentença (cetro) na administração da justiça. Essa imagem traz à luz a forma como se entendia e representava o poder português. Esse poder era por natureza repartido, subdividido em suas instâncias de atuação e respeitado em sua autonomia, enquanto parte integrante de um corpo⁶⁶. E a garantia do bom funcionamento deste corpo se reflete através de uma sociedade bem governada, em que:

...a partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica dos corpos sociais, em-

bora esta autonomia não devesse destruir sua articulação natural – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. A função da cabeça não é, pois, destruir a autonomia de cada corpo social, mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto⁶⁷.

O quarto, *Livro dos contratos e testamentos*, trazia uma estampa que se vinculava à grande tradição firmada pelos portugueses nesse tempo, que contribuiu para a ampliação e manutenção do que foi nominado por comércio ultramarino. De todas as gravuras, talvez esta seja a mais enigmática, pois traz elementos diferentes, como a presença de um cavalo em plena audiência régia.



⁶⁵Tinha um "caráter mais técnico e uma especialização jurídica mais acentuada". São 90 capítulos que tratam de toda a processualidade judicial, direcionando os órgãos envolvidos e os organismos da administração municipal e central a como hão de proceder em todas as instâncias.

⁶⁶Tratava das questões que se envolviam diretamente com a economia, pautada então no comércio.

⁶⁷HESPAÑHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa, Estampa, 1998, p. 115.

Por se tratar do mundo dos contratos e de questões relacionadas com mercadores a gravura busca mostrar esse ambiente de conversas, contratações, típico de temas como a usura e as bolsas⁶⁸, ponto forte dos portugueses neste período. O comércio era uma atividade essencial para “a maioria dos habitantes dos Reinos hispânicos (...) e que ao invés do trabalho da terra ou do artesanato, nunca foi considerada aviltante”⁶⁹. A atividade mercantil foi em grande parte a mola propulsora da expansão marítima portuguesa. Inicialmente, foi marcada pelo arrendamento que a coroa fazia a particulares que assim se encorajassem⁷⁰. Mas a boa administração da economia do Reino passava justamente pela atuação do rei com o papel de ministro dessas instâncias. Ele se posiciona entre cada uma delas, as divide, mas reconhece sua importância no bom funcionamento de seu governo. Isso se prova pela representação desses homens junto ao rei, participando, ouvindo e buscando o melhor posicionamento dentro do corpo.

O poder português era estruturado organicamente como um modelo de funcionamento do corpo humano, onde cada órgão tinha uma função específica a ser desempenhada, e cada membro componente deste poder era visto como um prolongamento dessa estrutura orgânica, deste corpo⁷¹. Esse compartilhamento de poder do aparelho político-administrativo e sua necessária manutenção eram geridos pelo representante maior desta disposição, pela cabeça, localizado na figura real. Seria tornar-se um estímulo e aval da manutenção da harmonia, da paz e da segurança. A isso se somava a garantia em fazer permanecer em seus lugares devidos cada um dos poderes recortados, evitando interferências entre os mesmos, numa busca de sincronia institucional⁷².

A última imagem, pertencente ao quinto e último Tomo, o *Livro da justiça, dos crimes*



e das penas. A imagem traz, em seu sentido primeiro, a justiça. Os objetos simbolizados dessa função estão representados pela teatralidade do cetro levantado e da espada erguida na mão esquerda. A seus pés se encontram três prisioneiros, que acorrentados, aguardam, claramente ansiosos em suas expressões, a sentença real. Do lado esquerdo do monarca, a personagem parece ler um documento, enquanto os outros parecem aguardar. Nesta cena o monarca não porta a armadura, o que acrescenta pureza ao ato de ministrar a justiça. Por se tratar de um volume sobre os crimes, penas e instruções do processo criminal, a cena abre-se “amplamente para o cotidiano, os costumes, a moral, o consuetudinário, (...) uma clara ligação entre o príncipe e a justiça”. Um “reconhecimento da prioridade e da centralidade da categoria *Justitia*”⁷³ durante o reinado manuelino. Se o objetivo das Ordenações era justamente oferecer a justiça a todos, a postura do rei em assumir para si

⁶⁸CALAMOTE, Albertino. *A imprensa e as Ordenações Manuelinas*. Alfragide: s/e, 1997.

⁶⁹RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 288.

⁷⁰THOMAZ, Luiz Felipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 13, 137, 142, 151, 153.

⁷¹SUBTIL, José Manuel. “A administração central da coroa”. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 75.

⁷²Idem, *Ibidem*.

⁷³SOUZA, Ivo Carneiro. *Op. cit.*, p. 60.

esse papel de ministro é a síntese do que podemos chamar de uma monarquia corporativa pautada numa justiça distributiva, que reconhece o papel de cada um na estrutura social e lhe retribui segundo o seu merecimento. Dom Manuel busca cada vez mais a atribuição desse papel central do monarca como a cabeça que organiza, mas por inspiração divina, distribui, ministra, pastoreia, enfim, realiza a justiça. É uma constante busca de um equilíbrio governativo, que vale destacar, foi alcançado por poucos monarcas portugueses. Seu governo é por isso

“um misto de continuidade e mudança”, se tornando uma resultante de um momento histórico em que as coisas mudavam a “uma velocidade vertiginosa” se comparada ao século anterior. O mundo se transformava, pelas mãos dos portugueses, em uma escala planetária, abrindo “as portas de um novo modelo de relacionamento entre os homens”⁷⁴. Este posicionamento ante a justiça trazia a postura do próprio rei como senhor deste novo modelo. Um Império novo pautado numa antiga combinação: da lei e das armas coroadas pelas Ordenações.

⁷⁴COSTA, João Paulo Oliveira. *D. Manuel I 1469-1521: um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2007, p. 145.

A África e os africanos nas fabulações cartográficas

Letícia Destro

Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RESUMO

No presente artigo propusemo-nos a traçar parte do processo referente à invenção da África e dos africanos apresentado pelas representações cartográficas. Quais foram as formas e as características que viriam a dar origem a este específico fenômeno, bem como os caminhos e desvios que o trariam para a esfera do ser e pensar ocidental, foram algumas questões que buscamos desbravar.

PALAVRAS-CHAVE: História da África, cartografia, imaginário

ABSTRACT

In this article, we set out to trace invention process of Africa and Africans as presented by cartographical representations. What were the forms and characteristics that would originate this specific phenomenon, as well as the paths and detours that would take it to the occidental sphere of being and thought are some of the questions we raise.

KEYWORDS: African History, cartography, imaginary

Há algum tempo circulava pela internet um curioso mapa. Diferentemente de outros, esse não tem preocupações de localizações geográficas. Sua função é representar uma suposta “visão norte-americana” do mundo. Nele, o ponto central são os EUA representados pela sua bandeira. Os demais países e continentes aparecem identificados por legendas que supostamente os caracterizariam como, por exemplo, a vasta porção de terra roxa com os dizeres “café, sexo, drogas” representando a América do Sul. O enorme espaço vazio em preto e branco que, apenas ao sul, possui diamantes é o continente africano. O vinho, perfume e espaguete da região azul-escura pertencem aos países europeus, entretanto a Inglaterra é o 52º estado dos EUA. Na área laranja lê-se “petróleo e guerra” referindo-se aos países do Oriente Médio. Já o marrom, os bêbados derrotados, é uma alusão aos russos. A Oceania, em azul, é apenas uma Ilha Grande que talvez fosse o Havaí.

Esse exemplo contemporâneo utiliza para a sátira uma das características mais interessantes dos mapas antigos: a imaginação como forma de conceber a realidade. Os suntuosos e ornamentados mapas-múndi medievais também apresentavam, a partir da iconografia, sua visão de mundo. Utilizam, muitas vezes, da criatividade principalmente para representar o incompreendido. Mas longe de ser algo irreal, o *mundo imaginabilis* tinha sua plena realidade e era, aliás, a condição para o conhecimento. É sobre essas representações imaginárias ou não do mundo que estamos tratando neste trabalho que nos ajudam a compreender, em específico, o processo de “invenção” da África.

A noção de invenção tomamos de empréstimo do historiador mexicano Edmundo O’Gorman que demonstrou em seu livro *A invenção da América* “[...] que nem todas as coisas e nem os acontecimentos são algo em si mesmo, mas que o seu ser depende do sentido que se lhes atribui no marco referencial da imagem que se tenha a respeito da realidade [...]”¹. A partir disso, O’Gorman buscou desconstruir a noção de “descobrimto”, pois dela parte a ideia de que a América é uma coisa em si cujo ser é passível de ser descoberto. Depreende-se dessa interpretação que a América é uma “invenção” do pensamento ocidental e, portanto, a reflexão histórica dever-se-á buscar saber por que, quando e como se atribuiu o ser ou o sentido de continente americano ao conjunto das regiões, que Colombo começou a conhecer em 1492.

As elucidações de O’Gorman serviram, dessa forma, de inspiração para o presente trabalho. Tendo por base questões e soluções formuladas pelo historiador pretendemos, no mesmo sentido, compreender semelhante processo para o caso da África e dos africanos. Para tanto, contamos com rico *corpus* documental composto por mapas.

I – O UNIVERSO E O MUNDO NO IMAGINÁRIO CRISTÃO

No imaginário cristão do século XV o universo, o globo terrestre, a Ilha da Terra e principalmente o mundo (Ecúmeno) tinham conotações muito específicas que merecem ser aqui especificadas.

O universo era concebido como uma criação de Deus, portanto era finito e perfeito – tudo nele já estava feito de forma inalterável e de acordo com um modelo arquetípico e único². A imagem arcaica do universo que o Cristianismo deu contornos teológicos era a de uma imensa esfera com duas zonas concêntricas que se diferenciavam

principalmente pela natureza. A primeira e mais afastada da Terra (centro) era a zona celeste que continha as órbitas do empíreo (reservado aos santos, anjos e seres abençoados), do primeiro motor (causa inicial de todo o movimento), do cristalino, do firmamento e dos sete planetas juntamente com o Sol e a Lua. Em seguida começava a segunda, a sublunar, que continha os quatro elementos: o fogo, a água, o ar e a terra. Nessa zona conhecida também como elementar ou da decomposição eram gerados os seres vivos destinados a perecer³.

O globo terrestre, por sua vez, não era sequer um corpo celeste, “era uma massa de matéria mais pesada do universo: uma grande bola que, fixa no centro, suportava o peso das massas de matéria em escala crescente de leveza [...]”⁴. Ele era, então, o alicerce de todo o cosmo e alojava a zona do inferno que também estava estruturado em órbitas correspondentes aos sete pecados. Na última esfera vivia Lúcifer.

A distribuição do globo em terra e mar, por sua vez, suscitava indagações a respeito do tamanho de cada uma dessas partes. Indagações essas que conheceram soluções hipotéticas se vistas à luz dos conhecimentos atuais, mas não arbitrarias, pois respondiam a exigências de natureza científica e religiosa, como ressalta O’Gorman⁵. A primeira refere-se à tese aristotélica que tem como princípio a predominância do elemento água, o Oceano, na totalidade do globo terrestre. E a outra, à noção bíblica, na qual predominava a Terra: “Deus ordena que as águas que estão debaixo do céu ajuntem-se num só lugar, e apareça o (elemento) árido. [...] E Deus chamou ao (elemento) árido terra e ao conjunto das águas chamou mares”⁶.

Essa preocupação estava diretamente relacionada à navegação, principalmente na época em que se buscava o melhor caminho para as Índias. Se fosse admitida a

¹ O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 71.

² Cf. O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 72.

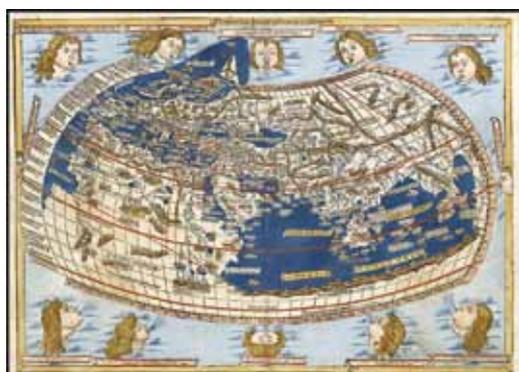
³ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 75.

⁴ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 74.

⁵ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 76.

⁶ Gênesis, I, IX e X. (41ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1985).

hipótese que atribuía à Ilha da Terra uma enorme extensão, seria mais viável uma travessia pelo Oceano Atlântico, já que não se sabia ao certo se o fim meridional da África era mesmo o Equador conforme indicação de Claudio Ptolomeu (90-168 d.C.). De acordo com o geógrafo, a África se estendia de tal modo para o sudoeste que se encontrava com a Península Asiática e o Oceano Índico, em consequência, era um mar fechado tal como o Mediterrâneo. A África para Ptolomeu aparece não circunavegável como se pode ver nesta reprodução editada em Ulm, 1482⁷ (Figura 1).



Ao contrário, se fosse considerada uma extensão diminuta, o caminho costeiro seria o mais aconselhável. Essa foi a decisão dos portugueses sob a inspiração do Príncipe Henrique (1394-1460) quando lançaram-se em busca da Índia, acreditando que os confins da África não se estenderia além do Equador⁸.

Outra questão ligada ao tamanho da Ilha da Terra dizia respeito à possibilidade de haver terras antípodas (*orbis alterius* – conforme supunham os cientistas da Antiguidade Clássica⁹) em outros hemisférios. Ao aceitar a afirmação de sua existência claramente se distinguiria a Ilha da Terra do Ecúmeno (mundo) – apenas a parte ha-

bitável por seres humanos – pois a primeira compreenderia todas as terras do globo: as antípodas e o ecúmeno.

Outro problema relacionado à existência dessas polêmicas terras dizia respeito à possibilidade de serem habitadas e por qual espécie. A resposta confrontava diretamente os preceitos cristãos de unidade fundamental do gênero humano, já que todos procederam de um único e original casal, não haveria lacunas no dogma cristão para espécies de homens diferentes e nem mesmo no Evangelho, segundo o qual os ensinamentos de Cristo e de seus apóstolos haviam chegado aos confins de toda a Ilha. No entanto, a contestação da teoria de que os homens descendem de um único casal é tão antiga quanto ela própria. Conforme resalta Leon Poliakov, antigos exegetas judeus concluíram que o Universo provavelmente tivera uma criação anterior e que algo desta criação talvez subsistisse a “anjos, demônios, ou homens, quicá melhores, quicá piores que a posteridade de Adão”¹⁰. Tal concepção confluía com as hierarquias elaboradas por Aristóteles, para quem os bárbaros tinham nascido para serem escravos.

Dessa forma, salienta-se que a ideia de que nem todos descendem de um pai comum circulava muito antes das descobertas de Novos Mundos, embora tenham recebido mais adeptos nos séculos que se seguiram, ganhando contornos mais definitivos no século XVIII.

II – A MALDIÇÃO DE NOÉ E A DIVISÃO DO MUNDO

O mundo que acabamos de esboçar era representado como sendo tripartido em Europa, Ásia e África. Esta famosa divisão tem antecedentes na cultura clássica, como atesta a reconstrução de Heródoto (484 – 443 a.C.) que insere a Líbia à composição

⁷ A parte ao Sul do Equador, como o próprio cartógrafo escreve, não era conhecida por Ptolomeu, portanto foi uma anexação dos conhecimentos da época da edição.

⁸ O’GORMAN, Edmundo. Op cit. p. 83.

⁹ Na Cultura Clássica, caso o *orbis alterus* pudesse ser habitado seria por outras criaturas que não se enquadravam no gênero humano (Cf. O’GORMAN. Op cit. p. 88).

¹⁰ POLIAKOV, Léon. *O mito ariano*: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 105.

formada por Europa e Ásia¹¹. Essa divisão, entretanto, não trata apenas de uma distribuição territorial. As três entidades eram dotadas de um sentido que transcende a geografia e integravam “[...] uma estrutura de natureza qualitativa do cenário cósmico que se desenvolve a vida humana, não num plano de igualdade, mas numa hierarquia que não remete, primariamente, às circunstâncias naturais, mas às diferenças de natureza espiritual”¹². Nessa hierarquia espiritual, a Europa ocupava o mais alto patamar.

Para esses geógrafos antigos, a África era dividida em três partes: Líbia, Egito e *Aethiopia*. A Líbia correspondia à região oeste da fronteira do Egito. Este ligava-se às áreas do Império faraônico e a *Aethiopia* (Etiópia) situava-se ao Sul do Egito. Entretanto, a designação Etiópia era bastante equívoca e assim se manteve durante muitos anos. Não havia um consenso a respeito das suas fronteiras, com as incursões portuguesas o termo foi alargado, por exemplo, para abarcar as novas áreas conhecidas chegando a designar a região do Rio Senegal até o Cabo da Boa Esperança, conforme descreve Duarte Pacheco a respeito da Etiópia Inferior ou Baixa Ocidental¹³. Além disso, “na geografia helénico-romana e, em seu seguimento na geografia medieval, dividia-se o mundo em três partes, sendo a Ásia e a África separadas pelo Rio Nilo. A África que se estendia a poente do Egito e da Líbia e Etiópia seria várias vezes incluída na Índia”¹⁴, segundo a historiadora portuguesa Marília Lopes.

O Cristianismo, posteriormente, atribuiu à antiga divisão referida um fundamento pró-

prio, no qual a Terra fora repartida entre os três filhos de Noé. De acordo com essa tradição, Cam (pai de Canaã), o filho mais novo de Noé, “tendo visto a nudez de seu pai [embriagado], saiu fora a dizê-lo a seus dois irmãos”¹⁵. Ao despertar da embriaguez e saber o que ocorrera, Noé amaldiçoou a geração de seu filho: “Maldito seja Canaã, ele será escravo dos escravos de seus irmãos”¹⁶; e abençoou a posteridade doutros dois, Sem e Jafet, por terem o respeitado e o vestido. Após o dilúvio, cada filho foi povoar uma parte no mundo, e “[...] Sem, seu primogênito, habitou a parte oriental, e Cão, a parte do meo dia [África], e Jafet habitou a parte setentrional [...]”¹⁷, conforme ressalta o cosmógrafo Duarte Pacheco. A Europa conservou, portanto, sua posição elevada que já ocupava na cultura clássica, era o reduto da verdadeira civilização fundada na fé cristã. À África, habitada pelos descendentes de Cam, coube o último lugar na hierarquia como se pode testemunhar pelas próprias palavras do cronista mor do Reino de Portugal Gomes Eanes da Zurara (1410-1474):

E aqui haveis de notar que estes negros, posto que sejam Mouros como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldição que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pela qual maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas outras gerações do mundo, da qual estes descendem [...]”¹⁸.

Vale ressaltar, contudo, que essa passagem que dá a escravidão como punição é

¹¹ A noção de terras “continentes” só aparecerá no século XV quando se considerou que as terras, mesmo cortadas pelos mares, eram um todo contínuo: “*Continents*: contíguo, imediatamente junto ou vizinho de outra coisa” (O’Gorman, Edmundo. Op cit. Nota 3. p. 190).

¹² O’Gorman, Edmundo. Op cit. p. 193.

¹³ Duarte Pacheco Pereira pertencia a uma família portuguesa nobre. Seu avô foi tesoureiro da Casa de Ceuta e seu homem do mar e cabo de guerra. Cosmógrafo, geógrafo, explorador, Duarte Pacheco escreveu *Esmeraldo de situ orbis* descrição das terras que conheceu em África. Apenas cópias do manuscrito original foram conservadas e a partir das cópias do século XVIII que se preparou a primeira edição impressa já no século XIX. Aqui utilizamos a terceira edição de 1954. PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de Situ Orbis*. 3ª edição. Lisboa, 1954. p. 96.

¹⁴ LOPES, Marília dos Santos. *Da descoberta ao saber. Os conhecimentos sobre África na Europa dos séculos XVI e XVII*, Viseu: passagem, 2002. p. 125.

¹⁵ Gênesis. 9. 22-23.

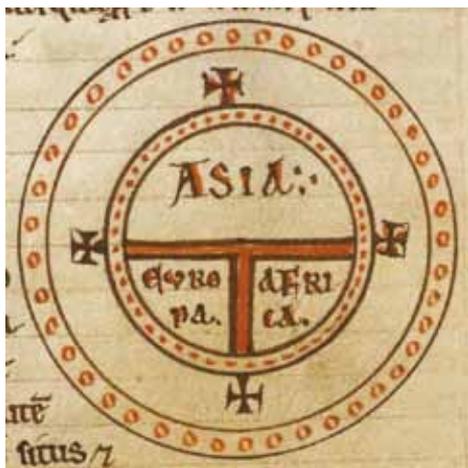
¹⁶ Gênesis. 9. 25-26.

¹⁷ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op cit. p. 22.

¹⁸ Gomes Eanes da Zurara era filho de um cônego de Coimbra e Évora. Sabe-se que frequentou a corte de Dom Afonso V. Foi considerado Cavaleiro da Ordem de Cristo e recebeu várias comendas do Infante Dom Henrique. ►

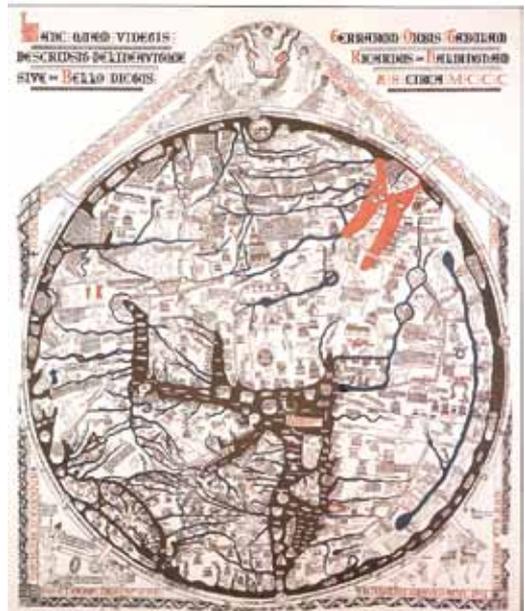
repleta de inconsistências. De acordo com Gerhard Von Rad a narrativa de Noé é uma fonte Javista (J) enquanto que a mesa das nações é “sacerdotal”, acrescentada posteriormente¹⁹. Em J a narrativa não era “[...]” sobre esse ecumênico esquema das nações, mas sobre um esquema Palestino muito mais antigo e limitado: Sem, Jafé e Canãa²⁰. A mesa das nações, uma fonte posterior, acrescentou a distribuição do mundo aos herdeiros de Noé Cam, Sem e Jafé. Conforme ressalta David Brion Davis, a mesa das nações forneceu, entretanto, a base para uma elaborada exegese destinada a provar que os negros, descendentes de Cam, estavam condenados a serem escravos e servir os demais povos²¹.

O mundo representado segundo tais premissas teológicas consolidaram-se nos mapas denominados T.O. (*Orbis Terrarum*), cujo exemplo mais antigo se encontra no *Ethimologiarum Originum* de Santo Isidoro de Sevilha do século VII (Figura 2). Suas características básicas ilustram bem a reve-



lação bíblica: o mundo tripartido em forma de T, símbolo de Cristo crucificado, com Jerusalém ao centro rodeado pelo Oceano. O Paraíso Terrestre, acima do quadrante que ocupa a Ásia. As outras duas partes são representadas por Europa e África. Cada uma dessas áreas estava associada aos três herdeiros de Noé.

O mapa de Hereford (Figura 3), atualmente na catedral de Hereford na Inglaterra,



elaborado entre 1290 e 1300 é um exemplar dessa perspectiva adornado com imagens. Não se sabe ao certo a autoria do mesmo, apenas que foi assinada por Ricardo de Haldingham e Lafford. O mapa possui numerosas figuras que representam cidades, montanhas, animais, seres mitológicos e eventos bíblicos. Na parte superior, fora do orbe está representado o julgamento final,

► Zurara sucedeu Fernão Lopes no cargo de guarda-mor da Torre do Tomo e foi também guarda-conservador da Livraria Real. Escreveu diversas crônicas a pedido de figuras importantes da época, como Dom Pedro de Meneses e Dom Duarte de Menese além da *Crônica da tomada do Ceuta* (1449) e *Crônica de Guiné* (1448). ZURARA, Gomes Eanes da. *Crônica de Guiné*. Porto: Livraria Civilização, 1937. p. 85.

¹⁹ O Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) foi escrito, de acordo com os estudiosos da Bíblia, a partir de diversas fontes de tempos diferentes. O primeiro e mais antigo documento é conhecido como Javista (J). Alguns anos depois, encontram o Eloísta (E) e incorporaram-no ao J. A diferença primordial entre ambos, em linhas gerais, são as denominações do Deus: Javé e Elohim. Séculos depois foi encontrado o Deuteronômico (D) e anexado. Por fim, o documento final, o sacerdotal (P), acrescentou e alterou muitos desses escritos, projetando muitos ideais de seus escritores.

²⁰ “[...] not about this ecumenical scheme of nations, but about a much older and more limited *Palestinian* one: Shem, Japheth and Canaan” (RAD, Gerhard von. *Genesis, a Commentary*. Filadélfia, 1961. p. 133).

²¹ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 82 e 83.

com Cristo entronizado. O mundo, por sua vez, é reconstituído caoticamente, cabendo, portanto, ao homem, a partir de suas ações e valores religiosos, merecer entrar no Reino celeste ordenador e eterno.

Dentre as regiões que o mapa representa, a África e a Ásia são as menos precisas de informações. Nelas os elementos mitológicos e reais estão bem misturados, há várias cidades reais que contrastam com minotauros e dragões. Na África, além disso, há um corredor ao sul, provavelmente uma terra antípoda, onde se reúne uma coleção de exemplares de monstros, tais como os Blêmios (que não possuem cabeça e os órgãos dos sentidos estão localizados no peito), os Ciápodes (monstros com apenas um pé) e os Amyctyraes (monstros com lábios inferiores protuberantes que podem servir para proteger do Sol)²². Na mentalidade medieval, os monstros estavam relegados a regiões longínquas e desconhecidas, muitas vezes designavam seres fabulosos cuja existência não era comprovada.

Dessa forma, a existência dos monstros confrontava questões relativas à definição da própria humanidade. Se tais seres não eram humanos e nem animais, que espécie seriam? De modo geral, as raças monstruosas pareciam ficar entre a condição de animal e de humano, porém criação de Deus conforme defendia Santo Agostinho. Na classificação de Lineu, já no século XVIII, os monstros (anões e gigantes) eram a categoria final do *homo sapiens*²³.

Sendo assim, transladar para o desconhecido elementos fantásticos e também bíblicos parecia, portanto, facilitar a assimilação e o controle sobre o espaço estrangeiro. Os posteriores exemplares de carta-portulano²⁴, entretanto, tinham, além disso, interesses geográficos que dessem conta, em especial, das rotas de comércio. A atenção se voltava em específico para as rotas

que adquiriam mercadorias suficientes para abastecer o comércio mediterrâneo e principalmente os países do Ocidente cristão que buscavam uma substituição das moedas visando a estancar a hemorrhagia de metais preciosos em benefício do Oriente. O ouro do Sudão foi uma alternativa que, durante um período, manteve o equilíbrio comercial. Esta riqueza sudanesa era filtrada através das rotas africanas traçando o Saara em direção ao Magrebe, região que a partir do século XIII se tornou a mina de ouro sem a qual a atividade mediterrânea teria se paralisado. Todas as mercadorias que a Europa podia fornecer afluíam pelas cidades norte-africanas, cidades essas que ligaram a história do Magrebe aos longínquos destinos das cidades e dos Reinos do grande anel do Níger para além do Saara²⁵.

Essas cartas, entretanto, ainda ornamentavam as regiões exóticas como Ásia e África com elementos fantásticos e religiosos. Um exemplar famoso dessa categoria é o Atlas Catalão elaborado em 1375 pelo judeu Abrão Cresques (1325-1387), cartógrafo real maiorquino (Figura 4). O Atlas, conservado na Biblioteca Nacional de Paris, foi feito sob encomenda para o Rei Carlos V da França pelo Rei Pedro IV de Aragão.



Cresques utilizou-se, como de costume, de passagens bíblicas para preencher o mapa, além de informações geográficas, históricas e mitológicas. Na África, em es-

²² O mapa de Psalter e de Ebstorf, ambos de meados do século XIII e também exemplares *T.O.*, similarmente trazem, na mesma região (entre o Nilo e o Oceano), exemplos de monstros como os desenhados no mapa de Hereford.

²³ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 68.

²⁴ A carta-portulano é um tipo de "cartografia" baseada em experiência efetiva, e eficaz técnica representativa, ela constitui um revolucionário avanço sobre o período anterior. É diretamente motivada por necessidades de tipo hidrográfico e articula-se diretamente com os roteiros ("portulanos") de que é a expressão gráfica (MARQUES, Alfredo Pinheiro. *A cartografia dos descobrimentos*. Lisboa: Edição Ello, 1994. p. 21).

²⁵ BRAUDEL, Fernand. Moedas e civilizações. Do ouro do Sudão à Prata da América. In: *Revista de História*, n. 13-14. São Paulo, 1953. p. 69 e 70.

pecífico, há destaque para a figura alegórica do imperador de Mali, trajando vestes muçulmanas, segurando uma pedra de ouro seguida pelo desenho da cidade de Tombuctu. A presença do Mansa Musa é sintomática em vários outros mapas da época e muito provavelmente a popularidade se deve a uma viagem que o próprio fizera à Meca. Aproveitando da estadia na capital egípcia, conforme ressalta Alberto da Costa e Silva, tratou de colocar seu nome e de sua cidade em evidência, espalhando sua fama por todo mundo árabe e até mesmo europeu. A imagem passada era a de um rei riquíssimo, senhor do ouro, construída a partir do esbanjo do metal ao longo da rota Mali e Meca²⁶. Ao lado do rei há um camelo e um negro nu representando os habitantes nativos daquelas paragens. A seguir aparece o Rei de Organa, com turbante e vestido azul, cuja legenda diz: “aqui reina o rei de Organa, sarraceno que tem contínua guerra com os sarracenos marítimos, e com outros árabes (alarahps), ou occidentaes”²⁷. Na sequência é o rei da Núbia e por último, conforme a legenda, rei da Babilônia²⁸.

É provável que esse mapa seja um dos primeiros a considerar a existência de populações negras com algum tipo de poder organizador, representado pela figura do soberano, o rei – embora o termo demonstre claramente uma projeção de categorias conhecidas pelo cartógrafo sobre o “outro”. Assim também o fazem os viajantes, mas com a ressalva: “deveis saber que este rei [Jalofu] não é nada semelhante aos nossos reis da Cristandade: porque o rei é senhor de gente selvagem e muito pobre [...]”²⁹, adverte Cadamosto.

De acordo com o historiador Jean Mas-sing, a iniciativa de representar as regiões por seus governantes era uma forma de repassar a ideia de que continente era permeado por monarquias centralizadas³⁰ e, por que não, pela ideia de povos governados pelo capricho de seus senhores – repercutida inclusive pela classificação do francês Carl Linné (Lineu) em 1735³¹.

Representar o interior da África com rei, entretanto, era uma característica dos exemplares portulanos. O que variava era apenas a quantidade, embora os apresentados por Cresques eram comuns a todos. O Catalão-Estense (Figura 5), conservado na biblioteca Estense de Modena, de meados do século XV, acrescenta a figura do lendário Imperador etíope Preste João no delta do Nilo³² e ao Sul a figura um rei negro com cabeça de animal. Tendo em vista que todos os demais reis africanos possuem fei-



²⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 306.

²⁷ LUIZ, Cardeal D. Francisco S. *Portugueses em África, Ásia, América, e Oceania*. Volume I. Lisboa, 1848. p. 174.

²⁸ Não se trata da Babilônia da Torre de Babel, mas de uma antiga cidade do Egito. A identidade de nomes que leva a confusão foi advertida por Susani Silveira Lemos França na sua tradução de *Viagens de Mandeville* (MANDEVILLE, Jean de. *Viagens de Jean de Mandeville*. São Paulo, EDUSC, 2007. p. 61).

²⁹ CADAMOSTO, Luís de. Op cit. p. 117.

³⁰ Cf. MASSING, Jean M. The image of Africa and the iconography of lip-plated Africans in Pierre Descelier's world map of 1550. In: LOWE, Kate & Early, T. F. *Black Africans in Renaissance Europe*. Cambridge: Cambridge University, 2005.

³¹ PRATT, Mary Louise. Op cit. p. 68.

³² A lenda desse Reino maravilhoso surgiu em tempos de cruzada, Preste João era o rei que triunfava na batalha contra o Islã num momento em que todos fracassavam. Entretanto, a localização primeira do Reino era Ásia, mais precisamente na sua fronteira com a Pérsia, se deslocando para a Etiópia no século XIV. O interesse em buscar tal Reino levou os portugueses a explorarem a costa africana na esperança de encontrar Preste João como escreve Gomes Eanes Zurara, por exemplo, que Dom Henrique encomendara a Antão Gonçalves que soubesse novas da Terra dos Negros e “[...] mais ainda das Índias, e de terra de preste João, se ser podesse” (ZURARA, Gomes Eanes da. Op cit. p. 86).

ções humanas, o último ao Sul nos sugere que sua animalização está ligada a sua localidade retornando a discussão acima iniciada a respeito da geografia dos monstros. O Sul da África seria, assim, lugar de monstros tal como nos sugeriam os mapas *T.O.* de séculos passados.

Uma característica distinta desse mapa é que ao Sul, a África liga-se a uma porção de terra desabitada, muito provavelmente retomando as antigas assertivas a respeito das terras antípodas. Além disso, o mapa mostra maiores detalhes a respeito da região do Golfo da Guiné, como a presença das Ilhas de Cabo Verde. O mapa foi desenhado, portanto, paralelamente aos primeiros contatos com os povos costeiros ao Sul do Saara, por volta de 1450.

III – OS “NOVOS MUNDOS” DAS GRANDES NAVEGAÇÕES

No século XVI, as novidades advindas das grandes navegações trouxeram transformações profundas na concepção de mundo conforme discutimos anteriormente. A “descoberta” da América aumentou ainda mais os problemas instaurados pelo contato com novos povos, deixemos a palavra à Duarte Pacheco:

Muitos Antigos disseram que, se alguma terra estivesse oriente e ocidente com outra terra, que ambas teriam o grau do Sol igualmente e tudo seria de uma calidade. E quanto à igualdade do Sol é verdade; mas como quer que a majestade da grande natureza usa de grande variedade, em sua ordem, no criar e gerar das cousas, achamos, por experiência, que os homens deste promontório de Lopo Gonçalves e toda a outra terra de Guiné são assaz negros, e as outras gentes que jazem além do mar oceano ou ocidente (que tem grau do Sol por igual, como os Negros da dita Guiné) são pardos quasi brancos; e estas são as

gentes que habitam na terra do Brasil, de que já no segundo capítulo do primeiro livro fizemos menção. E que algum queira dizer que se muitas árvores nesta terra há, que tantas e mais, tão espessas, há nesta parte oriental daquém do oceano de Guiné. E se disserem que estes daquém são negros porque andam nus e os outros são brancos porque andam vestidos, tanto privilégio deu a natureza a uns como a outros, porque todos andam segundo nasceram; assi que podemos dizer que o sol não faz mais impressão a uns que a outros. E agora é para saber se todos são da geração de Adão³³.

Todas as justificativas para a cor negra dos habitantes da África foram assim desmentidas pelo contato com os índios do Brasil. Dessa forma, ficou claro que a solução para a diferença não podia ser geográfica como se tentou convencionar, persistindo a questão relativa à unidade fundamental do gênero humano. Séculos mais tarde, sobre o mesmo raciocínio um discípulo de Lineu diria: “na África encontram-se negros e macacos antropóides; na América do Sul, sob o mesmo clima, ambos inexistem; não decorre daí que os homens negros são fruto de um cruzamento entre macacos e homens brancos?”³⁴.

Para completar, os índios rapidamente foram considerados homens, *veri homines*, pela Santa Sé. Houve, conforme ressalta Brion Davis, uma tendência entre os exploradores e missionários de ver no Novo Mundo o antigo ideal da natureza não corrompida. O nativo americano parecia desfrutar de uma inocência e felicidade de uma era anterior à queda do homem. Se a escravidão era compatível com a sociedade pecadora, como se poderia escravizar legitimamente esses filhos do paraíso? Não se pode negar que a escravização de índios aconteceu, mas, diferentemente da dos negros, muitos tentaram protegê-los das forças exploradoras da colonização. Um amplo corpo de legislação foi criado para isolar e proteger os nativos americanos.

³³ PEREIRA, Duarte Pacheco. Op cit. p. 161.

³⁴ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 157.

No entanto, a redução gradual da escravidão dos índios contribuiu para aumentar a demanda de negros, que não eram protegidos por uma grande rede de sanções imperiais. Alguns dos principais advogados dos índios, como o bispo Luanda, eram os maiores defensores da escravidão negra³⁵. De acordo com Brion Davis, essa discriminação levou quase naturalmente a uma visão de que os negros tinham nascidos para serem escravos e eram inferiores aos índios tanto quanto aos brancos. Esboça-se, assim, um contraste entre índios “brancos” e etíopes “negros”, sublinhado, como sugere Poliakov já no primeiro livro que trata do “Novo Mundo” (*De Orbe Novo* de Pedro d’Anghera, 1516)³⁶. Contudo, por que os índios foram idealizados ao passo que os negros representavam o escravo natural de Aristóteles?

Brion Davis justifica a diferença pelo fato das sociedades africanas serem, segundo ele, muito mais populosas e organizadas do que as indígenas. Havendo, assim, pouca razão para associar o africano a uma natureza primitiva e não corrompida. Além disso, o negro já havia sofrido, em algumas regiões, influência da cultura muçulmana. Dessa forma, “[...] ele [o negro] estava muito adiantado em matéria de cultura para ser considerado um inocente selvagem sem terra e liberdade [...]”³⁷. Se os negros foram considerados, de certa forma, mais organizados socialmente e isso levou a sua escravidão não saberíamos dizer. Afinal, eram julgados, muitas vezes, como gentios e bestas. Mas numa escala hierárquica, certamente não ocupavam um patamar mais alto do que os índios.

A escravidão do negro parecia assim justificada, ele nascera para o trabalho. Além disso, eram bárbaros e cometiam crimes enormes e detestáveis, a escravidão era simplesmente a sua salvação. Parece ser com esse sentimento que Zurara reza sobre a

piedade que há daquelas gentes, afinal eles mereciam ser escravos:

Eu te rogo que minhas lagrimas nem sejam dano da minha consciencia, que nem por sua lei daquestes, mas sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animálias, com seu bestial sentir, por um natural instinto conhecem os danos de suas semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim antes meus olhos aquesta miseravel companhia, lembrando-me de que são da geração dos filhos de Adão!³⁸

Esse interesse por escravos africanos ficou ressaltado, inclusive na cartografia. O planisfério de Cantino³⁹ (Figura 6), que data do ano de 1502, já ressalta, como se fosse esse seu interesse principal a respeito da África, os lugares donde se resgatam escravos e outras iguarias. Na legenda referente a “Serra Leoa” inscreve-se: “em esta serra leoa a muito ouro este eh o mais fino que ay em nenhua parte e traenlom pera portu gall e muitos escravos deles sam de jelof



³⁵ DAVIS, David Brion. Op cit. p. 199.

³⁶ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 110.

³⁷ DAVIS, David Brion. Op cit. p. 209.

³⁸ ZURARA, Gomes Eanes da. Op cit. p. 121 e 122.

³⁹ O planisfério de Cantino foi feito no início do ano de 1502 por um cartógrafo português a mando de Alberto Cantino (séc. XV-séc. XVI) como encomenda para o duque de Lisboa. A encomenda foi realizada com a exigência de que se desse conta das novidades, como ressalta A. Teixeira Mota, das “novas terras” à Ocidente. MOTA, Avelino Teixeira da. *A África no planisfério português anônimo “Cantino” (1502)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1977. p. 2).

e delos de mandinga e de cape, e esteiras mui boas e panos de algodã”. O “Castello da mina” está rodeado por negros e ao lado de casas nativas e é acompanhado da seguinte legenda: “donde traçem ao muyto escelente principe dom manuell Rey de portugall cada anno doze carauelas com ouro traze cada caravera hua com outra XXV mjll pesos douro val cada peso qujnhetos rreaes e mais traem muytos escavos e pimenta e outras cousas de muyto proueito”. A respeito do “rei de Meni” (Benim) uma legenda diz que é mouro e que sua gente trata com os navios portugueses que tiram dali escravos, ouro, papagaios e pimenta. Mais para o interior, referem-se as terras do Rei de Organa e Rei da Núbia, que como já ressaltamos são figuras típicas dos mapas tipo portulanos. O interior do continente, entretanto, continua desconhecido e apenas nomeado como “Terra do Preste Juam”.

O mapa de Cantino também apresenta a existência de um novo Reino, o Manicongo registrado pela legenda: “Aqj eh o Rey de magnicongo o quall Rey mando Rogar ao Rey don Juã que De[us] tem que mandasse la freires porque elle se queria tornar cristam e el Rey os mandou certos frades da hordem dos pedricadores e el Rey e la Reyna se tor[nar]jam cristaos e os muitos dos de seu Reyno daqj e este Rey trata cõ os da ilha de santo thome e sam escravos por cousas de pouco preço”.

De acordo com Alberto da Costa e Silva, manicongo é o título usado por Antino-Uene para expressar-se como senhor do Congo. Para alguns autores os domínios do Reino era bem pequeno, podendo até mesmo se restringir a uma aldeia, mas por direitos da linhagem seria senhor de vários outros chefes. O manicongo era, portanto, um ponto inicial de uma rede de finalidades rituais – e teria sido isso que passou a ideia de um Reino centralizado⁴⁰.

Cantino, além de já delimitar melhor as fronteiras africanas até o Cabo da Boa Esperança devido à circunavegação de Bartolomeu Dias, também já inscreve as novidades

advindas com as expedições de Pedro Álvares Cabral. Nas “terras novas” está desenhada uma paisagem composta por papagaios, símbolo de ouro, árvores e rios.

A *Terra Brasilis* ganha maior ornamentação em mapas posteriores, como o mapa-múndi do cartógrafo Dieppe Pierre Desceliers (1500-1558)⁴¹, da escola francesa, elaborado em 1550, onde o autor representa os hábitos e costumes dos indígenas (Figura 7). Pode-se vislumbrar, também, cenas de combates entre índios e europeus, de pesca e caça. A fauna sobressai-se com cobras, lagartos ou jacaré e animais aquáticos. A América já está avançadamente inventada.



A África, por sua vez, apresenta-se com suas fronteiras corretamente delimitadas. Mas quem vive nessa África já inventada geograficamente? Os mesmo habitantes que outrora se encontravam nas regiões desconhecidas ou os contatos contribuíram no avanço da percepção do outro?

Para começar, há dois textos no continente com os seguintes títulos: *Affrique* e *Ethiopie*. No que se refere a *Affrique*, Desceliers escreve que a região mais próxima da Europa é relativamente fértil e próspera, no entanto a maior parte do continente é deserta por causa do clima e dos animais perigosos. O autor ainda destaca os diferentes animais como leões, elefantes, camelos, leopardos, lincos, dromedários e diversos outros. A *Ethiopie*, por sua vez, é dividida em duas partes. Segundo o texto, a maior parte dos habitantes possui faces de monstros. Os que vivem ao Leste são cristãos e a

⁴⁰ Cf. SILVA, Alberto da Costa e. Op cit. p. 496-498.

⁴¹ Existem três mapas cuja autoria é dada a Pierre Desceliers, um de 1546 que se encontra na Biblioteca John Rylands, Manchester; o de 1550 que está em Londres na British Library e é objeto de nossa análise e o de 1553 que foi destruído no incêndio de Dresden, Alemanha, em 1915.

Oeste são chamados de mouros. Em Meroe se acha canela, pedras preciosas e minas de ouro. Verifica-se, portanto, uma distinção entre África e Etiópia.

Outra diferenciação se faz através da inversão das imagens. A região Norte, com os reis da Mauritània e da Núbia, se encontra invertida em relação aos demais desenhos ao Sul do Saara. Uma clara tentativa de diferenciá-los das terras dos negros. O Imperador cristão Preste João e seus súditos, embora se localize na região etíope, também aparecem invertidos.

Na terra dos negros, por sua vez, estão representados os Reis de Organa, do Congo e outro sem legenda. Uma prática comum, conforme já analisamos. Acima do Manicongo, o artista desenhou dois negros sentados, um está segurando um machado e uma pepita de ouro. Ambos possuem os lábios inferiores alargados, detalhe observado também por Cadamosto conforme já analisamos. Ao lado, próximo a uma das margens do Rio Nilo, há dois monstros, dentre eles um Blêmio, que faziam parte do imaginário medieval, como demonstram os mapas T.O. Ao Sul do continente se verifica ainda mais exemplares de monstros, nesse caso são animais alados, com cabeça de uma espécie e corpo de outra. Logo, apesar do continente delimitado e dos avanços dos contatos, ainda persistiam lugares comuns a respeito da África e de seus habitantes.

IV – A INVENÇÃO DA ÁFRICA GEOGRÁFICA

No racionalista século XVII, o clima mental havia evoluído de tal forma que a teoria pré-adamita passou a ser aceita em vários países europeus. É nesse século que começam as discussões a respeito da categoria “raça” e sua hierarquização⁴².

Se as conquistas geram desde o fim do século XVII a ideia do

Progresso (que talvez não seja mais do que a inversão da ideia Cristã de Queda), o contraste contém em seu germe a futura e persuasiva argumentação dos racistas, já que é invencível a tentação de atribuir aos homens brancos, portadores deste Progresso, e em que a Razão triunfante elegeu domicílio, uma superioridade biocientífica congênita⁴³.

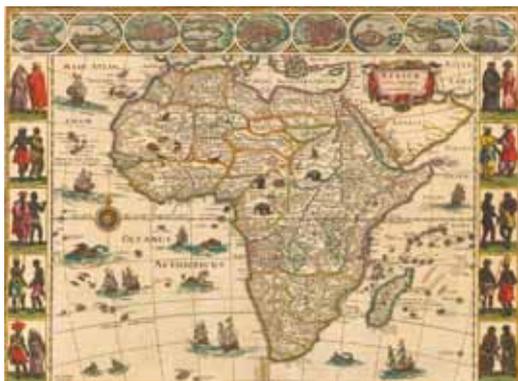
Em 1684, François Bernier publica um livro em que propõe a existência de quatro raças humanas. Mas, de fato, é com a famosa classificação de Lineu que nasce a sistemática catalogação das espécies viventes. No entanto, vale ressaltar que, mesmo na época de Lineu, a palavra raça não tem um significado exato. Há quem use como sinônimo de espécie, ou mesmo de nacionalidade, contudo a ideia de que existem subespécies ou variedades geográficas já está presente e que, a partir de um determinado momento, serão chamadas de raças⁴⁴. Em meados do século XVII observamos alguns mapas a respeito da África que hierarquizam os negros africanos nas franjas laterais. Parece ser essa uma marca da família holandesa Blaeu inaugurada por Willem Blaeu (1571-?) e utilizada também por Frederik de Wit (1629-1706). O interior do mapa é repleto de informações geográficas, ao passo que os desenhos iconográficos se deslocaram para as laterais. Em ambos os casos as franjas superiores figuram os principais centros urbanos na visão de seus autores. Quase todas as cidades se localizam na África do Norte, com exceção de Moçambique e Forte de El Mina presentes apenas no mapa de Blaeu, que eram, de todo modo, importantes entrepostos comerciais de escravos (Figuras 8 e 9).

Nas bordas laterais, entretanto, estão representados alguns povos africanos da costa ocidental *versus* a oriental. Na medida em

⁴² Foi, contudo, no século XVIII que as discussões acaloradas se acirraram em torno do que genericamente se denomina de *poligenismo*, que exibia como seu principal argumento a antiga teoria pré-adamita. Nesse sentido, as diferenças entre os povos podia se justificar ao pertencimento a raças completamente distintas, a maior parte delas sub-humanas, e em alguns casos, marcadas pela bestialidade.

⁴³ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 120.

⁴⁴ BARBUJANI, Guido. *A invenção das raças*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 65.



que seguimos para o Sul, os povos adotam a nudez, uma alegoria à típica selvageria dos negros, reforçando a ideia de que o Sul é território da selvageria. No alto da hierarquia estão os povos da região Norte como os marroquinos e os egípcios.

Neste momento a África está inventada geograficamente. Reis nativos já não são mais a tónica do momento, nem mesmo os monstros que agora só habitam os mares. Começa-se, então, a distinguir os diferentes povos africanos numa relação hierárquica medida pela noção de “cultura” europeia. As ambiguidades que permeavam o continente cederam lugar a povos cuja “cultura”, na medição europeia, é atrasada e pobre. Esse pensamento, com respaldos nos estereótipos até aqui analisados, manterá a África e os africanos ahistóricos por longos séculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tentamos demonstrar, concepções acerca da África insurgiam nos textos e mapas desde a antiguidade clássica. As

regiões da Líbia, Etiópia, e do Egito eram os clássicos representantes da África e continuaram por muitos séculos. Mas, mesmo na divisão de mundo antigo, havia uma hierarquia na qual a Europa ocupava o mais alto patamar.

Com a disseminação do Catolicismo, as explicações sobre universo, mundo e globo terrestre ganharam novos contornos. Antigas teorias delinearam novos paradoxos. As *terras alterius* substancializavam um problema para a cosmologia cristã pautada na Sagrada Escritura. Existiriam terras para além daquelas anunciadas pela Bíblia? E pior, seriam habitadas? Nesse contexto, a África era palco de representações equívocas. Muitos acreditavam que ela abrigava outras espécies como monstros e também terras antípodas ao Sul; embora tal imagem contradissesse o principal preceito católico da unidade fundamental do gênero humano.

A divisão do mundo estava, nesse período, pautada no Livro Sagrado e na clássica passagem do Antigo Testamento na qual a distribuição das partes se fez por Noé entre seus filhos. A África e seus habitantes receberam a maldição rogada pelo pai à Cam e ocupou, dessa forma, o mais baixo posto numa hierarquia das partes do mundo. Seus habitantes estavam, assim, condenados eternamente a servir os demais herdeiros: de Sem e Jafet. As grandes navegações, por sua vez, se incumbiram de desordenar esse mundo traçado pela Igreja Católica. O contato com povos de maneiras e costumes tão distintos acirraram ainda mais os debates a respeito da teoria adamita: Aquela gente de costumes tão selvagens e bestiais era também descendente de Adão?

Nessa conjuntura, o Norte africano era o eixo comercial nas trocas mediterrâneas, mas as novas extensões ao Sul – principalmente a partir da linha equatorial – essas guardavam os estereótipos. Os reis nativos, os monstros de terras ignotas, o lendário Imperador cristão Preste João, os negros pagãos passíveis de conversão e a natureza exuberante e exótica confrontavam-se com os mouros brancos da região árida e seca do Norte, infundáveis inimigos dos cristãos. Existia mais de uma África. Ou mesmo uma África e uma Etiópia.

Mais tarde, outra realidade surge, um Novo Mundo se afigurou no horizonte do Oceano Atlântico e com ela se multiplicaram problemas insolúveis, que nos tempos modernos acarretaram o descrédito das genealogias da Bíblia. A existência dos índios precisava também ser justificada, além de suas terras que a explicação católica nem ao menos fez menção. Contraditoriamente, os nativos americanos foram assimilados, eles pareciam desfrutar da inocência e felicidade de uma era anterior à queda do homem. Dessa forma, sua escravização foi calorosamente condenada por muitos: Como legitimar a escravidão desses filhos do paraíso? E assim, os negros permaneciam no limiar da hierarquia. Apenas os bárbaros e pecadores podiam ser escravos? Então mão de obra africana para exportação. O paradoxo central dessa situação, no entanto, parece óbvio. Como justificar a escravidão dos negros sem ferir a unidade fundamental do gênero humano? Tal ambiguidade, contudo, não foi suficiente para coibir o tráfico de escravos.

Embora não tenha sido esse nosso principal objetivo de análise, pudemos perceber, além disso, que a invenção da América foi um processo muito mais rápido do que o da África, que demorou séculos até se constituir. O interior africano visto como hostil, selvagem e cheio de doenças foi um entrave

para a exploração europeia ao contrário do paraíso idílico americano.

Novas diferenças, novas discussões. Assim entra o século XVII, com outra mentalidade. Muitos já não justificavam a criação do mundo a partir de um único pai, cada vez mais teorias pré-adamitas avançavam na mentalidade ocidental dando forma às discussões sobre a existência de diversas espécies. E assim foi se aprofundando cada vez mais o fosso entre os brancos governados por leis e os negros governados pelo capricho ou, entre os europeus e africanos. As realidades não europeias foram, dessa forma, o espelho dos europeus. Revelando-se nos retratos dos outros, os povos da Europa reafirmaram sua experiência histórica e continuaram a se considerar a proeminente civilização e agora uma cultura evoluída. Os africanos por sua vez carregaram todos os estereótipos que a sua invenção os concedeu.

E assim é que "da maldição de Cam [...], até a classificação de Lineu e às descrições de muitos filósofos das luzes, os homens negros serviram de alvo às impiedosas censuras dos homens brancos, a negrura e com ela a vasta gama de suas associações malélicas, [opuseram] a brancura, como crime à inocência, ou o vício à virtude, ou ainda a bestialidade à humanidade"⁴⁵.

⁴⁵ POLIAKOV, Léon. Op cit. p. 110.

O espaço cartográfico enquanto escrita do poder ¹

Thiago Alves Dias

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte no Programa de Pós-Graduação em História e Espaços.

RESUMO

No ano de 1766, o Governador de Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, ofereceu de presente ao Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado uma carta topográfica contendo representações espaciais das novas vilas criadas na Capitania de Pernambuco e suas anexas durante seu governo. Os objetivos de produção dessa carta eram representar o espaço colonial transformado pelas imposições régias, através de uma paisagem subjetiva, para demonstrar a altivez do Império português e os feitos maravilhosos de seus súditos. Sendo assim, partindo de um recorte topográfico realizado nesse mapa – a Capitania do Rio Grande do Norte –, analisaremos o momento de produção desse mapa, a representação visual acerca das novas vilas fundadas e a relação entre seus idealizadores e o processo colonizador português.

PALAVRAS-CHAVE: espaço cartográfico, representação, poder

ABSTRACT

In the year 1766, the governor of Pernambuco, Luiz Diogo Lobo da Silva, has offered a gift to the State Secretary of the Navy and Overseas Affairs, Francisco Xavier de Mendonça Furtado satisfaction a topographic spatial representations of the new towns created in the province of Pernambuco and its attached during his administration. The production goals of this letter represent the colonial space were transformed by the royal taxes, through a subjective landscape, to demonstrate the pride of the Portuguese Empire and the marvelous deeds of his subjects. Thus, from a cut made in this topographic map – the Captaincy of Rio Grande do Norte – time to analyze the production of this map, the visual representation of the new villages founded on the relationship between its creators and Portuguese colonization process.

KEYWORDS: space mapping, representation, power

A propensão centrífuga, a que os Geômetras atribuem a conservação da máquina do Mundo; confessando que da sua virtude está pendente a união deste grande Composto; foi a razão mais forte que me persuadiu a que esta Carta Topográfica, em que descrevi as Terras Meridionais deste Novo Mundo, tenha a sua natural inclinação dirigindo-a V. Ex^a. em cuja a Ilustríssima Pessoa depositou a experiência a compreensão de toda a América portuguesa. ²

¹ Agradeço à Dra. Fátima Martins Lopes (UFRN) por ter me proporcionado o contato digital com a carta topográfica aqui trabalhada, assim como as indicações de leitura, correções e sugestões para o texto final. Agradeço também o incentivo de Nívia Paula de Assis (UNIVASF) e a bolsa CAPES que me permitiu adquirir bibliografia e fontes necessárias a essa incipiente pesquisa.

² Luís Diogo Lobo da Silva, Recife, 31 de março de 1766.



A epígrafe acima está escrita na carta topográfica em que nos deteremos durante as próximas páginas. A "Carta topográfica aonde se compreendem as Capitânicas de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco"³, foi pintada, provavelmente, entre 1763 e 1766 por José Gonçalves da Fonseca e topógrafos militares, a mando do então Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, sendo um presente para o irmão do Marquês de Pombal, o Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Metáforas e elogios misturam-se entre as palavras de Luís Diogo Lobo da Silva. Se a vocação à centralidade é que torna a 'máquina do Mundo' conservada e unida, então são ilustres pessoas como Francisco Xavier de Mendonça Furtado⁴ que torna o Império português altivo e forte, e, portanto, é a pessoas como ele, que Luís Diogo Lobo da Silva deve presentear com "tão pequena oblação", essa carta topográfica.

Estando hoje sob a guarda do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar em Lisboa, Portugal, o presente a Francisco Xavier de Mendonça Furtado é composto de duas folhas coladas, medindo 96 x 62 cm. Na superfície dessas duas folhas couberam faixas com dizeres em latim, o brasão da casa de Bragança e o escudo do Rei Reformador, um anjo barroco, e, principalmente, a indicação das novas vilas criadas em Pernambuco e suas anexas, a partir das diretrizes culminando no Diretório dos Índios⁵ e colocadas em prática

por Luís Diogo Lobo da Silva na Capitania de Pernambuco e anexas.

A historiadora Laura de Mello e Souza (2006, p.327-349) dedicou um capítulo exclusivo de um de seus livros sobre a trajetória política e administrativa de Luís Diogo Lobo da Silva na Metrópole e na América portuguesa. Tendo sido governador da Capitania de Pernambuco entre 1756 a 1763, e das Minas Gerais entre 1763 e 1768, foi um "observador privilegiado que transitou da velha zona açucareira e aristocrática, já decadente naquela época, para a nova região das Minas, onde a sociedade nova e de cunho marcadamente arrivista começava a sedimentar-se".

A carta topográfica foi remetida a Francisco Xavier em 1766, quando ele já não se encontrava mais na América portuguesa, tendo assumido, desde 1762, o cargo de Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, enquanto Luís Diogo já era governador da rica Capitania das Minas. Como bem denominou Laura de Mello e Souza no título do capítulo do livro sobre o governador, a trajetória política e administrativa de Luís Diogo foi marcada pela "remuneração de seus serviços" à coroa. Mas, quanto pesa a carta topográfica na trajetória política e administrativa de Luís Diogo Lobo da Silva? Ou melhor, qual o significado dessa carta e suas implicações no Governo do Império? Haveria um legado privilegiado de discussão para essa aparente inocente carta? Julgamos que sim.

³ Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar / Direção de Serviços de Engenharia. Mapoteca, doc. 4586-3-38-52. "Carta topográfica aonde se compreendem as Capitânicas de que se compõem ao presente o Governo de Pernambuco; oferecida ao Ilmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado" – 1766. (por José Gonçalves da Fonseca). No entanto, ela pode ser visualizada através de uma consulta virtual ao acervo digital do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia, Lisboa, no site: < <http://am.exercito.pt/bibliopac/bibliopac.htm> >. Acesso em 18 fev. 2011.

⁴ Sobre a trajetória administrativa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado na América portuguesa ver: RODRIGUES, Maria Isabel da Silva Reis Viera. *O Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão* (1751-1759): contribuição de seu Epistolário para a História Portuguesa do Brasil. Dissertação (Mestrado de História e Cultura do Brasil, Faculdade de Letras). Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997. Ver também: PEREIRA, Arnaldo António. Para uma caracterização de política colonial pombalina: a administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-1759). *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*. v. 2, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

⁵ Vasta é a produção historiográfica brasileira e portuguesa que trata sobre o Diretório dos Índios e suas implicações/aplicações na América portuguesa. A título de exemplo e como sugestão para discussão inicial do tema, sugerimos: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de 'civilização' no Brasil do século XVIII*. Brasília: UnB, 1997.

I – SOBRE ADMINISTRADORES E MAPAS

Ainda de acordo com o estudo de Laura de Mello e Souza, Luís Diogo teria recebido um vencimento anual de seis mil cruzados enquanto era Governador de Pernambuco. Em troca disso, entre tantas melhorias empreendidas, o governador seguiu à risca as Leis de Liberdade e o Diretório dos Índios de Francisco Xavier Mendonça Furtado, abraçou a cruzada pombalina contra os jesuítas e fundou 25 novas vilas na Capitania de Pernambuco e Anexas, entre elas as da Capitania do Rio Grande do Norte. Luís Diogo, assim como muitos administradores a serviço da coroa, estendeu o Império, ganhou “para a coroa Reinos e comércios riquíssimos espalhados por todo o globo, descobrindo e conquistando um novo mundo com tesouros imensos, para exaltar mais a sua grandeza” (MELLO E SOUZA, 2006, p.328-331).

Podemos entender a ação desses administradores, notadamente Luís Diogo Lobo da Silva, a partir das assertivas de Max Weber acerca do funcionário patrimonialista. De acordo com Max Weber, nas relações de poder patrimonialista, a figura central, no nosso caso o Rei Dom José I, e seus ideais absolutistas, se fazem sentir em todas as suas esferas de dominação, seja nos ritos, nos gestos, nos funcionários, na habitação, nas terras. A dominação patrimonialista entende o poder não simplesmente investido pelo rei, mas, investido pelo rei e aceitado legitimamente pelos súditos e transferido a todas as suas possessões através da aceitação dos envolvidos nesse poder.

Nesse sentido, os funcionários reinóis demonstram, dentro dessa perspectiva, o comportamento autoritário e absolutista como uma repetição do comportamento do próprio rei. Para Max Weber, esses funcionários atendem ao cargo patrimonial, em que “a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal, aproveitável em forma de tributos e emolumentos”, transferidos aos seus funcionários mais capazes (WEBER, 1999, p.253).

Sendo assim, Luís Diogo que tão bem administrou as possessões reinóis em nome do monarca e, como extensão dele próprio, mandou produzir uma carta topográfica de presente a um dos mais proeminentes ‘homens do rei’. Francisco Xavier de Mendonça Furtado recebia essa carta como uma prova cabal de seu colega administrador, por ter “governado grandes Estados”, com a “sua Alta Inteligência”, de forma competente, como “um Todo deste dilatado Continente” (Carta topográfica).

Por outro lado, as intenções e o trabalho de Luís Diogo não poderiam deixar de ser anunciados. Afirmou, nos escritos na própria carta, que por ser Governador de “Pernambuco no presente tempo, devedor no aumento de suas Povoações ao Diretório estabelecido, e propagado já com antecipação por V. Ex^a. nos Estados do Gram Pará e Maranhão”, teve a honra de ser testemunha e gerenciador da disposição de tão importantes mudanças operadas, “pelo qual se converteram nestas Capitanias as antigas Aldeias em novas Vilas, que nesta Carta vão assinaladas nas posituras em que existem”. Nesse sentido, somente a Francisco Xavier caberia tão rico presente, posto que, “quem duvida que seria grande incúria da minha eleição se a outro Patrono, que não fosse a V. Ex^a. dedicasse este compendiado desenho”. Elogios e autoafirmação.

Foi na perspectiva de um bom vassalo do rei que Luís Diogo Lobo da Silva fez as coisas certas, prestou as homenagens acertadas, tanto que, quando saiu da América portuguesa e voltou ao Reino, tomou lugar, em 1773, de um assento como membro do Conselho Ultramarino (MELLO E SOUZA, 2006).

A feliz ideia de Luís Diogo em mandar forjar essa representação imagética das possessões reinóis, não foi nem de longe uma atitude original. Essa relação entre o conhecimento geográfico e o exercício do poder era lição conhecida por toda a Europa letrada e leitora de Maquiavel desde início do século XVI. Dentre as tantas lições necessárias ao ‘bem governar’, Maquiavel (2010, p.155) afirmava que o príncipe deve “entender a natureza dos rios e dos pântanos [...], conhecer seu próprio território”, para assim, “melhor entender a defesa dele; depois, me-

diante o conhecimento e a prática desses lugares compreende-se com facilidade todos os outros lugares”.

Luís Diogo sabia que um mapa era uma linguagem privilegiada numa sociedade em que as imagens e as projeções ganhavam sempre maior notoriedade. Além do mais, já que o monarca não podia caminhar pelos seus territórios e praticar os lugares – como afirmou Maquiavel antecipando em pelo menos três séculos Michel de Certau⁶ – poderia vislumbrar, a partir dessa carta topográfica, os territórios coloniais, para conhecer seus domínios.

II – O ESPAÇO CARTOGRÁFICO

Nesse sentido, o conceito que ora nos ocupa, advém, em grande medida, de um alargamento teórico daquilo que os geógrafos chamam de cartografia do espaço. Sendo assim, a troca consciente da posição dos conceitos ‘cartografia do espaço’ para ‘espaço cartográfico’ denota apropriações diferentes, assim como aproximações teóricas diferenciadas.

A cartografia define-se como a representação do espaço físico, conceitualmente demarcada e condicionada historicamente, pertencendo, assim, ao campo da história social das representações do espaço e da geografia física. Balizada pelos conhecimentos técnicos como latitude, longitude, relevo, hidrografia e dezenas de outros elementos que tornam a cartografia uma pretensa representação da realidade física imediata do espaço; cartografar o espaço significa, antes de tudo, representar um determinado espaço físico através da pintura e das formas geométricas sobre um suporte, comumente o papel e mais recentemente os arquivos digitais.

Espaço cartográfico é tributário dessa definição, porém, vai muito além por unir convergências teóricas do campo da representação, do discurso e do poder. Dentro de nossas limitações e problemas de conceituação, selecionamos alguns autores que discutem, no cerne de suas problematizações, a questão do espaço e das espacialidades.

Tentaremos com esse exercício analítico nos aproximarmos de uma conceituação acerca do espaço cartográfico.

Buscando sistematizar conhecimentos fundamentados no campo da geografia acerca do espaço a partir da interação com outras áreas de produção do conhecimento humano – antropologia, filosofia, física, geometria, matemática, etc. Douglas Santos (2002, p.23; p.46) afirma que a “construção cultural da humanidade é, entre outras coisas, a construção de sua geografia”, sendo que, “colocar as coisas e os homens nos seus lugares implicou medir distâncias e, mais que isso, sistematizá-las como representação possível e necessária para garantir os novos parâmetros de produção/reprodução social”.

O que Douglas Santos chama de os ‘novos parâmetros de produção/reprodução social’ advém, em grande medida, daquilo que se convencionou como modernidade, notadamente, a partir das navegações e da incorporação de conhecimentos advindo das viagens ultramarinas. Noções de distância, medidas de espaço, categorias de estudo, instrumentos de mensuração. O mundo tornava-se demasiadamente grande e complexo com a incorporação de novos continentes. Ocorre que muito cedo as monarquias europeias descobriram a necessidade do conhecimento geográfico para o exercício do poder sobre as novas possessões, e o mapa foi fundamental nesse exercício.

De acordo com Stephen Greenblatt (1996, p.80-81), as possessões não poderiam ser assimiladas “inteiramente em testemunhos verbais”, pois, os procedimentos jurídicos da cultura europeia à época moderna requeriam as “provas escritas”, assegurando assim “que tudo fosse registrado e revestisse de maior autoridade. Os papéis são cuidadosamente selados, preservados e levados, através de milhares de léguas oceânicas”. Os registros, sejam eles manuscritos ou descritos nos mapas, funcionam como “penhor da verdade”, possuindo o efeito de produção da legitimidade e da legalidade. As descrições imagéticas das possessões coloniais produzem o efeito do maravilhamento

⁶ CERTAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

na imaginação daqueles que apreciam tais desenhos. As terras descritas, os montes desenhados, os rios pintados nos mapas produzem o efeito do maravilhoso num misto de representação e discurso de posse, extraindo de uma dada situação concreta tropos e símbolos de uma intencionalidade: a efetiva posse, a posse de terras maravilhosas, longínquas e férteis.

Nesse sentido, "com plena consciência de que eram instrumentos nos distantes trópicos, mas vindos de uma civilização onde a herança e a transferência legais do espaço geográfico provinham de longa data", as monarquias europeias expansionistas, "frequentemente tentaram legitimar a expansão do seu poder através de métodos de aparência legal"(ANDERSON, 2008, p.240). De acordo com Benedict Anderson "os usurpadores [europeus] estavam reconstruindo, sobretudo, em relação a outros europeus, a história da aquisição das novas posses". É nesse movimento de legitimação das dominações coloniais que, de acordo com Anderson, os mapas históricos, "destinados a demonstrar, no novo discurso cartográfico, a vetustez de unidades territoriais específicas solidamente delimitadas" (2008, p.240-241).

As Metrôpoles não pretendiam apenas criar, sob o seu controle, uma paisagem humana de plena visibilidade ao confirmar sua hegemonia sobre os povos. Era necessário representar essas possessões e esses possuídos para que "a condição dessa visibilidade fosse validada e que todos os espaços estivessem conformados sobre seu poder". Não por acaso "o mapa modelou profundamente a maneira pelo qual o Estado colonial imaginava seu domínio e a geografia de seu território", colorindo em folhas de papéis suas possessões maravilhosas. É preciso não esquecer que "esse estilo de criação imaginária não nasceu do nada. Foi resultante das tecnologias de navegação, astronomia, horologia, topografia, fotografia e impressão gráfica, para nem mencionar a tremenda força propulsora do capitalismo". (ANDERSON, 2008, p.254).

Espaço cartográfico, portanto, é a representação discursiva do poder, expressada sobre suportes diversos, contendo desenhos, figuras e linhas simbolizando posses e demarcações imaginárias; é toda e qualquer tentativa de aproximação da realidade física aparente dos territórios, expressos através de discursos imagéticos sobre papel, couro, pedras ou arquivos digitais. Produzir espaços cartográficos faz parte da capacidade técnica humana de representar territórios imaginários, nações imaginárias, como uma amostragem de poder, revestidos de intencionalidades e interesses bem definidos.

Sabendo de nosso entendimento acerca do espaço cartográfico, passaremos a analisar a carta topográfica de 1766 à luz da definição conceitual acima apresentada.

Embora na carta topográfica de 1766 esteja afirmado que as antigas aldeias transformadas em vilas estão representadas "nas posituras em que existem", ou seja, nas suas devidas localizações, não foi bem o que ocorreu.

Junto às modificações espaciais empreendidas em Pernambuco, o mapa mostra as Capitânicas anexas e as vilas fundadas em toda a jurisdição do Governo Geral de Pernambuco. A partir da década 1760, de acordo com imposições régias e entre deslocamentos populacionais, a Capitania do Rio Grande do Norte sofreu mudanças espaciais que resultaram na criação de cinco novas vilas⁷. Às vilas de índios somaram-se a Cidade de Natal, sede do governo administrativo da Capitania, como resultado prático de uma política de afirmação territorial e formação de espaços efetivamente coloniais, oriundos do Gabinete pombalino.

Das novas vilas formadas a partir dos antigos aldeamentos e missões indígenas, foram elas: Vila de Extremoz (1760), Vila de Arez (1760), Vila de Portalegre (1761), Vila de São José do Rio Grande (1762) e Vila Flor (1769). Todas referenciadas no momento de sua criação e denominadas como 'Vila Nova de Índios'. Diferentes momentos de criação, localidades e especificidades

⁷ Sobre esse assunto ver: LOPES, Fátima M. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII*. 2005. fls 700. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

com, no entanto, um mesmo objetivo, uma mesma lógica para todas: efetivar a colonização portuguesa em todo o Império a partir da formação de unidades administrativas urbanas, em outras palavras, fundar espaços coloniais.

Ao analisarmos as localizações das novas vilas fundadas na Capitania do Rio Grande do Norte expressas na carta de 1766, com exceção da Vila de Portalegre que fica no sertão da Capitania, percebemos que todas as vilas fundadas estão ao Norte da cidade de Natal. No entanto, se compararmos essas mesmas informações com um mapa atual, perceberemos que todas as localidades, com exceção da Vila de Extremoz, ficam ao Sul da cidade de Natal.

Importava realmente, nesse momento, em que se advogava por uma realidade colonial avançada nos quatro cantos, se Vila Flor ou São José ficavam do Sul ou ao Norte de Natal? Por enquanto, não temos certeza. Podemos afirmar, no entanto, que, "uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão, se torna um lugar concreto, ela mistura categorias, torna metáforas mais reais que seus referentes, tornam-se de fato parte do cenário". De acordo com Simon Schama (1996, p.70), "paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto de imaginação

projetada sobre mata, água e rocha". O espaço colonial transformado pelas imposições régias também foi representado dessa forma na carta topográfica de 1766: uma paisagem subjetiva, que expressava nas linhas criacionistas do pintor, o Império português e seus feitos maravilhosos.

A feitura da carta de 1766 possuía como objetivo representar, através de um plano cartográfico, o avanço da colonização e a formação dos espaços coloniais em Pernambuco e suas anexas. Seu objetivo era representar e apresentar domínios. Não mais avanços e conquistas territoriais, mas vilas coloniais que marcavam as possessões colônias lusitanas na América.

O mapa é, portanto, uma abstração humana da realidade a partir da técnica, representando algo que já existe, ou não, e antecipando uma realidade espacial e virtual. Um modelo para o que se pretende representar. Não bastava apenas conformar territórios e corpos sob a dominação colonial, era necessário também legitimar espaços criando possessões imaginadas e representadas discursivamente. O impacto que essa carta topográfica incidiu sobre aqueles que a apreciavam era de grandiosidade do Império, competência dos funcionários reinóis e autoridade do Rei.

III - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas*. O deslumbramento do Novo Mundo. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 1ª ed. 1532. São Paulo: Hedra, 2010.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.





Carta topográfica do Governo de Pernambuco e suas anexas – 1766. Detalhe das vilas da Capitania do Rio Grande do Norte

FONTE: Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/Direção de Serviços de Engenharia. Mapoteca. Doc. 4586-3-38-5. "Carta topográfica aonde se compreende as Capitânicas de que se compõem ao presente Governo de Pernambuco oferecida ao Ilmo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1766" (por José Gonçalves da Fonseca).



Mapa atual do Estado do Rio Grande do Norte

FONTE: Mapa político e administrativo do Estado do Rio Grande do Norte. SEPLAN/CODPLAC, 2001. Disponível em: <<http://abigael-irad.blogblogfirst.in/10052919/mapa-do-rio-grande-do-norte/>> Acesso em 11 ago. 2010.

A América do Sul na cartografia renascentista

Maria Márcia Magela Machado

Possui graduação em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985), especialização em Percepção Ambiental pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1992), especialização em Geoprocessamento pela UFMG (1998), mestrado em Geografia pela UFMG (1997) e doutorado em Geologia pela UFMG (2009). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da UFMG.

Úrsula Ruchkys

Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997), mestrado em Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2001) e doutorado em Geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Cartografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO

A partir dos 1550 a Antuérpia se tornou o principal centro de produção e impressão de mapas-mundi e atlas. Nesses mapas, o Novo Mundo passou a ganhar forma. Entretanto, a matematização da representação do espaço, que caracterizou a cartografia renascentista, não impediu que grandes distorções fossem imputadas aos territórios das colônias ultramar. A falta de conhecimento da realidade geográfica e o imaginário, alimentado por narrativas sobre esses territórios, foram, por vezes, responsáveis pelas deformações. Esta cartografia refletiu o deslumbramento causado pelos enormes tesouros encontrados pelos espanhóis no Peru. Em vários mapas publicados no Renascimento, o território peruano aparece ampliado, chegando a ocupar praticamente toda a área central da América do Sul em detrimento, principalmente, do território brasileiro que, grandemente subdimensionado, chega a parecer uma península. Um olhar atual sobre as imagens disformes da América do Sul nestes mapas nos remete a um anamorfismo. É como se os territórios de Brasil e Peru tivessem sido submetidos a uma transformação espacial na qual o gradiente de distância euclidiano foi convertido em uma nova métrica: os tesouros até então descobertos.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia renascentista, mapa-múndi, América do Sul, anamorfose

ABSTRACT

From the 1550's Antwerp became the main center of production and also print world maps and atlases. In these maps, the New World began to take shape. However, the mathematization of representation of space that characterized the Renaissance cartography did not prevent that large distortions were imputed to the territories of the colonies overseas. The lack of knowledge of the geographical reality and imagination, fueled by stories about these territories, were sometimes responsible for the deformations. This cartography recorded glare caused by the enormous treasures found by the Spaniards in Peru. In several maps published in the Renaissance, the Peruvian territory appears enlarged, occupied almost the entire central area of South America to the detriment, mainly, of Brazilian territory, that greatly underestimated, comes to seem a peninsula. A current look of the deformed images of South America in these maps leads us to an anamorphic. It is as if the territories of Brazil and Peru have undergone a transformation space in which the gradient of Euclidean distance was converted into a new metric: the treasures so far discovered.

KEYWORDS: Renaissance cartography, world maps, South America, anamorphic

I – ANTECEDENTES

Durante a Idade Média praticamente não havia distinção entre cartógrafo e artista, pintar paisagens e fazer mapas eram atividades correlatas e artísticas. Basta dizer que se utilizava uma mesma terminologia para designar pintura e mapa, ambos eram “*pictura*” (REES, 1980). Assim, a cartografia medieval espelhava a mesma mentalidade das pinturas: a preocupação com o objetivo didático de mostrar a grandiosidade de Deus sobrepujava a estética. A finalidade primária do mapa-múndi era comunicar os eventos significativos da história cristã e não gravar suas localizações com precisão, de tal forma que o simbolismo e a alegoria tinham função primordial (WOODWARD & HARVEY In: HARLEY & WOODWARD, 1987).

Woodward (1985) coloca que, muito em função da tendência de se considerar a cultura da Idade Média essencialmente estática, os mapas-múndi medievais são mal interpretados e generalizados como circulares em *T-O*. Entretanto, o pesquisador argumenta que os mapas deste período, apesar de esquemáticos na forma, não podem ser agrupados numa tipologia única. Woodward (*ibidem*) analisa as tipologias dos mapas-múndi medievais e propõe uma subdivisão em quatro categorias principais: tripartido, zonal, quadripartido e transicional.

A Categoria Tripartido abriga exatamente aqueles mapas concebidos no modelo *T-O*, no qual mundo é representado por um círculo com um *T* em seu interior, formado pelas três maiores feições hidrográficas conhecidas – Rio Don, Rio Nilo e Mediterrâneo que dividem as três partes conhecidas do mundo – Ásia, Europa e África. Como é orientado segundo o Leste, a Ásia ocupa a metade superior do círculo, a Europa, o quarto inferior esquerdo, e a África o quarto inferior direito. Jerusalém situava-se quase sempre no centro. A Categoria Zonal é uma derivação do modelo climático grego, são mapas, também circulares, orientados segundo a direção Norte-Sul divididos em cinco zonas climáticas segundo os paralelos de latitude. Já a terceira categoria, Quadripartido, é considerada por Woodward (*ibidem*) intermediária, pois os mapas assim

classificados combinam características de ambas as categorias anteriores. Independente do formato, que pode ser circular, oval ou retangular, os mapas classificados como quadripartidos “são orientados segundo o Leste e apresentam um “rio-oceano” que divide o conhecido mundo tripartido numa quarta parte, desconhecida por causa do calor do Sol, mas habitada pelos Antipodes” (WOODWARD, 1985, p.511-512). A quarta categoria, como o próprio nome indica, é transicional entre a Idade Média e a Renascença.

Segundo Woodward (1985, p.512), esta última categoria engloba mapas dos séculos XIV e XV que apresentam uma profunda mudança em relação aos anteriores e assinalam a evolução dos mapas-múndi em fins da Idade Média.

Estes mapas diferem fundamentalmente dos modelos zonal ou tripartido do Mundo Romano Tardio, e apresentam, de diferentes maneiras, o espírito do Renascimento, tendo como base a configuração do Mar Mediterrâneo comumente encontrada nas cartas portulanos e registrando, em algum grau, as explorações contemporâneas, especialmente as viagens portuguesas para as ilhas Atlânticas e ao longo da costa oeste da África. (WOODWARD, 1985, p.512)

Veloso Filho (2010), a exemplo de Woodward, entende o século XV como uma fase de transição na representação do mundo e relaciona um conjunto de mapas, elaborados entre 1411 e 1460, que explicitam a evolução da cartografia medieval. São eles os mapas-múndi dos venezianos Albertin de Virga (1411-1415), Andrea Bianchi (1432-1436) e Fra Mauro (1457-1459), monge do Mosteiro de San Michelle di Murano, do cartógrafo alemão Andreas Walsperger (1448) e ainda os chamados mapas Genovês (1457) e Catalão-Estense (1450-1460), de autoria desconhecida (todos disponíveis em www.henry-davis.com).

Estes seis mapas incorporam características da cartografia clássica, notoriamente a ptolomaica, do esquema de tradição cristã

medieval, das cartas portulanos e ainda registros da expansão do conhecimento geográfico advindo das viagens empreendidas não só pelos europeus mas também por bizantinos e árabes. O que significa o aparecimento de litorais com contornos mais rigorosos, indicação de ilhas atlânticas recém descobertas, e mesmo a atualização do modelo de Ptolomeu em algumas delas, mostrando a África como porção de terra circundada pelos oceanos, sem o prolongamento para o leste e sem ligação com uma suposta terra austral. Apesar disso, mesmo com a presença da rosa dos ventos não há padrão para posicionamento da direção norte para o topo da carta, assim ela é variada, e ainda que a forma das cartas seja circular ou ineditamente elíptica, caso do mapa genovês, nenhum deles utiliza sistema de projeção ou coordenadas, conforme proposto por Ptolomeu. Contudo, esta cartografia reflete, de modo geral, o movimento de renascimento cultural, a esta época, já iniciado na Itália.

II – O APOGEU DA CARTOGRAFIA FLAMENGA

Certamente os mapas-múndi produzidos no século XVI caracterizam uma nova era na cartografia, seja pelo aperfeiçoamento dos métodos de navegação e localização e pela adoção de projeções que, em conjunto, possibilitaram tanto informações quanto representações mais precisas, seja pela invenção do processo de gravura e sua aplicação na produção de mapas.

Se, por um lado, as viagens transoceânicas portuguesas e espanholas conduziram ao aperfeiçoamento das técnicas náuticas, alargaram o conhecimento geográfico do mundo e ainda serviram para confirmar definitivamente a esfericidade da Terra, por outro, as intensas atividades comerciais dos italianos com o Oriente propiciaram o resgate da cultura greco-romana e a eclosão do Renascimento nesse país, o que, sob variados aspectos, vai além da redescoberta dos sistemas de projeção para representar no plano a superfície curva da Terra na “trajetória” da cartografia nos 1500’s.

O erudito bizantino Emmanuel Chrysoloras, enviado de Constantinopla para Veneza como embaixador, foi pioneiro na reintrodução do estudo da língua e literatura gregas na Europa Ocidental e iniciou a tradução da Geografia de Ptolomeu do grego para o latim, terminada pelo florentino Jacobo d’Angiolo por volta de 1407. Versões latinas manuscritas circularam na Europa desde então, mas o advento da imprensa permitiu a proliferação desta obra. As edições impressas da Geografia de Ptolomeu, com textos e mapas, surgiram na Itália, a primeira em Bolonha, no ano de 1477, seguida por duas outras, uma editada em Roma em 1478 e outra em Florença, em 1482 (VELOSO FILHO, 2010, p.190).

Reunindo a síntese da geografia da Grécia Clássica do século IV a.C. e a ampliação do conhecimento do mundo adquirida a partir da expansão militar e política do Império Romano à sua própria contribuição, Cláudio Ptolomeu (90-168 d.C.) elaborou com sua Geografia um Tratado científico para elaboração de mapas com utilização de sistema de coordenadas e disponibilizou tábuas de latitudes e longitudes suficientes para a construção da representação do mundo e mapas regionais. Sua obra foi um manual para os cartógrafos, tanto que tem sido chamada “*the touchstone*” da Renascença na cartografia europeia (DILKE, 1985).

A posição estratégica na rota entre o Ocidente e o Oriente não apenas fez de Veneza e Gênova importantes centros comerciais, mas oportunizou também que essas e outras cidades italianas, notadamente Florença e Roma, se tornassem grandes centros culturais.

O grande acúmulo de riquezas propiciado pelo monopólio exercido pelos comerciantes dessas cidades no comércio de especiarias, comprando-as em portos orientais de Constantinopla, Alexandria e Trípoli, para, através do Mediterrâneo, revendê-las no mercado europeu, gerou, conseqüentemente, uma poderosa classe de ricos mercadores e banqueiros. Esse grupo personificou um mercado para as obras de arte, estimulando a produção intelectual com destaque, inclusive, para a cartografia.

Na segunda metade do século XVI, a adoção da técnica de xilogravura na produção



de mapas, que permitiu a impressão de grande número de exemplares a partir do original, socializou o acesso a este tipo de informação desencadeando a formação de um mercado consumidor.

O aumento da procura de mapas, antes quase inexistente, fez surgir o cartógrafo, como profissão, e o comércio de mapas, com o aparecimento de editores e negociantes especializados na sua produção e venda. (ADONIAS, 2002, p.37)

Segundo Edson (2001, p.1903), a cartografia se tornou um hobby de estadistas e artistas do Renascimento. Sobretudo na Itália e Alemanha, alguns governantes de cidades investiram na produção de mapas de suas próprias cidades, particularmente os pictóricos. Para exemplificar, o pesquisador cita uma coleção de 530 mapas da cidade de Colônia, publicado por George Braun e Hogenberg Frans, entre 1572 e 1618, e ainda a Galeria de Mapas no Vaticano, projetada por Egnazio Danti, em 1580. Compõem esta espetacular exposição da cartografia do Renascimento 40 mapas da Itália, do país, de suas regiões e cidades, dispostos em ordem geográfica, como se o corredor central fosse os Apeninos.

Este gosto pelas obras de artes e, especificamente, pela cartografia que se irradiou a partir da Itália ficou evidenciado não só na Alemanha mas, principalmente, nos Países Baixos. O Norte da Europa estava em contato com a Itália desde o século XV, tanto por mar como por terra, por meio de rotas comerciais.

Por suas características geográficas os Países Baixos centraram no comércio marítimo sua principal atividade, buscando matérias-primas para depois exportar como produtos transformados, principalmente tecidos, importando os mais diversos produtos para venda na própria região ou para exportação para Espanha, Portugal, Alemanha, Escócia, Dinamarca, Noruega, entre outros locais próximos ou distantes. Os flamengos centralizaram a distribuição na Europa de produtos como o ferro, mercúrio, armamentos, equipamentos para construção naval e cereais. No século XVI se des-

tacaram as cidades de Bruges, Bruxelas e Antuérpia como importantes polos do capitalismo comercial.

Sendo a navegação flamenga basicamente costeira, interessavam aos seus pilotos, de modo especial os roteiros (*leeskaarten*); em 1532 eles passaram de manuscritos, à letra de forma: *De Kaerte vā der zee* deu início a intensa publicação de roteiros, livros, náuticos e cartas de marear, que nas últimas décadas do século XVI já dominavam o mercado especializado. (GUEDES, 2004, p.46)

A Antuérpia se tornou o mais importante centro de comércio de livros, produção de gravuras e de mapas impressos na segunda metade do século XVI. Esta situação foi facilitada pelo panorama artístico e gráfico ali existente, mas o fator apontado como preponderante para esta liderança no campo da cartografia foi a notória base científica desenvolvida por uma plêiade de grandes geógrafos e cartógrafos como Gemma Frisius (1508 – 1555), Gerard de Jode (1509 – 1591), Jodocus Hondius (1563 – 1612) e, sobretudo, Gerard Mercator (1512 – 1594) e Abraham Ortelius (1527 – 1598).

Gemma Frisius era médico, matemático e astrônomo. Ficou conhecido por sua perícia na aplicação da matemática para elaboração de mapas e globos, e para construção e aperfeiçoamento de instrumentos astronômicos. Em 1533, ele descreveu pela primeira vez o método de triangulação ainda hoje utilizado em levantamentos topográficos. Entretanto, sua genialidade pode ser mais claramente constatada na sua contribuição para resolver um dos maiores problemas de navegação de sua época: a determinação de longitudes no mar. Foi Frisius que descreveu pela primeira vez como a longitude de um lugar poderia ser encontrada usando um relógio para determinar a diferença de horas locais e absolutas. Segundo ele:

(...) É com a ajuda desses relógios e os métodos a seguir que a longitude é encontrada. (...) observar exatamente o tempo no lugar de onde nós estamos fazendo

a nossa jornada. (...) Quando nós terminamos uma viagem (...) esperar até que o ponteiro do nosso relógio toca exatamente no ponto de uma hora e, ao mesmo tempo por meio de um astrolábio (...) descobrir o tempo do lugar que nos encontramos agora. (...) Desta forma, eu seria capaz de encontrar a longitude dos lugares, mesmo se eu fosse arrastado de surpresa em milhares de quilômetros. (POGO, 1935, p.482)

Gerard de Jode e Jodocus Hondius além de cartógrafos foram grandes gravadores e editores de mapas. Mercator e Ortelius dispensam grandes apresentações, foram imortalizados pela magnitude de seus legados, seja no desenvolvimento da cartografia científica ou pelos mapas que produziram.

Cabe lembrar a importância da contribuição de Mercator uma vez que sua projeção tinha um objetivo prático de auxiliar a navegação, cuja precisão, àquela época, era um imperativo econômico e político. Na sua famosa projeção cilíndrica conforme apresentada no mapa-múndi de 1569, *Nova et aucta orbis Terrae descriptio ad usum navigantium emendate accomodata* (Nova aumentada descrição da Terra com correções para o uso de navegação), tanto os meridianos quanto o sistema de linhas formado pelo Equador e paralelos são linhas retas, que se cruzam ortogonalmente. Esta característica permite que as loxodromias, ou linhas de mesmo rumo, sejam também retas. Para se planejar uma viagem entre dois pontos no mapa basta ligá-los por uma linha reta que o ângulo entre esta e os meridianos retilíneos e paralelos, ou seja, o rumo será sempre constante. Logo, obtido o valor do rumo basta mantê-lo como direção fixa com o auxílio da bússola durante a navegação para se chegar ao destino.

Ortelius teve seu mapa-múndi *Nova Totius Terrarum Orbis* editado por Gerard de Jode em 1564. “Deste mapa são conhecidas duas cópias, uma na British Library, outra na Offentliche Bibliothek, da Universidade da Basileia” (GUEDES, 2004, p.50). Mas sua obra de maior repercussão foi a coletânea de mapas, o *Theatrum Orbis Terrarum*, lança-

da em 1570. Originalmente com 70 mapas, e muitos autores, a obra obteve tanto êxito que as edições foram se sucedendo em vários idiomas, para atender às demandas, por exemplo, da Alemanha, França, Espanha, Inglaterra e Itália.

Mercator também se dedicou a reunir uma série de mapas com formatos uniformes, empregando o vocábulo Atlas, pela primeira vez, definindo uma coletânea deste tipo. O Atlas *sive cosmographiae meditationes de fabrica mundi et fabrica figura et Atlantis pars altera, geographia nova totius Mundi* foi terminado por seu filho Rumold que o publicou em 1595.

Obviamente, esta profusão de mapas flamengos e as informações que eles apresentavam sobre os novos territórios descobertos atestam que a política de sigilo adotada, primeiramente por Portugal e depois também pela Espanha, não foi completamente eficaz. Os descobrimentos tinham transformado definitivamente os mapas-múndi que, mesmo com grandes imprecisões, passaram a incorporar as informações sobre o Novo Mundo.

III- A IMAGEM DA AMÉRICA DO SUL NOS NOVOS MAPAS-MUNDI

O Novo Mundo foi sendo delineado nos mapas-múndi de maneira progressiva à medida que informações de localização iam sendo obtidas. Sua representação continental, apesar de mutável a cada mapa, por estar delineada sobre uma malha de coordenadas, transmitia a impressão de rigor cartográfico. Mas a matematização da representação do espaço, que caracterizou a cartografia renascentista, não impediu que grandes distorções fossem imputadas aos territórios das colônias ultramar. A falta de conhecimento da realidade geográfica e o imaginário, alimentado por narrativas sobre esses territórios, foram, por vezes, responsáveis por deformações.

Desde 1526 as navegações de contorno tinham desvendado a forma geográfica da América do Sul, mas sua representação, obviamente, não viria com a mesma rapidez (CALÓGERAS, 1904:5). Seu território aparece no mapa-múndi de Mercator de 1569, bastante distorcido, com formato de “batata” (Figura 1),

se estendendo exageradamente para o Pacífico. O desenho das linhas de contorno permite visualização mais nítida desta distorção (Figura 2).

Apesar do formato da costa brasileira guardar semelhança com a realidade, o território em si está deveras subestimado.

A esta época o conhecimento dos portugueses sobre o território brasileiro se restringia à costa, o que pode se constatado no Mapa do *Roteiro de todos os sinais... na costa do Brasil* atribuído a Luís Teixeira (o velho; 1564 – 1613) ca. 1585, no qual o litoral das nove capitanias está representado com



Figura 1: *NOVA ET AUCTA ORBIS TERRAE DESCRIPTIO AD USUM NAVIGANTIVM EMENDATE*. Mapa-múndi de Gerard Mercator, 1569. Disponível em: http://www.lethist.lautre.net/img_cartes/mercator_1569.gif

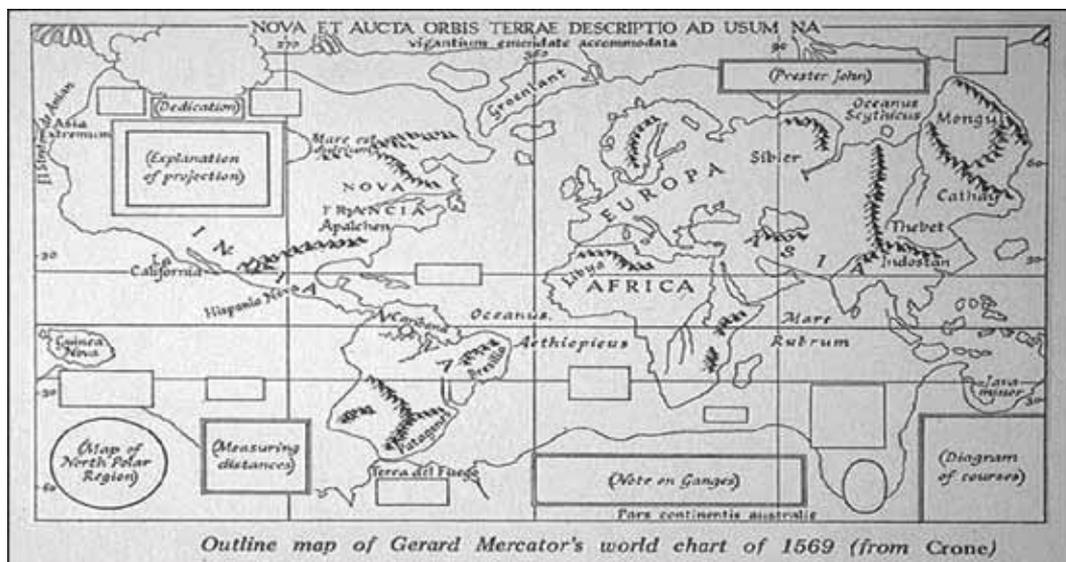


Figura 2: Linhas de contorno do Mapa-múndi de Gerard Mercator, 1569. Disponível em <http://www.henry-davis.com/MAPS/Ren/Ren1/406C.htm>

bastante detalhe, todos os principais rios ao longo da costa estão nomeados, além de estarem assinaladas ilhas, no sul aparecem em destaque os rios Paraguai e Paraná, repletos de ilhas fantasiosas (MACHADO, 2009, p.10).

Esta mesma configuração está presente nas obras de Abraham Ortelius, como pode ser visualizado no mapa Nova descrição da América ou Novo Mundo (Figura 3), que integrou todas as edições do *Theatrum Orbis Terrarum* até 1624, revelando forte influência do mapa de Mercator.

Entretanto, a forma da América do Sul foi sendo alterada nas edições seguintes do Atlas de Ortelius. O mapa-múndi de 1598 (Figura 4) apresenta a América do Sul com formato mais próximo do real, terminando em ponta no sul sem a protuberância que avançava para o Pacífico, caracterizada nos mapas das tiragens anteriores.

Todas essas representações têm em comum o destaque dado ao território peruano, que se manteve ampliado, ocupando grande parte da América do Sul. A falta de conhecimento da realidade geográfica permitiu

que a cartografia registrasse o deslumbramento causado pelos tesouros encontrados no Peru pelos espanhóis, acumulados por séculos pelos Incas, e, sobretudo, pelas descobertas das jazidas auríferas de Carabaya, em 1542, e das ricas minas de prata de Cerro Potosí, em 1545. O que possibilitou também a representação da crença da proximidade entre as ricas minas e a costa brasileira.

Esta distorção não incomodava os lusitanos, primeiramente, como dito, seu conhecimento geográfico não permitia consciência do fato e, depois, se a certeza da contiguidade entre a América Lusitana e a de Castela já acenava a possibilidade de riquezas minerais nessa colônia, mais do que isso, a crença na proximidade da costa brasileira com o Peru significava para os portugueses uma real crença da existência nessas terras dos cobiçados tesouros encontrados no Peru. Aos olhos da Corte espanhola esta proximidade representava ameaça às suas conquistas. E os castelhanos tanto admitiam a possibilidade das entradas pelo sertão atingirem as minas do



Figura 3: *Americae Sive - Novi Orbis, Nova Descriptio*. Nova descrição da América ou Novo Mundo, Abraham Ortelius, 1579. Disponível em <http://www.orteliusmaps.com/images/5474.htm>

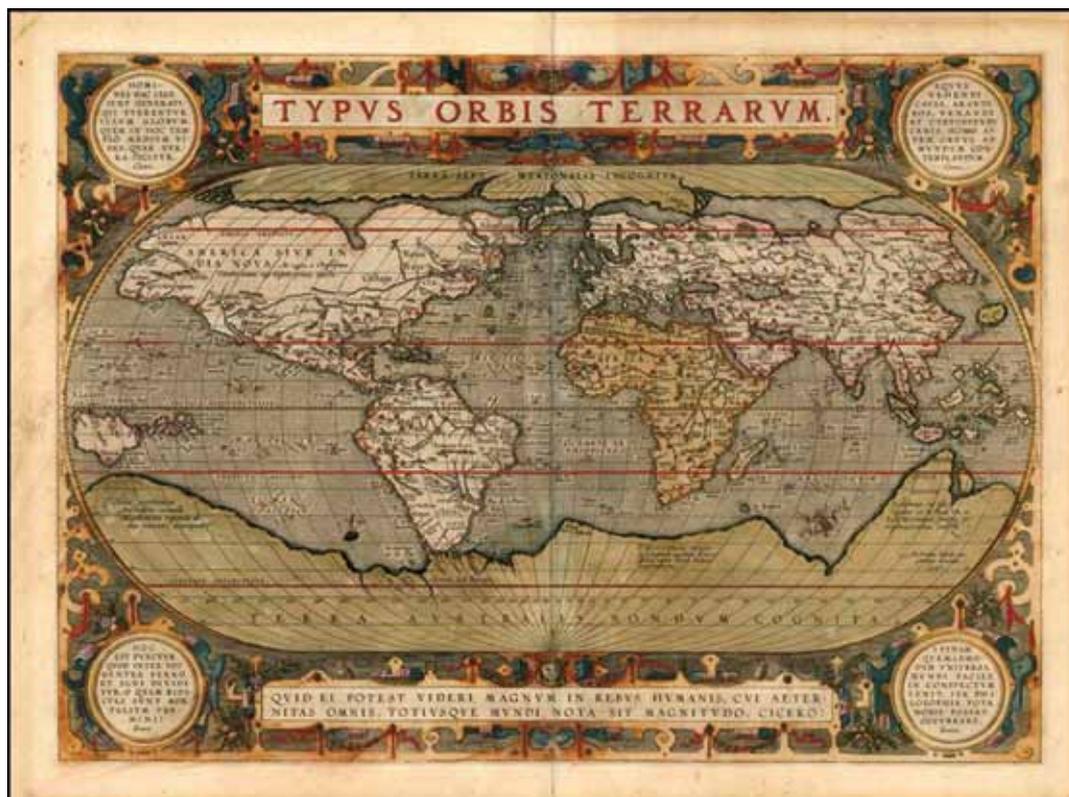


Figura 4: Typus Orbis Terrarum - Mapa-múndi de Abraham Ortelius, 1598. Disponível em http://www.raremaps.com/gallery/archivedetail/17996/Typus_Orbis_Terrarum/Ortelius

Peru que se mantiveram atentos aos avanços portugueses (HOLANDA, 1996, p.42).

A ampliação do território peruano proporcionalmente à grandiosidade dos achados, ocupando praticamente toda a área central da América em detrimento das terras brasileiras, está mais evidente ainda no mapa publicado por Gerard de Jode, em 1578, sob o sugestivo título de *Americæ Peruvi*. Neste mapa o Brasil parece uma península (Figura 5).

Sérgio Buarque de Holanda em "Visão do Paraíso" cita o mapa de Arnoldus Florentinus van Langren, de fins do século XVI (Figura 6), como exemplo destas distorções gráficas, onde a terra "Peruviana" abarca praticamente toda a América do Sul (HOLANDA, 1996, p.92-93). Um olhar atual sobre as imagens disformes da América do Sul nestes mapas nos remete a um anamorfismo.

A anamorfose, palavra de origem grega que se traduz por "reformulação", "forma reconstituída" ou "formado de novo", é utiliza-

da na cartografia para representar um tema produzindo alterações propositas nos tamanhos dos territórios, mas mantendo seus contornos. Assim, cada unidade de superfície cartografada é reformulada, encolhe ou dilata proporcionalmente à variável que se quer visualizar. Um mapa anamórfico é um mapa temático no qual a métrica não é territorial, a variável é diretamente visualizada na dimensão da forma.

Na cartografia flamenga da segunda metade do século XVI a representação da América do Sul parece anamórfica. É como se os territórios de Brasil e Peru tivessem sido submetidos a uma transformação espacial na qual o gradiente de distância euclidiano foi convertido em uma nova métrica: os tesouros até então descobertos.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mapas-múndi do Renascimento eram de tal forma diferentes das representações do mundo na Idade Média, seja pela apre-



Figura 5: Americæ Peruvi aque ita ut postremum detecta traditur recens delineatio. In: Speculum orbis terrarum, Gerard de Jode, 1578



Figura 6: Parte do mapa-múndi de Arnoldus Florentinus van Langren, 1596. Disponível em: <http://www.swaen.com/nf-antique-map-image-of.php?id=14618&referer=antique-map-of.php>

sentação de um mundo mais amplo seja pela utilização de projeções e malhas de coordenadas que transmitiam a impressão de localização exata, que se tornaram produto valorizado para a navegação e imprescindíveis para concretização de aspirações econômicas e políticas dos governos.

No entanto, a matematização da representação espacial não impediu grandes distorções. As malhas de coordenadas não podiam fornecer posição geográfica real porque, em grande parte, elas não eram conhecidas. O Novo Mundo começou a ganhar forma a partir de relatos de

viajantes e, por vezes, conteúdos de narrativas fantasiosas preencheram os vazios de seu interior.

Da mesma forma, a falta de conhecimento geográfico permitiu que a América do Sul se tornasse a América Peruviana. A dimensão do território peruano abarcando toda a parte central da América do Sul, como se fosse produto de uma anamorfose, evidencia a componente não espacial a ser visualizada, a importância ou grandiosidade dos tesouros encontrados no Peru. Se um mapa tem como função primordial ser um instrumento de comunicação, o papel foi cumprido.

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADONIAS, I. Olhando o mundo através de símbolos, cores e palavras. In: MICELI, P. (Org). *O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p.34 a 47.

CALÓGERAS J. P. *As Minas do Brasil e sua legislação*, v.3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

DILKE, OSWALD ASHTON WENTWORTH. *Greek and Roman Maps*. London: Thames and Hudson, 1985.

EDSON, E. Bibliographic essay: history of cartography, 2001. Disponível em: <http://www.maphistory.info/edson.html>.

GUEDES M. J. Instrumentos da conquista, o papel da cartografia no desenvolvimento do poder naval batavo. In: TOSTES V. L. B.; BENCHETRIT S. F. E.; MAGALHÃES A. M. *A presença holandesa no Brasil: memória e imaginário*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p.43 a 87.

HARLEY, B.; WOODWARD, D. *The History of Cartography*. Chicago: ed. by J. Brian Harley and David Woodward, 1987.

HOLANDA, S.B. *Visão do paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MACHADO, M.M.M. *Construindo a imagem geológica do Quadrilátero Ferrífero: conceitos e representações*. Tese de Doutorado em Geologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

POGO, A. Gemma Frisius, his method of determining differences of longitude by transporting timepieces (1530), and his treatise on triangulation (1533). *Isis*, Chicado, volume 22, número 2, p. 456 a 468, fevereiro, 1935.

REES, RONALD. Historical links between cartography and art. *Geographical Review*, New York, volume 70, p. 60-78, janeiro, 1980.

VELOSO FILHO, F. *A forma, dimensões e feições gerais da Terra: da antiguidade ao renascimento*. Mercator, Fortaleza, volume 9, número 18, p. 183 a 194, janeiro/abril, 2010.

WOODWARD, D. Reality, symbolism, time, and space in medieval world maps. *Annals of the Association of American Geographers*, volume 75, número, p. 510 a 521, 1985.

Artigos

Lenora Pinto Mendes

Armando de Senna Bittencourt

Marcello José Gomes Loureiro

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Graciete Guerra da Costa

Fernanda das Graças Corrêa

A exortação da guerra – o ideal da cruzada aos infiéis e as conquistas marítimas portuguesas

Lenora Pinto Mendes

Doutora em História pela UFF em 2005. Concluiu mestrado em música medieval no Sarah Lawrence College – Early Music Program (EUA) em 1989. Pesquisadora do Scriptorium – Laboratório de estudos medievais e ibéricos da UFF. Integrante do conjunto Música Antiga da UFF desde 1982 com o qual gravou quatro CDs com músicas da Idade Média e do Renascimento.

RESUMO

Em finais do século XV, ao voltar seus olhos para o mar, Portugal se transformou na primeira nação europeia a dominar o “mar oceano”. Os feitos marítimos portugueses ao longo do século XVI desconheciam para os europeus. A conquista de novas terras e o comércio com o Oriente trouxe para o Reino português riquezas sem fim além do exotismo do mundo oriental que pode ser observado através das crônicas, nas vestimentas e festas da Corte e na arquitetura através do estilo manuelino. O teatro de corte português, com seu principal dramaturgo, Gil Vicente, vai se desenvolver funcionando como elemento propagandístico do monarca para a exaltação dos feitos portugueses no além-mar perante seus súditos. Paradoxalmente, o discurso oficial, que permeia todo esse processo é o do ideal medieval da cruzada para a conversão dos infiéis ao cristianismo.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra, conquistas, teatro

ABSTRACT

In the late fifteenth century Portugal turned their eyes to the sea and became the first European nation to dominate the “ocean.” The Portuguese seafarers’ feat during the sixteenth century opens up a world hitherto unknown to Europeans. The conquest of new lands and the trade with the East brought to the Portuguese kingdom endless riches beyond the exotic eastern world that can be observed through the chronicles, in the garments and parties organized by the court and in architecture through the Manueline. The Portuguese court theater, with its leading playwright - Gil Vicente, will collaborate with this process working as propaganda for the exaltation of the king and kingdom and the feat of the Portuguese overseas. Paradoxically, the official discourse that permeates this whole process is that of the medieval ideal of the crusade to convert the infidels to Christianity.

KEYWORDS: War, achievements, theater

Desde a Alta Idade Média os príncipes ibéricos tomaram para si a empreitada da reconquista da península para entregá-la a Cristandade. Em 1102, o Papa Pascoal II assimilou a reconquista ibérica às cruzadas proibindo a partir de então que príncipes ibéricos atacassem infiéis na Terra Santa (RUCQUOI, 1995, p.217). Deviam concentrar suas forças na reconquista da Península para a Cristandade.

No início do século XV, depois de reconquistado todo o território português tomado pelos mouros e apaziguados os ânimos com a vizinha Castela, que tentou mais uma vez reinte-

grar o Reino português aos seus domínios, Portugal voltou seus olhos para o mar, sua maior fronteira. A expansão marítima portuguesa foi feita principalmente através de guerras de conquistas territoriais, onde se estabeleciam pontos na costa do continente africano que serviriam de entrepostos ao longo do caminho para o Oriente.

A primeira etapa da expansão marítima portuguesa se deu com a conquista de Ceuta, no Marrocos, por Dom João I, em 1415. Essa conquista, além do aspecto territorial, tinha por principal motivação a luta contra a fé islâmica que por muito tempo esteve presente nos Reinos de Portugal e Castela. Embora a conquista de Ceuta não tenha trazido nenhum ganho econômico ou estratégico, ela trouxe para o Reino português honra e títulos pelo seu caráter cruzadístico de conversão dos povos conquistados ao cristianismo.

Ceuta tornou-se um campo de honra e títulos, sinal de cruzada havida e muita mais a haver, baluarte de prestígio para a monarquia, credencial portuguesa em Roma e em todos os principados cristãos. Por conseguinte, Ceuta manter-se-ia e outras “Ceutas” se haviam de buscar (MATTOSO, 1997, vol.II, p. 423).

Motivados pela conquista de Ceuta, que passou a constar no título dos reis portugueses, o Oceano Atlântico foi sendo explorado para o Sul e para Oeste. Em 1419 foi descoberta a Ilha da Madeira e em 1422 as Ilhas dos Açores. Ainda em 1422 os portugueses chegaram ao Cabo Bojador considerado na época a fronteira do mar impossível (MATTOSO, 1993, vol.II, p. 418.).

Em 1455, o Papa Calisto III convocou os reis cristãos a se unirem numa cruzada contra os turcos (MATTOSO, 1997, vol. II, p.423). O Rei Dom Afonso V (1448-1481) tomou a dianteira, preparou-se, enviou embaixadas e cartas a outros países e aguardou uma ordem para avançar que nunca chegou, pois os outros reis convocados não aderiram a essa cruzada fora de época convocada pelo papa. A Dom Afonso só restava continuar a dirigir esforços para as praças africanas e foi o que fez conqui-

tando Tanger, Arzila e Alcacer Ceguer. A certeza de estar combatendo numa guerra santa, como no tempo das cruzadas, esteve sempre presente nas campanhas militares portuguesas de conquistas territoriais na África e na expansão ultramarina.

Em 1486, Dom João II conseguiu do papa a Bula da Cruzada o que ratificava o sentido de guerra santa ligado às conquistas africanas e agregava ganhos para a coroa, advindos dos rendimentos eclesíasticos (MATTOSO, 1997, vol. III, p.46). No reinado de Dom João II, no entanto, os territórios africanos começaram a trazer riquezas através do comércio, principalmente das minas da Guiné e do açúcar da Madeira. O velho ideal cruzado, apesar disso, não saiu da mente dos portugueses e ao lado dos interesses econômicos a justificativa de guerra santa sempre era invocada. No reinado de Dom Manuel (1496-1521) vemos ainda a permanência deste discurso nas crônicas, no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende e no teatro de Gil Vicente.

No tempo de Dom Manuel I, o teatro vicentino desempenhou importante papel na propaganda régia e na elaboração da imagem de um Reino vitorioso e de abundância. O teatro era parte integrante de uma espécie de “espetáculo do poder” e estava presente nas Cortes mais poderosas do Renascimento europeu (FRÖES, 1993, p.188). Poeta e dramaturgo, Gil Vicente atuou na Corte do mais rico e poderoso dos reis portugueses – Dom Manuel I –, deixando uma marca que pode ser notada em toda a produção teatral ibérica que se seguiu.

Sua primeira aparição se deu no ano de 1502 por ocasião do nascimento do Príncipe Dom João, primogênito de Dom Manuel. À medida que os anos se passavam, seu teatro passou a estar cada vez mais presente na Corte do rei venturoso e não houve nascimento ou casamento real que não contasse com um espetáculo produzido por Gil Vicente para o enriquecimento e engrandecimento das comemorações. A presença de Gil Vicente na Corte portuguesa se estendeu até o reinado seguinte – de Dom João III – quando a produção teatral vicentina aumentou ainda mais e atingiu plena maturidade.

Mesmo sendo montados e representados na Corte e para a Corte, esse teatro alcançava a população das principais cidades do Reino que participavam ativamente das festas promovidas pela realeza. Nessas festas, que duravam vários dias e até meses, as Sés e os paços se transformavam em palcos de um “teatro do poder”. E em torno desses espaços a população se aglomerava para assistir aos espetáculos produzidos pela realeza.

Dom Manuel vai multiplicar as festas e cerimônias públicas. Gostava de caminhar pela cidade montado em elefantes e ao som de trombetas e charamelas. Despachava em barcos embandeirados que desfilavam pelo rio. A partir de seu reinado as encenações do poder se infiltram em todos os compartimentos da sociedade portuguesa.

No teatro vicentino vemos a confirmação do ideal cruzado presente nas conquistas africanas. No auto da *Barca do Inferno*, todos os personagens, com exceção do parvo (louco), são condenados ao inferno. Ao final do auto entram em cena quatro fidalgos da Ordem de Cristo que *morrerão nas partes d'África*. O anjo os estava esperando para entrar na barca da Glória e diz:

*Ó cavaleiros de Deos
a vos estou esperando
que morrestes pelejando
por Christo, Senhor dos ceos.
Sois livres de todo o mal,
sanctos por certo sem falha;
que quem morre em batalha
merece paz eternal*
(VICENTE, 1942, vol.II, p. 81-82).

Vemos que Gil Vicente destaca serem os cavaleiros *fidalgos*, ou seja, eram integrantes da nobreza uma vez que não havia em Portugal um exército treinado para a guerra. Dom Afonso V tentou organizar um¹ mas sua intenção não se concretizou e o problema de arregimentar homens para as guerras era resolvido de acordo com as circunstâncias. Nobres, senhores e vassallos desempenharam um papel fundamental na constituição dos Exércitos portugueses. Todos participavam nas guerras seja pessoalmente com

seus cavalos, seja através de concessões e de contribuições à coroa (MATTOSO, 1997, vol. III, p.103).

O auto *Exortação da guerra*, de Gil Vicente, foi encenado, segundo a didascália, na *partida pera Azamor do ilustre e mui magnifico Senhor Dom Gemes (Jaime), Duque de Bragança e de Guimarães na era de 1513*. Azamor era uma das praças africanas conquistadas pelos portugueses para o abastecimento dos navios que se destinavam a tráficos mais longínquos. O primeiro personagem que aparece em cena é um clérigo *nigromante*, ou seja, ele tinha poderes sobrenaturais e invocava os mortos por meio dos quais fazia adivinhações. Adeline Rucquoi, em seu livro *História Medieval da Península Ibérica*, atenta para o fato de que o ideal do cruzado era o do cristão perfeito e o não respeito por normas morais ou canônicas era considerado defeito pequeno diante da grande missão que desempenhavam combatendo os infiéis. Assim, vemos nos autos vicentinos clérigos casados, enamorados e *nigromantes* sem nenhuma culpa por seus atos.

O clérigo invoca dois diabos que deveriam trazer das profundezas infernais Policena, filha do Rei Príamo de Troia. Os personagens troianos e referências à guerra de Troia aparecem em diversos momentos da obra vicentina. Vemo-los no *Auto da Sibila Cassandra*, no *Templo de Apolo* e na *Exortação da Guerra*, entre outros. A história de Troia e sua famosa guerra era bem conhecida dos portugueses. Ainda no século XII um *Roman de Troie* foi escrito por Benoit de Sainte-Maure o que tornou a história da guerra de Troia popular na Idade Média. A partir deste texto, diversas traduções para várias línguas foram feitas (entre elas o português) que circularam por toda a Europa e também na Península Ibérica. A *Crónica Troiana*, como era chamada na sua tradução de Toledo, conta-nos a história da *Ilíada* e da *Odisseia* do ponto de vista da Idade Média, ressaltando a descrição das batalhas e acrescentando aos feitos de armas elementos do mundo cortês medieval tais como o amor, a traição e todo um universo

¹ Ordenações Afonsinas, livro I, cap. LXVIII a LXXI.

ligado ao feminino presente nos combates dos cavaleiros (TAVANI, 1993, p.192).

Policena chega à Corte portuguesa e tece mil elogios ao rei e aos cortesãos dizendo entre outras coisas que o paço troiano não foi digno de tanto primor. Chama Dom Manuel de *Príamo maior, hum Cesar soberano* e ao final da sua fala, Policena exorta a todos a se empenharem nos preparativos para a guerra:

*Senhores Guerreiros,
e vós, Senhoras guerreiras,
bandeiras e não gorgueiras
lavrae pera os cavaleiros.
Que assi nas guerras Troianas
eu mesma e minhas irmans
teciámos estandartes,
bordados de todas partes
com divisas mui louçans.
com cantares e alegrias
davamos nossos colares,
e nossas joias a pares
per essas capitánias.
Renegae dos desfiados
e dos pontos enlevados:
destrua-se aquella terra
dos perros arrenegados.
(VICENTE, 1942, vol.IV, p.148)*

Vemos nestes versos uma convocação explícita da nobreza para colaborar na guerra de conquista de Azamor. As mulheres também podiam colaborar doando suas joias e confeccionando bandeiras. O próximo personagem trazido pelos diabos é Pantasilea, rainha das amazonas. Vem dizendo que se pudesse serviria ao Rei Dom Manuel em suas capitánias. Cobra simplicidade dos portugueses e que busquem ter fama de feroces e não de ricos:

*Alabardas, alabardas!
Espingardas, espingardas!
Não queirais ser Genoeses,
senão muito Portugueses,
e morar em casas pardas.
Cobrae fama de feroces,
não de ricos, qu'he p'rigosa
dourae a pátria vossa
com mais nozes que as vozes.
(VICENTE, 1942, vol. IV, p.153)*

Outros fatores também ligavam os portugueses à história de Troia, entre eles a crença de que Aquiles tenha vivido em uma ilha da costa portuguesa. Pantasilea no final de sua fala ao referir-se a Aquiles diz:

*Achiles, que foi daqui
de perto desta cidade
chame-o dirá a verdade
se não quereis crer a mi.
(VICENTE, 1942, vol. IV, p. 148)*

Uma lenda, que circulava em Portugal, dizia que a Ilha de Skyros, onde Aquiles teria passado sua infância, se situaria na costa portuguesa². O personagem Aquiles, em sua fala refere-se também a esse fato:

*Eu Achilles fui criado
nesta terra muitos dias
e sam bem aventurado
ver esse reino exalçado
e honrado per tantas vias.
(VICENTE, 1942, vol.IV, p. 150)*

Ao final de sua fala compara Portugal a Roma, que *conquistava toda a terra* e como as damas romanas, as portuguesas também deviam dar suas joias para manter a guerra. Reforça o pedido de ajuda aos *pastores da Igreja*, que vendam taças e breviários e comam pão e *rabaças* para que morra a seita de *Mahoma*. Outros personagens troianos ainda entram em cena. São eles Anibal, Heitor e Cipião que continuam a reforçar o aspecto de guerra aos infiéis que aquela conquista representava:

*Africa foi de Christãos,
mouros vo-la tem roubada
Capitães ponde-lh'as mãos...*

*Ó senhoras Portuguesas,
gastae pedras preciosas,
Donas, donzelas, Duquezas,
que as taes guerras e empresas
são propriamente vossas
He guerra de devação,
por honra de vossa terra,
cometida com razão,
formada com descrição
contra aquela gente perra.
(VICENTE, 1942, vol.IV, p.153)*

² Notas Vicentinas, IV, p.202. In: Notas de Marques Braga à edição das Obras Completas de Gil Vicente. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, vol.IV, p. 148.

Exortando todos a ajudarem na guerra de conquista de Azamor, Gil Vicente coloca seu teatro a favor dos ideais da monarquia. Em pleno século XVI, no entanto, os interesses na África iam muito além da conversão dos infiéis. Os ganhos com o comércio no Oriente trouxeram riquezas imensas para Portugal, que se tornou um dos Reinos mais ricos e admirados da Europa. Mesmo assim, o discurso de guerra santa não perdeu sua força e continuava a ser usado para justificar, perante a Igreja, a nobreza e súditos, a importância da empreitada real.

O século XVI foi um grande século para Portugal. Os descobrimentos marítimos trouxeram para o Reino ibérico o luxo e o exotismo oriental, operando uma verdadeira metamorfose na vida dos portugueses. Com as

conquistas e rendimentos do comércio marítimo Dom Manuel vai governar um Reino rico e promover profundas reestruturações no Reino e em cidades importantes como Lisboa. Podemos constatar, no entanto, que, apesar dos grandes feitos portugueses, que, enfrentando dificuldades nunca antes enfrentadas, descortinaram para os europeus um mundo até então desconhecido através das grandes navegações, o discurso medieval do ideal da cruzada e da conversão dos infiéis e gentios ao cristianismo se manteve presente e constituiu um dos principais argumentos dos reis e príncipes portugueses para justificar essa empreitada perante a população do Reino e toda a Europa cristã com reflexos inclusive na colonização da África, Ásia e Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRÓES, Vânia Leite. *Missionação portuguesa e encontro de culturas*. Actas do Congresso Internacional de História. Braga: 1993.

LANCIANI, Giulia e Giuseppe Tavani. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, 4 volumes.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Editorial Estampa, 1995.

VICENTE, Gil. *Obras Completas* (com prefácio e notas do prof. Marques Braga). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1942, 6 volumes.

Jerônimo de Albuquerque e o comando da força naval contra os franceses no Maranhão

Armando de Senna Bittencourt

Vice-Almirante (EN-Ref^e), graduado em Ciências Navais pela Escola Naval, em Engenharia Naval pela Universidade de São Paulo e mestre em Arquitetura Naval pela Universidade de Londres. É autor de diversos artigos publicados em livros sobre História. Atualmente é sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio correspondente de institutos de História no exterior. É o Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e Vice-Presidente do Comitê Internacional dos Museus e das Coleções de Armas e de História Militar (ICOMAM) e do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Marcello José Gomes Loureiro

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). Concluiu os Cursos de Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO) e em História do Brasil (UFF); é bacharel e licenciado em História (UERJ) e bacharel pela Escola Naval, com habilitação em Administração.

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Historiador e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro-Tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, Encarregado da Divisão de Pesquisas Históricas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Sócio Honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB – e pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória de Jerônimo de Albuquerque, que comandou uma força naval contra os franceses que se instalaram no Maranhão em 1612, liderados por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière.

PALAVRAS-CHAVE: Jerônimo de Albuquerque, conquista do norte, Antigo Regime

ABSTRACT

This paper analyzes the history of Jerônimo de Albuquerque, who commanded a naval force against the French who occupied Maranhão in 1612, led by Daniel de La Touche, Lord of La Ravardière.

KEYWORDS: Jerônimo de Albuquerque, conquest of the north, Ancien Regime

O braço invicto vejo com que amansa
A dura cerviz bárbara insolente,
Instruindo na Fé, dando esperança
Do bem que sempre dura e é presente;
Eu vejo c`o rigor da tesa lança
Acossar o Francês, impaciente
De lhe ver alcançar uma vitória
Tão capaz e tão digna de memória.¹

¹ Cf. TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*, estrofe XXVIII, 1601. Bento Teixeira é considerado o primeiro escritor barroco da língua portuguesa.

Estes versos de Bento Teixeira, escritos em 1601, apresentam dois enormes desafios aos portugueses que iniciavam a ocupação e conquista do Norte do futuro Brasil na virada do século XVI para o XVII. Primeiro, era preciso “amansar” a população indígena, “bárbara e insolente”, a partir de sua cristianização. Em segundo lugar, fazia-se necessário “acossar o francês”, “com o rigor da tesa lança”, expulsando-o da região. Para realização dessas duas tarefas, o envolvimento dos pioneiros da família Albuquerque foi fundamental.

Um de seus membros mais notórios foi Jerônimo de Albuquerque (1548-1618), que depois juntou Maranhão a seu sobrenome. Nascido no Brasil, era filho do português de mesmo nome e da índia tupi batizada como Maria do Espírito Santo Arcoverde.

Seu pai, também Jerônimo de Albuquerque, chegou ao Brasil em 1535, com a irmã, que era a esposa de Duarte Coelho, o donatário da capitania de Pernambuco. Auxiliou o cunhado, enquanto ele estabelecia as bases de sua propriedade, fundando Igarapé e Olinda. Substituiu-o depois de sua morte, em 1554, como capitão-mor, até a chegada de seu sobrinho, o segundo donatário. Ajudou, mais tarde, o terceiro donatário ainda no período difícil do início da ocupação de novas terras. Permaneceu o resto de sua vida no Brasil. Na prática, podia se autodenominar um dos conquistadores da terra, o que lhe trazia prestígio no Novo Mundo.²

Faleceu em 1593, deixando dezenas de filhos com índias e com a portuguesa com quem se casou 25 anos depois de chegar ao Brasil, e que veio de Portugal para ser sua

esposa. Foi apelidado de “Adão Pernambucano”, por sua notável contribuição para a elevada frequência do sobrenome Albuquerque no País.³ Ao que parece, contudo, Jerônimo de Albuquerque não recebeu do rei as recompensas pretendidas.⁴

Dos muitos filhos de Jerônimo de Albuquerque, o Jerônimo, filho da índia e neto do morubixaba Arcoverde, foi o que mais se destacou. Nos dois primeiros séculos do Brasil Colônia, ser criado por uma índia tupi podia ser muito vantajoso sob alguns aspectos. Seus hábitos de higiene eram mais adequados para o clima tropical; o idioma mais falado na terra era o tupi; e a alimentação indígena, em geral, mais sadia do que a portuguesa.

Ele combateu índios hostis e franceses invasores, liderando naturais da terra e portugueses. Falava fluentemente o tupi, sua língua de infância, e o português,⁵ compreendendo claramente as duas culturas; era alguém, portanto, capaz de conectar mundos distintos.⁶ “O mameluco Jerônimo de Albuquerque, devidamente perfilhado, filho da *princesinha índia*, como se dizia de Maria Arcoverde, foi daqueles que se aportuguesaram completamente, ao menos nos fatos públicos da vida”.⁷ A experiência inicial, ele obteve acompanhando seu pai nos combates, principalmente contra índios inimigos. Por determinação paterna, casou-se com Felipa de Melo.

Os tupis se organizavam em sociedades guerreiras e havia frequente conflito entre as tribos, acumulando ofensas mútuas ao longo do tempo, que exigiam vinganças. Muitas vezes, também, uma disputa interna fazia

² FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Carlos. *Conquistadores e negociantes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ Bento Teixeira, sobre este ponto, assim escreveu: “Deste, como de Tronco florescente,/ Nascerão muitos ramos, que esperança/ Prometerão a todos geralmente/ De nos berços do Sol pregar a lança”. Cf. *Prosopopeia*, estrofe XXXIV, 1601.

⁴ É o que se infere quando são observados estes versos de Teixeira: “Mas, quando virem que do Rei potente/ O pai por seus serviços não alcança/ O galardão devido e glória digna,/ Ficarão nos alpendres da Piscina”. Em seguida, Bento Teixeira culpa a sorte por isso: “Ó sorte tão cruel, como mudável,/ Por que usurpas aos bons o seu direito?/ Escolhes sempre o mais abominável,/ Reprovas e abominas o perfeito,/ O menos digno fazes agradável./ O agradável mais, menos aceito./ Ó frágil, inconstante, quebradiça,/ Roubadora dos bens e da justiça!”. Cf. *Prosopopeia*, estrofes XXXIV e XXXV, 1601.

⁵ Consta que havia pessoas nascidas no Brasil que não dominavam o idioma português, como no caso do bandeirante Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo dos Palmares.

⁶ Sobre os mediadores dessa época, consultar: GRENDI Edoardo. *Polanyi. Dall'antropologia alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978, p. 127-165; LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 187-199, sobretudo p. 196.

⁷ Cf. VAINFAS, Ronaldo (Org.), *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 325

com que uma família se afastasse, às vezes formando, mais tarde, uma nova tribo, quando sobrevivia aos ataques do grupo a que pertenciam originalmente. Os portugueses, ao chegarem ao Brasil em pequenos grupos, precisavam se aliar a uma das tribos, ganhando, como consequência, muitos inimigos. Isso tornou muito difícil o início da colonização, trazendo certo insucesso de quase todas as capitânicas hereditárias. Pernambuco, no entanto, prosperou e o Jerônimo pai exerceu um papel importante para esse sucesso. Jerônimo filho, o “brasileiro”, foi, mais tarde, fundamental para a ocupação portuguesa do Nordeste brasileiro, contribuindo para a unidade futura do Território Nacional.

Nessa época, porém, não existia a consciência de ser brasileiro. Não havia patriotismo, eram vassallos do rei de Portugal. As pessoas estavam defendendo seus interesses, sua cultura e religião e não tinham sentimentos semelhantes aos atuais.

Desde as primeiras décadas do século XVI, os franceses se interessaram pelo Brasil, procurando negociar os produtos da terra com os índios do litoral, que eram principalmente tupis – que, durante sua demorada expansão ao longo da costa, para o sul, haviam expulsado os habitantes indígenas anteriores. O pau-brasil era o produto mais interessante, pois tinha muita demanda para a manufatura de tecidos francesa, por prover corantes em tons de vermelho, muito apreciados na Europa. As diversas expedições que empreenderam permitiram o acúmulo de conhecimentos a respeito do litoral brasileiro, inclusive da região entre o “Mearim e a foz do Amazonas”,⁸ que era praticamente desconhecida pelos portugueses.

Os franceses procuraram se estabelecer no Brasil. Eram empreendimentos de “natureza privada”, algumas vezes por particulares que tinham cartas de corso autorizadas pelo rei da França, mas que contavam com pou-

co ou nenhum auxílio do Governo francês. Encontraram sempre a reação do Governo de Portugal e de forças organizadas espontaneamente por portugueses que habitavam o Brasil, inclusive com o apoio de forças navais e tropas espanholas, no período da União Ibérica (1580-1640).

O estabelecimento francês na Paraíba acabou redundando em fracasso, quando sofreu o ataque de portugueses, apoiados, no final, por uma força naval comandada por um almirante espanhol, Diogo Flores Valdez. Os invasores se retiraram para o Rio Grande do Norte.

Para desalojá-los, o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, organizou uma expedição, em 1597, e escolheu Jerônimo de Albuquerque, o mameluco, para comandar uma das companhias de infantaria, por suas boas qualidades de líder guerreiro. Jerônimo era capaz de articular interesses portugueses com a cultura dos índios.

Expulsos os franceses e seus aliados indígenas, o Forte dos Reis Magos, que os portugueses ergueram na entrada da foz do Rio Grande, foi entregue a Jerônimo de Albuquerque. Após pacificar os índios locais, Jerônimo fundou, em 1599, na margem direita do rio, um povoado que foi a origem da cidade de Natal. Em 1603, ele foi nomeado capitão-mor do Rio Grande, por seis anos. Ele, de fato, gozava de prestígio na América, não apenas por seus feitos, mas também por ser filho de um conquistador (Jerônimo pai), que ganhou fama em Portugal, onde foi até citado em versos por poeta de sua época.⁹

Estabeleceu, então, uma política de valorização das terras para povoamento e, como dominava a cultura e a língua das tribos indígenas locais, amenizou os conflitos entre potiguares e portugueses, o que possibilitou a ampliação da colonização naquela região. Concedeu a seus filhos, Antônio e Matias de Albuquerque, uma sesmaria onde fundaram o Engenho de Cunhaú, o primeiro engenho do Rio Grande do Norte.¹⁰

⁸ Cf. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939-1941. 2v., p. 33.

⁹ Os versos, de autoria de Bento Teixeira, enalteciam os feitos de Jerônimo de Albuquerque (o pai) nos seguintes termos: “Aquele branco Cisne venerando, / Que nova fama quer o Céu que merque, / E me está com seus feitos provocando, / Que dele cante e sobre ele alterque; / Aquele que na Idea estou pintando, / Hierônimo sublime d’Albuquerque / Se diz, cuja invenção, cujo artifício / Aos bárbaros dar total exício”. Cf. *Prosopopeia*, estrofe XXXIII, 1601.

¹⁰ COSTA, Gilmar Benevides. “Engenho Cunhaú: lugar de memória e transformação história”. In: *Revista Vivência*, nº 33. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010, p. 160. Ver também o capítulo trigésimo segundo da obra *História do Brasil* do Frei Vicente do Salvador.

Enquanto isso, no ano de 1594, Jacques Riffault comandou uma expedição que rumou para o Maranhão. Já ambientado com a navegação no Norte do Brasil, por ter participado da tentativa francesa de ocupação do Rio Grande do Norte, além de ter traficado a leste do Rio Amazonas, estabelecendo, inclusive, boas relações com as lideranças indígenas, “orientou seus compatriotas para a criação de um estabelecimento duradouro no Maranhão”.¹¹ Riffault associou-se a um gentil-homem de Saint-Maure de Touraine, Charles des Vaux, que explorou a ilha ainda em 1594, retornando anos depois para a França onde divulgou as possibilidades de instalação de uma colônia no Maranhão e destacou as relações pacíficas com os índios, receptivos à evangelização.

Os relatos de Charles des Vaux entusiasmaram o monarca francês Henrique IV, que ordenou a Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière,¹² que acompanhasse uma expedição de reconhecimento do Maranhão.¹³ Ao retornar, La Ravardière encontrou a França nas mãos da Regente Maria de Médice, pois o rei fora assassinado em 14 de maio de 1610.¹⁴ Procurou, então, persuadir a não entusiasmada regente, pelo empreendimento colonial. Argumentou que os franceses mantinham há muitos anos relações amistosas com os tupinambás e que a região constituía “[...] um ponto estratégico à abertura para o mar das Antilhas, permitindo interceptar os navios carregados de metais preciosos em regresso à Espanha”.¹⁵

Para completar os recursos financeiros necessários à nova expedição para o Brasil, La Ravardière buscou auxílio em outras fontes, visto que a regente não se mostrou muito disposta para “[...] empenhar-se tão a fundo quanto seu esposo admitira fazê-

lo, subvencionando a expedição”.¹⁶ La Ravardière conseguiu a adesão de François de Razilly, gentil-homem da Câmara do Rei, cuja família mantinha alianças com a família do futuro Cardeal Richelieu.¹⁷ O projeto ganhou a confiança de uma sociedade de ricos armadores de navios, normandos liderados por Nicolas de Harlay, Senhor de Sancy, Barão de Molle e de Gros-bois.¹⁸ Partiram, então, com três navios de Cancale, na Bretanha, em 19 de março de 1612, chegando ao Brasil em 18 de julho do mesmo ano. O *Régent* era comandado por François de Razilly, e nele se encontravam La Ravardière e des Vaux, além do índio Yacopo, que retornava ao Brasil após ter sido apresentado à rainha; o *La Charlotte* era comandado por Harlay de Sancy; e, por último, o *Saint-Anne*, comandado por Isaac de Razylli, irmão de François de Razylli. A expedição foi acompanhada por um grupo de missionários capuchinhos, entre eles os padres Ivo d`Evreux e Claude D`Abbeville, que mais tarde escreveram sobre o Brasil. Quando chegaram ao Maranhão, lá já se encontravam cerca de 400 franceses, bem como embarcações oriundas do Hâvre e de Dieppe.¹⁹ A primeira iniciativa foi a construção de um forte batizado de São Luís. Havia a intenção de se estabelecerem definitivamente e começaram, em seguida, a construir casas, armazéns e a trabalhar a terra para as plantações. Essa colônia ficou conhecida como a França Equinocial.

Em dezembro de 1612, François de Razylli e o Padre Claude D`Abbeville suspenderam do Maranhão para a França em busca de mais recursos para o processo de colonização. Entretanto, o entusiasmo demonstrado pelos “cortesãos, comanditários e religiosos não é inteiramente compartilhado pela Rainha Maria [...]”.²⁰ Razylli tinha consciência

¹¹ Cf. BONICHON, Philippe; e GUEDES, Max Justo. “A França Equinocial”. In. *História Naval Brasileira*, primeiro volume, tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p. 528.

¹² La Ravardière era um experiente navegador que, inclusive, participou de explorações na costa da Guiana em 1604.

¹³ DAHER, Andréa. *O Brasil francês: singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Trad. Albert Stückenbruck. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 48.

¹⁴ Luís XIII não havia atingido a maioria quando Henrique IV foi assassinado.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 50.

¹⁶ Cf. BONICHON & GUEDES, *op. cit.*, p. 531.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ DAHER, *op. cit.*, p. 52.

¹⁹ *Ibidem*, p. 56.

²⁰ Cf. *Ibidem*, p. 60.

da pressão dos defensores de uma aliança da França com a Espanha e das negociações em curso para o casamento de Luís XIII com a infanta espanhola Ana D'Áustria, que poderiam gerar grandes dificuldades para a manutenção da França Equinocial. De fato, os recursos adquiridos para a segunda expedição, que partiu na Páscoa de 1614, originaram-se principalmente da iniciativa privada e não do apoio prestado pela monarquia.

Desde o ano de 1608 havia por parte do Governador-Geral do Brasil Diogo de Menezes grande preocupação com as atividades francesas no Maranhão. O Rei Felipe III (Felipe II, em Portugal) ordenou que Diogo de Menezes enviasse informações sobre os acontecimentos naquela região. Este despachou Martim Soares Moreno ao Ceará, que combateu um patacho francês que estava aportando em Mucuripe (atual porto do Ceará)²¹ e, mais tarde, em seu retorno àquela região, fundou um presidio (forte) chamado *Nossa Senhora do Amparo*. Em 1613, Felipe III enviou para o Brasil um novo governador, Gaspar de Souza, com ordens para tomar providências contra os franceses do Maranhão. Gaspar de Souza se transferiu para Olinda, onde estaria mais próximo do que se denomina atualmente de "Teatro de Operações".

Rapidamente Gaspar de Souza iniciou ações para combater os franceses no Norte do Brasil, enviando uma expedição para "[...] o reconhecimento do Teatro de Operações e o conhecimento do inimigo".²² Para comandar a expedição, foi designado Jerônimo de Albuquerque, o "experimentado nas cousas do sertão e dos Índios", que se tornou o primeiro nascido no Brasil a comandar uma força naval, em missão tipicamente militar, em 1613, na América portuguesa.²³ Tal expedição foi formada por aproximadamente cem homens e uma flotilha composta de três ou quatro navios.²⁴ Esses navios eram denominados "caravelões", designação genérica de um tipo de navio que era construído na costa do Brasil de então. É possível que fossem se-

melhantes a grandes saveiros, embarcações típicas existentes na Bahia, que ainda são construídos muito artesanalmente, sem desenhos, obedecendo a métodos e unidades de medida, de certa forma semelhantes aos empregados pelos construtores navais portugueses para caravelas, naus e galeões do século XVI e XVII.

Jerônimo de Albuquerque partiu de Recife em junho de 1613, junto com seu filho, Antônio de Albuquerque,²⁵ que comandava uma companhia de 50 homens. Ao passar pelo Ceará, tomou a seu serviço o Capitão Martins Soares Moreno. Fundearam no Rio Camocim, escolhido como base das operações. Albuquerque ordenou que Martim Soares, com 25 homens e sete indígenas, efetuasse reconhecimento na região. Martim Soares efetuou o reconhecimento e destruiu alguns redutos franceses, mas não pôde regressar ao Camocim para apresentar os resultados a Jerônimo de Albuquerque em função das condições adversas de navegação. Dirigiu-se para as Antilhas e depois para a Espanha, chegando a Sevilha em 24 de abril de 1614.

Sem o regresso de Martim Soares Moreno, Albuquerque retirou-se de Camocim, por considerar a aguada ruim e foi para o Buraco de Tartaruga, ou Jericoacoara, fundando uma pequena fortificação, *Nossa Senhora do Rosário*. Em função da escassez de alimentos, retornou para Pernambuco por terra, ordenando que os navios também regressassem para aquela capitania. Manteve o forte guarnecido com 40 soldados comandados por seu sobrinho, Gregório Cardoso de Albuquerque.

Em 25 de maio, chegou a Recife, como seu adjunto, Diogo de Campos Moreno, tio de Martim Soares Moreno, com aproximadamente cem homens, para se unir a Jerônimo de Albuquerque.

Em Olinda, em 22 de junho, Gaspar de Souza entregou a Jerônimo de Albuquerque um regimento²⁶ nomeando-o para "Capitão da Conquista e Descobrimto das terras

²¹ CALMON, op. cit., p. 36.

²² Cf. BONICHON, & GUEDES, op. cit., p. 557.

²³ Cf. "Jornada do Maranhão". In. *História Naval Brasileira*, op. cit., p. 557.

²⁴ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 557, falam de até três navios; contudo, segundo Pedro Calmon, Jerônimo de Albuquerque teve a seu comando quatro navios. Ver CALMON, op. cit., p. 37.

²⁵ SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*, op. cit., p. 338.

²⁶ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 560.

do Maranhão (provisão de 29/5/1613)".²⁷ No mesmo dia, Albuquerque partiu por terra até o Rio Grande do Norte para reunir índios flecheiros para "Jornada". Dias depois, foram enviados dois caravelões para aquela capitania, com soldados e mantimentos.²⁸

Em 24 de julho de 1614, chegou ao porto de Recife um navio com uma carta de Martin Soares Moreno que continha informações referentes ao efetivo, às fortificações e à força naval dos franceses. A partir desse momento, os preparativos da "jornada" foram iniciados.²⁹ Com as informações reunidas, Gaspar de Souza conversou com os principais comandantes: Alexandre de Moura, então Capitão-Mor de Pernambuco, Sargento-Mor Campos Moreno e Vicente Campelo, Capitão do Forte de Laje do Recife.³⁰

Ficou decidido que, em face da possível aliança com o principal Meratahopa da Ilha do Maranhão, a força luso-brasileira deveria seguir até o Rio Maranhão e, nele entrando, desembarcar na terra firme, fronteira à aldeia daquele cacique.³¹

Em 21 de agosto, os navios estavam prontos. Sob o comando de Diogo de Campos Moreno, se encontraram com Jerônimo de Albuquerque em 26 de agosto.³² A 5 de setembro, fizeram-se por mar com as forças regulares e mais inúmeros guerreiros indígenas.³³ Antes de chegar ao Ceará, Jerônimo decidiu seguir por terra com os índios, desacomodados a viajar grandes distância pelo mar, até o Forte de *Nossa Senhora do Amparo*, onde novamente se reuniu com Diogo de Campos Moreno, que havia chegado antes. As duas colunas continuaram separadas até a foz do Pará-Mirim, seguindo juntas por mar até o Forte *Nossa Senhora do Rosário*.

Antes de se estabelecerem próximo aos franceses, foi efetuado novo reconhecimento

da região pelo Capitão Belchior Rangel, com alguns homens e o piloto Sebastião Martins, que acompanhou Martin Soares naquela primeira expedição de reconhecimento em 1613. A 26 de outubro de 1614, oito embarcações entraram na Baía de São José, fundeando em Guaxenduba, próximo à foz do Rio Munim. Foi construído um forte denominado *Santa Maria de Guaxenduba*.

Em 19 de novembro, La Ravardière decidiu realizar um ataque ao Forte de *Santa Maria*, com aproximadamente 200 franceses e 1.500 índios.³⁴ Conforme Philippe Bonnichon:

Du Prats e Pézieux, cada qual com um contingente de sessenta homens, desembarcariam sob cobertura de fogo da artilharia dos navios, enquanto La Ravardière, com duzentos homens e muitos indígenas capitaneados por des Vaux, assaltariam os portugueses pela retaguarda. Mas estes foram mais rápidos, atacando de surpresa para bater separadamente as duas forças francesas. A tentativa de desembarque foi rechaçada, os franceses lançados à praia, suas embarcações incendiadas, Pézieux ferido mortalmente, La Touche de Cavannes, irmão de La Ravardière, e outros gentis-homens normandos, Saint-Gilles e d'Ambreville, tomaram com a maior parte dos soldados, marinheiros e colonos, entre eles Bridon, natural de Dieppe, o mestre Vincent Guérard e o Ourives Bellanger, de Rouen.³⁵

La Ravardière, tendo em vista o grande fracasso da iniciativa militar, ofereceu um armistício de um ano a Albuquerque, que foi assinado e remetido a ambas as coroas. Havia já uma grande indisposição da monarquia francesa em relação à França

²⁷ MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. DASP: Serviço de Documentação, 1960, p. 44.

²⁸ BONICHON & GUEDES, op. cit., p. 560.

²⁹ VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1972, p. 137.

³⁰ BONICHON, & GUEDES, op. cit., p. 561.

³¹ Cf. Idem.

³² Idem, p. 562.

³³ MEIRELES, op. cit., p. 45.

³⁴ DAHER, op. cit., p. 71.

³⁵ Cf. BONNICHON & GUEDES, op. cit., p. 539.

Equinocial, logo os reforços para a empresa francesa no Brasil não foram enviados a La Ravardière. A trégua não foi aceita pelo Rei Felipe III, que ordenou nova campanha contra os franceses, cujo comando passou para o então Capitão-Mor de Pernambuco Alexandre de Moura. Durante o período de tréguas, Jerônimo de Albuquerque passou para a Ilha do Maranhão e fundou o Fortim de *São José de Itapari*.³⁶ Os franceses capitularam em novembro de 1615, conforme a descrição da historiadora Andréa Daher:

Em 1º de novembro, antes do término da trégua de um ano, uma armada de nove navios comandados pelo capitão português Alexandre de Moura cerca os franceses na "grande ilha", enquanto as forças comandadas por Jerônimo de Albuquerque se dirigem, no dia seguinte, para o Forte de São Luís, onde La Ravardière acaba rendendo-se sem resistência.³⁷

As vitórias sobre os franceses no Maranhão fizeram com que Jerônimo de Albuquerque fosse reconhecido pelo reino como capitão-mor da conquista daquela capitania.³⁸

Graças às iniciativas de homens como Jerônimo de Albuquerque, a monarquia podia se viabilizar em suas conquistas. Afinal, esses homens, dispersos em intrincadas redes imperiais, eram capazes de movimentar redes que traziam substância à política

ultramarina.³⁹ O rei se representava graças à lealdade desses homens – por isso dependia deles –, que transformavam política em ação governativa. Frequentemente adaptavam as ordens régias às realidades locais, de acordo com os seus interesses e os de suas redes. Por isso, o renomado historiador inglês John Elliott afirmou que a autoridade real era “filtrada, mediada e dispersada”.⁴⁰

Ocupado o Maranhão, Francisco Caldeira Castelo Branco recebeu ordens para se estabelecer na região da foz do Rio Amazonas, fundando o Forte do *Presépio*, de onde se originou a cidade de Belém. Isso completou a ocupação da costa Norte pelos portugueses, sempre projetando o Poder Militar por meio de forças navais.

Jerônimo de Albuquerque obteve o auxílio de índios, antes um obstáculo à presença lusa na região Norte, em favor da coroa. O “brasileiro”, em uma ação pioneira, comandou uma força naval e teve participação relevante na expulsão de invasores franceses. A partir da aplicação do Poder Naval, foi capaz de assegurar aos portugueses o domínio do Norte do futuro Brasil, permitindo que essa área fosse incorporada à atual configuração do Território Brasileiro. O mérito da conquista e da vitória “tão digna de memória” sobre os invasores fez com que Jerônimo de Albuquerque acrescentasse em seu sobrenome “Maranhão”, vinculando sua própria identidade à terra que, “a custa do seu sangue e fazendas”, defendeu.⁴¹

³⁶ VIANNA, op. cit., p. 138.

³⁷ Cf. DAHER, op. cit., p. 73.

³⁸ FRAGOSO, João Luís & GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. In: *Revista Tempo*, nº 27, 2009, p. 62.

³⁹ FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda Baptista & GOUVEIA, M. de Fátima. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império” in *Penélope*, nº 23, 2000, p. 67-88, especialmente p. 81-83. A noção de um Império em rede, acima exposta, obteve suas considerações mais paradigmáticas nos escritos de Luís Filipe Thomaz acerca da estrutura política e administrativa do Estado da Índia, cf. THOMAZ, Luís F. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 210; Cf. “Da Colônia ao Império: um percurso historiográfico”, in SOUZA, L. FURTADO, Júnia & BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 96. A perspectiva recebeu também interessantes considerações em CASALILLA, Bartolome Yun. “Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élités y territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”, in CASALILLA, Bartolome Yun (dir). *Las Redes del Imperio. Élités sociales en la articulación de la Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Universidad Pablo de Olavide, 2009, p. 11-94.

⁴⁰ Cf. ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial, Vol I*. 2ª Ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 283-337, citação na p. 299.

⁴¹ Faleceu aos 70 anos de idade, no ano de 1618, depois de ter ocupado cargos de prestígio na administração local, conforme VAINFAS, op. cit., p. 325; e HELIDACY, Maria Muniz Corrêa. “Antigo regime, império português e governança no Maranhão e Grão-Pará”. *Mneme*: revista de humanidades. Caicó: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 9, nº 24, set/out, 2008, p. 1-16.

Arquitetura da Base Aérea de Natal na Segunda Guerra Mundial e as mudanças trazidas pelas travessias do Atlântico

Graciete Guerra da Costa

Doutoranda da Universidade de Brasília e Pesquisadora do CNPq. Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (1980) e graduação em Nancy II - Université de Nancy I (1980). Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (2006).

RESUMO

O Campo de Aviação de Parnamirim já existia antes da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Com a entrada dos Estados Unidos no grande conflito e a cessão de áreas, pelo Governo brasileiro para apoio das tropas aliadas, Parnamirim tomou, evidentemente, um grande impulso. A imensa área era dividida em duas partes distintas pelas pistas de pouso asfaltadas, 16-34 e 12-30: no setor oeste das pistas foi construída a Base Aérea de Natal, que era conhecida como a "Base Brasileira". No setor leste das pistas foi edificada, em proporções muito maiores, a "Base Americana", também denominada Base de Parnamirim ou Parnamirim Field. Quando o Governo dos Estados Unidos iniciou a construção do "Campo de Parnamirim", em novembro de 1940, já haviam sido construídas algumas obras, tais como hangares, estações-rádio, e pequenas instalações para usos diversos. O período da construção se estendeu até março de 1944 em consequência de várias mudanças dos planos iniciais de construção pelos americanos. A Base Americana dispunha de mais de 700 edificações, a maioria em estilo simples que ficou conhecido como "barraco", para suportar um trânsito diário de 400 a 600 aeronaves, em demanda da África. Segundo a engenharia americana, o prazo normal da duração de um "barraco" era de sete a dez anos. No entanto transcorridos 42 anos do conflito mundial, existe ainda um número considerável de "barracos", ainda em ple-

ABSTRACT

The *Parnamirim's* aviation camp existed before World War 2 explosion. When U.S.A joined the big conflict, and the Brazilian Government gave some areas to support the allied troops, *Parnamirim* took of course a big impulse. The big area was divided in two parts between the asphalted traces of landing, 16-34 and 12-30: On the west side of the traces, the Air Base of Natal was built, and it was known as the "Brazilian Base". On the east side of the traces it was built the "American Base", in much larger proportions, it was also called the "*Parnamirim Base*" or "*Parnamirim Field*". When the Government of the United States began the construction of the "*Parnamirim Field*" in november 1940, there were already some buildings there, such as hangars, radio stations, and small installations for different uses. The time for construction extended till march 1944 due to many original plan changes by the north Americans. The *American Base* had more then 700 buildings, most of them in simple style that became named "*barraco*", to support from 400 to 600 air-planes a day, in a demand to Africa. According to the American engineering, the normal duration time of a "*barraco*" was from 7 to 10 years. But nowadays, even elapsed 42 years from the World War 2, there still exists a considerable number of "*barracos*", in full use, though many buildings have been reformed. Besides those, there are still in the Air Base: the small church

na utilização, embora muitos prédios já tenham passado por reformas. Além desses, ainda está no local o prédio do Comando da Base Aérea, a Capela construída durante a Segunda Guerra Mundial, as pistas de pouso, o Cassino dos Oficiais, hospital, cinema, hangares, dentre outras. A construção dessa Base Aérea contou com dez hangares, instalações para combustíveis que abrangiam 20 tanques de superfície de aço, com capacidade total de 528.300 galões, 12 tanques de aço subterrâneos, cinco plataformas e sete bombas fixas. As instalações da Base Aérea americana permitiam alojar 1.800 oficiais e 2.700 subalternos e o hospital tinha disponibilidade de 178 leitos. Os prédios que abrigavam os serviços de restaurante, reembolsável, estação de rádio e outros, funcionavam 24 horas por dia. Com a desativação da Base Aérea americana, em 31 de outubro de 1945, a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos em relatório circunstanciado elaborado em setembro de 1946, qualificou os edifícios e as estruturas do “Campo de Parnamirim”, em condições razoavelmente boas, assim como as redes de água e esgoto. Trata-se, sem dúvida alguma, de um vasto e importante patrimônio histórico e arquitetônico, a ser estudado, registrado e preservado.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, Segunda Guerra Mundial, Base Aérea de Natal

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca identificar a arquitetura moderna que se constituiu no Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, particularmente, na Base Aérea e Naval de Natal, observando o papel dos Estados Unidos na construção de uma Base Aérea americana, em território brasileiro.

O texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a Arquitetura das Bases Aéreas brasileiras, com o objetivo de estudar os processos de construção de tipologias específicas, caracterizando modernidades mais distintas.

A procura de documentação referente à participação da Base Aérea de Natal no decorrer da Segunda Guerra Mundial foi extremamente trabalhosa, porque muitos documentos foram extraviados ou incinerados, outros classificados como “segretos” ou “confidenciais” naquela época. Alguns foram encontrados e depois de analisados,

built during World War 2, the landing traces, the Official's Casino, the hospital, the cinema, hangars, between others. The construction of this Air Base was helped by ten hangars, installations for inflammables that included twenty tanks of surface made of steel with 528.300 gallons capacity, twelve underground tanks of steel, five platforms and seven fixed water pumps. The installations of the American Air Base permitted to accommodate 1.800 officials and 2.700 sub-officials. The hospital had 178 beds. The buildings had restaurants, banks, radio stations and others, they worked 24 hours a day. When the deactivation of the American Air Base came in October 31 of the year 1945, the Mixed Military Commission Brazil-U.S.A told in a detailed report in September 1946, qualified the buildings and the structures of the “*Parnamirim Field*” in barely good conditions, even the water tubes and sewers. It is indeed a vast and important historical and architectural inheritance to be studied, registred and preserved.

KEYWORDS: Architecture, World War 2, Natal Air Base

trouxeram à luz fatos importantes ocorridos há 63 anos. Essa documentação por sua vez possui uma linguagem própria dos aviadores e, nesse sentido, privilegiaram-se documentos e assuntos relacionados à arquitetura da Base Aérea de Natal.

Os episódios marcantes no decorrer da Segunda Guerra Mundial não foram aprofundados sob o risco do distanciamento da arquitetura. Apenas consideramos de importância a desapropriação de terras para a instalação do Campo de Parnamirim e a promulgação pelo Governo Federal de dez Decretos-Leis, determinando a desapropriação de doze diferentes áreas. Todos eles trouxeram a assinatura do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Aeronáutica Salgado Filho.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Hitler desejava dominar o mundo e impor a ideologia nazista, que acreditava na



Ilustração 1 – Foto da Base Aérea de Natal

supremacia da raça alemã sobre toda a humanidade. Em 1º de setembro de 1939 invadiu a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial¹. O Continente Americano declarou-se neutro e criou uma zona de segurança marítima continental para preservar os transportes de cabotagem entre seus países. Os alemães não concordaram com essa medida. Então os Chanceleres americanos declararam, na cidade de Havana, em junho de 1940, que *todo atentado de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território e contra a soberania ou independência de qualquer Estado americano será considerado como um ato de agressão contra os signatários daquela declaração*.

A conquista da França pelos nazistas consolidou seu domínio sobre a Europa e a aliança feita com os fascistas italianos projetou seu poder sobre o Norte da África, e criaram condições para a invasão da América pelo litoral Nordeste brasileiro, o que levou à sua militarização, com a instalação de diversas bases aeronavais naquela região².

O ataque japonês aos americanos, em Pearl Harbour, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941, determinou a entrada dos Estados Unidos na guerra, fazendo com que este país tomasse medidas urgentes para suprir suas forças, que em breve estariam combatendo em todos os continentes.

O afundamento de 31 navios de transporte brasileiros, ocasionando a perda de 971 vidas, levou o Brasil a declarar guerra aos países do Eixo – Alemanha, Japão e Itália –, em 22 de agosto de 1942. O Teatro de

Operações do Atlântico Sul imediatamente assumiu uma posição de vital importância estratégica, pois o Saliente Nordeste brasileiro e sua proximidade com o continente africano permitiam o rápido acesso de recursos materiais e de pessoal aos Teatros de Operação da África, Oriente Médio e Ásia.

A ALIANÇA BRASIL – ESTADOS UNIDOS DE 1937 A 1945

O Brasil, na época da Segunda Guerra Mundial, era um País de economia agrária, com cerca de 40 milhões de habitantes. Em 1943, o Museum of Modern Art (MoMA) abria a exposição *Brazil Builds*, que circulou também pelo Brasil. A mostra foi acompanhada de um livro-catálogo de 200 páginas, resultado de uma viagem pelo País do arquiteto Philip L. Goodwin (1885-1958) (vice-presidente executivo do MoMA) e do fotógrafo G.E. Kidder Smith (1913-1997), registrando a tradicional e nova arquitetura do Brasil. Goodwin, no prefácio do catálogo, tratava o Brasil “como nosso futuro aliado”. Hugo Segawa³ cita que o bem-sucedido pavilhão brasileiro na Feira Mundial parece ter sugerido ao MoMA de Nova York realizar um reconhecimento mais abrangente da arquitetura brasileira. O *Brazil Builds* era uma das peças da “política de boa vizinhança” que o Presidente Franklin Roosevelt (1882-1945) desenvolvia na América Latina para angariar alianças estratégicas no conflito mundial que corroía a Europa. Até então o Presidente Getúlio Vargas exercia política de neutralidade. Graças à aliança Brasil – Estados Unidos de 1937 a 1945, com a instalação e a operação da Base Aérea americana em Natal, o Brasil conseguiu recursos norte-americanos para a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Walt Disney desenhou um personagem brasileiro, o Zé Carioca, e o MoMA organizou o *Brazil Builds*. Os brasileiros exportaram para os Estados Unidos a atriz/bailarina Carmem Miranda (1909-

¹ *A II Guerra Mundial O Brasil e Monte Castelo: Por quê? Como? para quê?*. Memória do Exército Brasileiro e do Jornal do Brasil, Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, 2006.

² COSTA, Fernando Hippólito da. *História da Base Aérea de Natal*. Natal, Ed. Universitária, 1980.

³ SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. - 2. ed. 1.reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.



Ilustração 2 – Cenas da Guerra na Base de Natal
– Outubro de 1945

-1955) e *Brazil Builds* para o mundo. O Brasil também recebeu 1.288 aeronaves dos mais variados tipos.

A aliança Brasil – Estados Unidos de 1937 a 1945⁴ pode ser considerada ilusória porque a política de ambas as nações era de conveniência ou de fachada, ao mascarar os reais interesses nacionais. Os norte-americanos, pela política de boa vizinhança, buscavam a americanização do Brasil para neutralizar a influência germânica, e somente pretendiam a utilização das bases militares em nosso território e o fornecimento de matérias-primas estratégicas e alimentos. O Governo brasileiro procurava tirar vantagem da aliança aparente com o Eixo e da ameaça latente ao continente sul-americano para armar-se ante a hipótese de invasão argentina e assegurar uma política desenvolvimentista.

O Brasil convocou cem mil homens para compor a Força Expedicionária Brasileira, dos quais selecionou 25.334 para combaterem o inimigo no Teatro de Operações da Itália.

Os brasileiros concluíram que só a sua participação ombro-a-ombro com os norte-americanos nos campos de batalha lhes asseguraria as vantagens almejadas pelo Governo e uma posição respeitada após a guerra.

Em face da importância de contar com bases aéreas no Nordeste, o Governo norte-americano deu prioridade para a construção de aeródromos militares e ampliação das instalações das bases aéreas já existentes na região, dando início, ainda em 1941, a um programa que visava a alcançar esses objetivos em território brasileiro.

NATAL: AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELAS TRAVESSIAS DO ATLÂNTICO

Em meados e fins do século XIX, a situação começa a se transformar. A abertura de vias melhor conectando Natal às demais cidades do Rio Grande do Norte, o incremento das atividades portuárias, a atração de comerciantes e a instalação de infraestrutura possibilitam o crescimento comercial que atrai investimentos e divisas⁵. Com a virada do século XX e a chegada das ideias capitalistas e urbanas europeias, centradas na modernidade e no saneamento, a cidade aos poucos vai vivenciando mudanças em razão de um impulso comercial que começa a se delinear. O advento da aviação enquadra a pequena cidade nos eixos aeroviários que cruzavam os céus para as bandas do Atlântico Sul. Novamente, tal qual em sua gênese, Natal se revela em face de sua posição geográfica e das implicações que a tecnologia existente até então acarretavam para o desenvolvimento tecnológico da aviação àquela época.

Natal adentrava a década de 40 com possibilidades de crescimento e desenvolvimento qualitativo por causa dos progressos da aviação. Mais uma vez a posição geográfica da capital potiguar tornava-se elemento fundamental para determinar e propulsionar o seu avanço⁶.

⁴ *A II Guerra Mundial O Brasil e Monte Castelo: Por quê? Como? Para quê?* Memória do Exército Brasileiro e do Jornal do Brasil.

⁵ MEDEIROS, Valério A. S.; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. O fator estratégico como definidor da formação e consolidação do núcleo urbano da cidade de Natal: quatro séculos, três períodos. In: *Colóquio Arquitetura Brasileira: Redescobertas/XVI Congresso Brasileiro dos Arquitetos*, 2000, Cuiabá.

⁶ DANTAS, George Alexandre Ferreira. *Natal, "caes da Europa"*: o plano geral de sistematização no contexto de modernização da cidade (1929-1930). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998. p. 63 (trabalho final de graduação).

E com isso, nos anos iniciais da aviação, quando as grandes distâncias intercontinentais compreendiam barreiras difíceis de serem transpostas, a rota Natal – Dakar consistia no melhor percurso entre a Europa e a América do Sul.

A localização da Cidade de Natal fez com que seu nome ocupasse uma posição de relevo na história da aviação mundial. Sobre tudo nos tempos iniciais ou, mais precisamente, no período compreendido entre 1922 e 1937 [...] ⁷.

Percebeu-se nesse estudo que essa posição relevante estendeu-se até o período da Segunda Guerra Mundial. Os grandes pioneiros das travessias atlânticas passaram pela cidade. Sacadura Cabral e Gago Coutinho inauguraram a travessia África – Natal; Pinto Martins e Walter Hinton realizaram o raid Nova York – Rio, passando pela cidade. *Após essas façanhas, a capital norte-rio-grandense passou a receber grande número de aviadores famosos, que com suas aventuras escreviam a história da aviação* ⁸. Seguiu-se Carlo Del Prete e Victale Zanchetti, a esquadrilha do Exército norte-americano. Augusto Severo, o grande pioneiro do voo que construiu o dirigível Pax, era potiguar de Natal. O piloto francês Jean Mermoz ⁹ foi um dos aviadores que marcou presença em Natal durante essa época. No dia 13 de maio de 1930, Jean Mermoz realizou a sua primeira travessia. Partindo de São Luís do Senegal, chegou a Natal vencendo uma distância de 3.100 quilômetros. Passou alguns dias na capital potiguar planejando uma viagem de regresso, o que seria um fato inédito. O aviador francês voltou a Natal em abril do ano de 1933, pensando ainda em realizar o seu sonho: a viagem Natal – Dakar. Fez muitas amizades no Rio Grande do Norte. Um de seus amigos, Eudes de Carvalho, revelou que

o francês “adquiriu, com o tempo, apego a terra e à gente potiguar e previu o futuro de Parnamirim como base aérea de destaque mundial”. Jean Mermoz, finalmente, conseguiu concretizar sua antiga aspiração. Partindo de Natal num trimotor, o *Arc-en-Ciel*, pousou em Dakar, sendo o primeiro a realizar tal façanha.

Em 1928, o então presidente do Estado *discursou dizendo que estava satisfeito por ser o presidente de um Estado cuja privilegiada posição geográfica lhe dará um porvir e uma situação invejável no país* ¹⁰. Um ano depois, em 1929, a cidade recebe o Conde Vaux, Presidente da Federação Aeronáutica Internacional, que, em entrevista sobre Natal, afirma que a mesma seria *a chave dos grandes sistemas gerais de transportes aéreos, para a América do Sul, em um futuro próximo* ¹¹. Nos anos seguintes, as grandes bases marítimas e terrestres estavam sendo erguidas, iniciando-se, em 1936, o serviço regular de travessia do Atlântico por hidroaviões. *Por essa época, o Sr. Ralph O'Neill [...] anunciava que a Tri-motors [empresa de aviação] pretendia, dentro de três anos, possuir uma frota de 50 hidroaviões que, constantemente, cortariam os céus de Natal. E acrescentou: Natal será o maior empório aviatório da América do Sul* ¹².

O Rio Potengi e, posteriormente, a Base Aérea de Parnamirim se alternam como pontos de amerissagem e aterrissagem dos aviões. Natal não mais estranha o barulho das aeronaves chegando ou partindo. As companhias aéreas passam a cruzar os céus da cidade: da França, a *Lignes Aériennes Latécoère*, primeira companhia que se estabeleceu em Natal, substituída pela *Compagnie Generale Aeropostale (CGA)* e, posteriormente, pela Air France; da Alemanha, a Condor (depois *Lufthansa*); da Inglaterra a *British Airways* e, finalmente, da Itália, a *Ala Littoria-LATI (Linee Aeree Trans-*

⁷ MEDEIROS, Alberto, MEDEIROS, Maria Z. P. de, PINHEIRO, Maria I. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Tribuna do Norte: Fundação José Augusto, 1998, v. 11. p.4.

⁸ Idem.

⁹ Jean Mermoz, o super-piloto gaulês herói de tantas aventuras. No dia 7 de dezembro de 1936, partiu da África pilotando um Laté 300, o *Croix du Sud*, tomando rumo que lhe era tão familiar: Natal, no Rio Grande do Norte. As Parcas o alcançaram e ele desapareceu nas águas do Atlântico, junto com seus companheiros tripulantes naquele voo.

¹⁰ VIVEIROS, Paulo P. de. *História da aviação no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 1974. p. 21.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

continentali Italiane). Natal estabeleceu-se como escala das linhas entre a Europa e América do Sul¹³.

O Plano Geral de Sistematização, elaborado em 1929 por Giacomino Palumbo na gestão do prefeito Omar O'Grady, acompanha a efervescência inovadora de um momento em que a chegada de ideias novas se associa à presença de um símbolo de forte apelo da era maquinicista – o avião – sendo marcadamente delineado em função do automóvel, embora Natal tivesse à época um tráfego incipiente. A observância da necessidade do calçamento das ruas e a proposta de zoneamento inspirada nos modelos norte-americanos equiparam-se a propostas elaboradas para outras capitais brasileiras de maior porte. A cidade, inundada pelo imaginário dos novos tempos da aviação, modernizava-se inspirada em exemplos europeus e norte-americanos.

Com o início da Segunda Grande Guerra Mundial e a distância de Natal em relação aos centros de aviação da Europa, encerra-se [...] *uma época de lirismo da aviação para abrir [...] uma perspectiva de terror dessas novas armas de destruição e morte*¹⁴. As asas e o ventre dos aviões passam a carregar bombas e destruir cidades, a estruturação europeia afunda no caos do conflito e as linhas aéreas intercontinentais são canceladas.

Entretanto, com o conflito, *abre-se, em Natal, uma nova página da aviação*¹⁵. Na cidade é instalada a maior Base Aérea norte-americana fora dos EUA, servindo de sustentáculo para as operações dos aliados no Norte da África, bem como de apoio para as operações militares que se processavam na Europa. Os anos sem aviões comerciais são compensados pela construção de uma mega Base Aérea em Parnamirim, que passa a receber centenas de

aeronaves. A população, que à época chegava aos 55 mil habitantes, recebe:

[...] mais de 10.000 soldados americanos a Natal [...], assim como os batalhões de soldados brasileiros que para lá se dirigiam, [dinamizando] não apenas o setor militar, quando foram fundadas as Bases Aéreas, Naval e do Exército na cidade, mas também a vida econômica: expansão do comércio, estímulo ao setor imobiliário, casas de diversões¹⁶.

Neste âmbito militar se define a configuração cidadina. A instalação das bases militares implementa a ocupação e solidifica os eixos no sentido Sul, notadamente em razão da Base Aérea em Parnamirim. *Em pouco tempo Natal deixou de ser uma pacata capital de estado nordestino, assumindo ares de uma cidade cosmopolita* [...]¹⁷.

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PARNAMIRIM – TRAMPOLIM DA VITÓRIA

A cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, foi um dos polos mais importantes da aviação brasileira. Talvez por sua localização no extremo leste do País, o que faz da cidade o ponto mais próximo entre o Brasil e a Europa, ou devido a seu clima extremamente favorável, a verdade é que, desde a época dos pioneiros, Natal é sinônimo de aviação.

PARNAMIRIM é contração de PARANÁ-MIRIM, rio pequeno, de denominação tupi. Segundo Lira¹⁸, essa denominação estava figurada num mapa da primeira metade do século XVII. É o primeiro registro conhecido do termo.

O Campo de Aviação de Parnamirim¹⁹ já existia antes da deflagração da Segunda

¹³ LORCH, Carlos e FLORES JR.. *Aviação Brasileira: sua história através da arte*. Rio de Janeiro, Action Editora Ltda. 1994, p. 106.

¹⁴ VIVEIROS, op. cit., p. 118.

¹⁵ VIVEIROS, Paulo P. de. *História da aviação no Rio Grande do Norte. Natal*: EDUFRN, 1974, p. 21.

¹⁶ CUNHA, Gersonete Sotero da. *Natal e a expansão territorial urbana. Natal*: EDUFRN, 1991, p. 18.

¹⁷ SANTOS, Pedro L. dos. *Urbanismo e modernização em Natal (1901-1929-1935)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997, p. 99 (Dissertação de Doutorado).

¹⁸ LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1982, p. 38.

¹⁹ COSTA, Fernando Hippolyto da. *História da Base Aérea de Natal*. Natal, Ed. Universitária, 1980.

Guerra Mundial. Fica localizado a 15 quilômetros da cidade de Natal, a 005° 52' S e 35° 23' W, com 50 metros de altitude média em relação ao nível do mar. A visibilidade predominante 99,5% do tempo é superior a cinco quilômetros; a frequência dos nevoeiros é de 0,1% e os tetos inferiores a 300 metros chegam a 0,6%. A localização de Parnamirim é ideal do ponto de vista estratégico e de salubridade.

O terreno sobre o qual o campo está situado é suavemente inclinado, variando a composição de seu solo de uma areia pura a uma argila arenosa, com um conteúdo de argila muito baixo. A vegetação se limita ao gênero de ervas características dos desertos e árvores pequenas.

Com a entrada dos Estados Unidos no grande conflito e a cessão de áreas, pelo Governo brasileiro, para apoio das tropas aliadas, Parnamirim tomou, evidentemente, um grande impulso. A cidade de Natal pode ser alcançada por uma rodovia pavimentada de cerca de 20 quilômetros, construída pelo Exército dos Estados Unidos. Ela serve de tronco da rede ferroviária que corta o interior do Estado do Rio Grande do Norte e faz ligação com a cidade de Recife. Essa rodovia foi construída em apenas seis semanas.

A imensa área de Parnamirim era dividida em duas partes distintas pelas pistas de pouso asfaltadas, 16-34 e 12-30: No setor oeste das pistas foi construída a Base Aérea de Natal, que era conhecida como a "Base Brasileira". No setor leste das pistas foi edificada, em proporções muito maiores, a "Base Americana", também denominada Base de Parnamirim ou *Parnamirim Field*. A divisão que havia antes permanece até hoje, como hábito adquirido para melhor localizar os espaços terrestres: o campo de pouso divide a Base Oeste da Base Este.

A BASE AÉREA BRASILEIRA

No final de 1942 algumas edificações já existentes foram utilizadas, embora precariamente, porque as construções destina-

das à instalação permanente não haviam sido concluídas. Essas edificações eram de propriedade das extintas companhias *Lignes Aeriennes Latécoère*.

No antigo hotel da LATI foram instalados os órgãos administrativos da Base Aérea e o Cassino dos Oficiais. O hangar dessa companhia teve uma de suas alas transformada em alojamento de praças, para o que necessário se fez mais tarde, com o aumento sucessivo do efetivo, a utilização de parte do próprio hangar, onde também foram instaladas as diversas dependências do Agrupamento de Caça.

Nos dois prédios da Companhia Air France instalaram-se o alojamento e o rancho dos sargentos, tendo sido destinados quatro aposentos para o Centro Médico, inclusive enfermaria. Logicamente, esses aposentos pelas suas dimensões restritas e com outras finalidades para as quais foram construídos, não atendiam adequadamente a um Centro Médico²⁰.

Há registros do prédio em alvenaria do antigo alojamento de pessoal, década de 30, também pertencente à Companhia Air France, onde se hospedava o piloto francês Jean Mermoz quando em trânsito pelo Brasil; do prédio histórico da Estação Radiotelegráfica PUY-9, década de 30, também da Companhia Air France, em alvenaria com telha colonial, localiza-se próximo ao hangar; de quatro prédios em alvenaria, esquadrias de madeira e telha de barro tipo francesa, década de 30, pertencentes à Companhia Air France, sendo um para alojamento de pessoal, outro para adminis-



Ilustração 3 – Edificações de oficinas e garagens

²⁰ Formulários de Tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Aeronáutica, ref. IMA 210-2, de 24 de junho de 1982, Natal.

tração e os outros dois é desconhecida sua utilização à época; de prédio histórico em alvenaria, esquadrias de madeira e telha de barro tipo francesa, década de 30, o rancho geral; de prédio histórico em alvenaria, com pé direito duplo, e sistema de ventilação tipo lanternin, esquadrias de madeira e telha de barro tipo francesa, década de 30, almoxarifado e oficinas; de prédio histórico em alvenaria, esquadrias de madeira e telha de barro tipo francesa, década de 30, garagem; de prédio histórico em alvenaria, esquadrias de madeira e telha de barro tipo francesa, década de 30 abrigava o almoxarifado geral; da caixa d'água com um pequeno prédio ao lado onde funcionava o Centro Telefônico.

As edificações da Base Aérea observadas consistem em obras modernistas, seja em fase inicial ou então no auge desse movimento. Dentre as edificações inventariadas, destacam-se os prédios construídos para abrigar definitivamente a Base Aérea de Natal, que até hoje se encontram em perfeito estado de conservação: Prédio do Comando; dois hangares construídos provavelmente na década de 1940; hangar que, na ala esquerda, ficava localizado o Comando do Grupamento dos P-40 (aeronave de bombardeio).

São comuns nessas edificações, todas construídas entre as décadas de 30 e 40, paredes inteiras em vidro, estruturas suspensas em balanço, uso de *brises*, formas simples e primárias, traços predominantemente retos, jogo de volumes a fim de gerar movimento, pilotis com pé-direito alto, além de formas sinuosas, tomando partido da plasticidade do concreto.

“CAMPO DE PARNAMIRIM” OU BASE AÉREA AMERICANA

Quando o Governo dos Estados Unidos iniciou a construção do “Campo de Parnamirim”, em novembro de 1940, já haviam sido construídas algumas obras, tais como hangares, estações-rádio, e pequenas instalações para usos diversos. Ao todo foram dez hangares, distribuídos da seguinte forma: a) Na área dos aviões de transporte, dois hangares Butler, portáteis de

campanha, construídos em aço e amianto e dois hangares de nariz, de construção em madeira, em perfeito estado de conservação ainda hoje, cada um para acomodar dois aviões do tipo C-54; b) Na área de reabastecimento e reparos, dois hangares Butler e dois de nariz, conforme descrito acima; c) Na área de reparos destinada à Marinha, dois hangares de nariz de construção em madeira, cada um para acomodar dois aviões do tipo C-54.



Ilustração 4 – Escola Santos Dumont, hoje pertencente ao Governo do Estado

O chamado “Campo de Parnamirim” foi construído com a finalidade dupla de preparar uma Base para operações de uma unidade tática de envergadura – um Grupo de Bombardeio Médio – a fim de enfrentar qualquer ameaça à segurança do Hemisfério Ocidental, e a de prolongar uma cadeia de aeroportos, assegurando uma rota aérea razoavelmente protegida, para que os aviões multimotores pudessem prolongar a viagem com destino à África, ou além.

O período da construção se estendeu até março de 1944 em consequência de várias mudanças dos planos iniciais de construção pelos americanos. A Base Americana dispunha de mais de 700 edificações, que ficaram conhecidas como “barracos”, para suportar um trânsito diário de 400 a 600 aeronaves, em demanda da África. As instalações da Base Aérea americana permitiam alojar 1.800 oficiais e 2.700 subalternos, sendo que o hospital tinha disponibilidade de 178 leitos. Os prédios, que abrigavam os serviços de restaurante, reembolsável, estação de rádio e outros, funcionavam 24 horas por dia.

Segundo a engenharia americana, o prazo normal da duração de um “barraco” era de sete a dez anos. No entanto, transcorridos 63 anos do conflito mundial, existe ainda um número considerável de “barracos” em plena utilização, embora muitos prédios já tenham passado por reformas.

Informou-se que o custo total da obra realizada atingiu a elevada cifra de US\$ 9.403.461,00 (dólares) sem incluir os materiais e equipamentos que foram embarcados dos Estados Unidos²¹.

A construção da Base Naval contou com instalações para combustíveis que abrangiam vinte tanques de superfície de aço, com capacidade total de 528.300 galões, 12 tanques de aço subterrâneos, cinco plataformas e sete bombas fixas.



Ilustração 5 – Vista aérea da Base Aérea Americana

O fornecimento de combustível da Base Naval à Aérea era realizado através de caminhões-tanque e por linhas de encanamento (*pipe-line*) que somavam cerca de 20 quilômetros de canos. O *pipe-line* recebia o combustível diretamente dos navios petroleiros e era bombeado até os depósitos existentes na Base. A obra foi realizada com seis mil operários trabalhando em turnos de 24 horas por dia e a despesa de aproximadamente 60 milhões de cruzeiros à época. Calculou-se que a média diária de circulação da gasolina pelo *pipe-line* era de cem mil litros.

Em termos de construção, acabamento e durabilidade, as obras da Base Brasileira



Ilustração 6 – Centro Educacional Trampolim da Vitória

estão muito acima das da Base Americana; até os dias de hoje, verificadas *in loco*, as instalações da Base Aérea Brasileira permanecem em ótimas condições, o que não se sucede com as da Base Aérea Americana, muitas das quais vêm sendo demolidas, por não mais oferecerem condições de uso. No entanto, é importante salientar que a Base Aérea Americana foi construída apenas para atender às instâncias geradas pela Segunda Guerra Mundial; portanto, suas instalações sempre foram, desde a sua concepção, consideradas transitórias.

BASE AÉREA DE NATAL

A Base Aérea de Natal iniciou-se como a Base Brasileira, no setor oeste do Campo de Parnamirim, criada pelo Decreto-Lei Nº 4.142, de 2 de março de 1942, ativada em 7 de agosto de 1942, dentro de sua extrema simplicidade, continha apenas dois artigos. Não se poderia supor que a Unidade recém-criada tornar-se-ia, em breve, na maior Base da Força Aérea Brasileira, vindo a desempenhar uma relevante importância estratégica no decorrer da Segunda Guerra Mundial. Tornou-se peça fundamental para o prosseguimento vitorioso das campanhas do Norte da África e da Sicília.

Com a desativação da Base Aérea Americana, em 31 de outubro de 1945, a Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos, em relatório circunstanciado elaborado em

²¹ COSTA, Fernando Hippolyto da. *História da Base Aérea de Natal*. Natal, Ed. Universitária, 1980.

setembro de 1946, qualificou os edifícios e as estruturas do “Campo de Parnamirim”, em condições razoavelmente boas, assim como as redes de água e esgoto.

Em 21 de agosto de 1944, o Decreto-Lei Nº 6.814 extinguiu os 14 Corpos de Base Aérea, substituindo-os por outros²². Nessa nova classificação a Base Aérea de Natal figura entre as Bases de 2ª Classe²³.

Durante o transcorrer da Segunda Guerra Mundial, a Força Aérea Brasileira (FAB) ampliou seu material aeronáutico de uma forma jamais vista antes e que, provavelmente, nunca se repetirá. No espaço de quatro anos, a FAB recebeu um total de 1.288 aeronaves de caça, bombardeio, patrulha, ataque, transporte e treinamento. Os aviões entregues à FAB nesse período eram o que de mais moderno havia no arsenal norte-americano, conferindo à Força Aérea Brasileira não somente um enorme salto em termos de qualidade, mas multiplicando o efetivo de suas aeronaves por um fator de quatro.

Alguns autores afirmam que em Natal essa postura talvez não tenha passado de um efeito de disseminação, por não dizer de “contágio” do que se processa em outras cidades do País, em especial as mais próximas, como Recife e Fortaleza. Todavia, a observação de edificações como as aqui listadas desautorizam tal premissa, uma vez que expõem a forma e a veracidade de como os princípios modernos foram empregados em naturezas das mais distintas, abrangendo desde o edifício monumental até os mais simples.

Partindo do questionamento que se, de fato, existe uma “modernidade brasileira homogênea”, aqui se expõem exemplares que exprimem as adaptações regionais e consequentes limitadores técnicos. Além disso, as recentes investidas para inventariar o patrimônio moderno existente no País e no mundo convergem para o esforço no sentido de levantar o cenário da modernidade e suas adaptações regionais, onde bem se enquadrariam os exemplares da Base Aérea de Natal.

Quando se observa o cadastro das edificações listadas no Formulário de Tombamento do Patrimônio Histórico Cultural da Aeronáutica, percebe-se que as edificações da Base Americana são em maior número, envolvendo exemplares essencialmente modernos, e datados do período da Segunda Guerra Mundial, na quarta década do século XX, ou que se filiavam às tendências desse período. Na Base Oeste Brasileira, embora em menor número, algumas edificações datam da terceira década, outras construídas de 1941 até 1944, e estão em melhor estado de conservação.

As alterações sofridas nesses exemplares ocorreram internamente para atender às instalações advindas das necessidades de ocupação, sendo resguardadas as características externas originais. A continuidade das edificações da Base Aérea de Natal, que inclui a americana e a brasileira, e suas diversas manifestações protomodernas e modernas, permanece ao largo de tais investidas.

Destarte, perde-se ou deixa-se sob risco iminente de desmonte obras de valia e caráter único para a cidade, como de fato o são e representam as obras aqui tratadas.



Ilustração 7 – Prédio do Comando da Base Aérea de Natal

CONCLUSÃO - TRAMPOLIM DA VITÓRIA

O Brasil não se manteve alheio às mudanças tecnológicas que ocorriam nas cidades norte-americanas e europeias. As discussões versadas sobre os processos

²² Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *História Geral da Aeronáutica Brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990. Vol. 2.

²³ Classificação das Bases Aéreas inseridas no Decreto-Lei nº 6.814, de 21 de agosto de 1944.

de regionalização da arquitetura moderna, suas diferentes adaptações, tecnologias e técnicas empregadas nas diversas cidades brasileiras, remetem a um olhar atento sobre como as faces do movimento foram se moldando e absorvendo as impressões locais, e de que maneira tal fato contribuiu para sedimentar sua consolidação enquanto movimento de ampla penetração no cenário brasileiro.

A importância estratégica é evidenciada por declarações de personalidades e da imprensa a respeito do papel desempenhado pela cidade no advento da Segunda Guerra Mundial. COSTA²⁴ apresenta uma coletânea das afirmações, aqui sintetizadas, de Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos:

sem Natal não teria sido possível o desembarque norte-americano na África e, depois, o prosseguimento vitorioso da campanha da Tunísia... Natal é a encruzilhada estratégica tão importante para a realização das campanhas do Norte da África e da Sicília; do embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery: Pela sua posição geográfica, Natal é um dos pontos vitais das Nações Unidas. E no pós-guerra essa importância não diminuirá, pelo contrário, aumentará sempre. Natal é o Corredor da Vitória...

Do escritor Matias Arruda:

Natal, ponto geográfico mais avançado das Américas em direção leste, representa e define uma espécie de ajuda, de inestimável valia, às Nações Unidas. Natal constitui, depois que o Brasil aliou seu destino ao das nações democráticas, um dos pilares naturais da grande ponte aérea que, do outro lado do Atlântico, 3.100 km além, se apoia em Dakar. Sem Natal, impossível seriam os comboios aéreos pelo Atlântico Norte,

principalmente durante o inverno. Natal, a pequenina cidade, debruçada sobre o Rio Potengi, tornou-se um caminho vital para as nações aliadas. Seu nome, que já se tornara conhecido desde os primórdios da aviação, haverá de ficar estereotipado na memória de quantos se recordarem algum dia da segunda conflagração mundial que assolou a humanidade...

Fim da Guerra. A cidade sente-se tão ameaçada com o "progresso" que teme desaparecer, tal qual fora criada, de um dia para o outro. As bases, à exceção da norte-americana, são mantidas. Entretanto, a configuração urbana já se transformara; novas perspectivas estavam no ar.

As mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram neste período [...] demonstraram o deslocamento de uma economia essencialmente agrária para uma economia urbana, visando a consolidação do capitalismo monopolista existente no país [...] ²⁵

A guerra, por sua vez, transforma em definitivo a capital do Rio Grande do Norte e traz costumes e modas inesperados. A cidade vivencia uma época de boemia, eferescência e novos ares trazidos pelos americanos e pelo medo constante de ataques, talvez sendo a cidade brasileira que mais vivenciou o ambiente do conflito²⁶.

Como se buscou demonstrar neste trabalho sobre a arquitetura da Base Aérea de Natal, o fator estratégico se apresentou como elemento marcante de definição e transformação do núcleo urbano. A noção de *Sentinela Avançada*, que garantiria a expulsão dos invasores e a consolidação de núcleos coloniais no Norte do Brasil no século XVI, traduz-se nas noções de *Caes da Europa* nos anos 20, e de *Trampolim da Vitória* nos anos 40. A formação e consolidação do núcleo urbano de Natal, sob esse enfo-

²⁴ COSTA, Fernando Hippolyto da. *História da base aérea de Natal*. Natal: EDUFRN, 1980. p.367-371.

²⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000. p.348 (Uspiana 500 anos).

²⁶ LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1982. p.31.

que, evidenciam o quanto a sua configuração contemporânea foi definida a partir de sua configuração continental em seu aspecto geográfico e estratégico, considerando-se desde o sítio de implantação até o complexo urbano atual.

Sem as bases aéreas²⁷, a vitória na Europa e na Ásia não teria ocorrido tão cedo. Essas bases, projetadas à distância no Atlântico Sul, permitiram que voassem os nossos aviões, em grande número, para a África Ocidental, e dali para os Teatros de Operações na Europa e no Extremo Oriente.

O United States War Production Board posteriormente declararia que, sem a produção brasileira de materiais estratégicos e a ponte aérea dos Estados Unidos para Belém do Pará e Parnamirim, os americanos não teriam cumprido suas metas²⁸.

Segundo Hippólyto da Costa²⁹, Natal possibilitou o caminho dos grandes êxi-

tos, conquistados heroicamente pelas forças do mundo livre nos teatros de guerra da África, Ásia, como também da Europa; sem sombra de dúvida, foi a encruzilhada de muitos caminhos do mundo, ligada como autêntica sentinela avançada ao destino da guerra, foi uma trincheira do Atlântico.

A arquitetura da Base Aérea de Natal tem uma história marcante; a Base ativada em pouco menos de um mês antes do Brasil declarar “Estado de Guerra” contra as potências do Eixo, teve uma decisiva relevância na defesa do litoral nordestino.

Na conflagração mundial, Natal sendo o ponto mais estratégico da costa brasileira e o mais próximo do solo africano, tornou-se obviamente, o desejado marco de ligação entre os dois continentes, transformada no TRAMPOLIM DA VITÓRIA³⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A II Guerra Mundial O Brasil e Monte Castelo: Por quê? Como? Para quê? Memória do Exército Brasileiro e do *Jornal do Brasil*, Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, 2006.

Classificação das Bases Aéreas inseridas no Decreto-Lei nº 6.814, de 21 de agosto de 1944.

Cordell Hull - Secretário de Estado dos EUA de 1943 a 1944 e Prêmio Nobel da Paz em 1954, em texto de suas memórias.

COSTA, Fernando Hippólyto da. *História da Base Aérea de Natal*. Natal, Ed. Universitária, 1980.

CUNHA, Gersonete Sotero da. *Natal e a expansão territorial urbana*. Natal: EDUFRRN, 1991. p. 18.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. *Natal, “caes da Europa”*: o plano geral de sistematização no contexto de modernização da cidade (1929-1930). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1998. p. 63 (Trabalho Final de Graduação).

²⁷ Cordell Hull - Secretário de Estado dos EUA de 1943 a 1944 e Prêmio Nobel da Paz em 1954, em suas memórias.

²⁸ COSTA, Fernando Hippólyto da. *História da Base Aérea de Natal*. Natal, Ed. Universitária, 1980.

²⁹ Idem.

³⁰ LORCH, Carlos. *Asas da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Action Publicidade Ltda. 1988. p.14.

Formulários de Tombamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Aeronáutica, ref. IMA 210-2, de 24 de junho de 1982, Natal.

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *História geral da Aeronáutica brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: INCAER, 1990. Vol. 2.

LIRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2 ed. Brasília: Senado Federal; Natal: Fundação José Augusto, 1982. p. 38.

LORCH, Carlos e FLORES JR.. *Aviação Brasileira: sua história através da arte*. Rio de Janeiro, Action Editora Ltda. 1994, p. 106.

LORCH, Carlos. *Asas da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Action Publicidade Ltda. 1988. p.14.

MEDEIROS, Alberto, MEDEIROS, Maria Z. P. de, PINHEIRO, Maria I. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Tribuna do Norte: Fundação José Augusto, 1998, v. 11. p. 4.

MEDEIROS, Valério A. S.; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria. O fator estratégico como definidor da formação e consolidação do núcleo urbano da cidade de Natal: quatro séculos, três períodos. In: *Colóquio Arquitetura Brasileira: Redescobertas/XVI Congresso Brasileiro dos Arquitetos*, 2000, Cuiabá.

MERMOZ, Jean. In. MEDEIROS, Alberto, MEDEIROS, Maria Z. P. de, PINHEIRO, Maria I. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Tribuna do Norte: Fundação José Augusto, 1998, v. 11.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; FAPESP, 2000. p. 348 (Uspiana 500 anos).

SANTOS, Pedro L. dos. *Urbanismo e modernização em Natal (1901-1929-1935)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1997. p. 99 (Dissertação de Doutorado).

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. - 2. ed. 1.reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VIVEIROS, Paulo P. de. *História da aviação no Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 1974. p. 21.

Brasil e o mercado de defesa europeu: uma análise das articulações estratégicas na reestruturação da Base Industrial de Defesa

Fernanda das Graças Corrêa

Doutoranda na área de Estudos Estratégicos da Pós-Graduação em Ciência Política da UFF e mestre em História pelo Pró-Defesa/ UFRJ. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Logística Integrada e Sistemas, do Laboratório de Logística de Defesa e do Programa de Pesquisa sobre a Base Logística de Defesa da UFF.

RESUMO

Este artigo busca analisar como o Brasil tem, estrategicamente, se articulado para reestruturar o seu parque industrial de defesa.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Estratégicas; Ciência e Tecnologia; Base Industrial de Defesa

ABSTRACT

This article examines how Brazil has strategically is hinged to restructure its defense industrial park.

KEYWORDS: Strategic Relations, Science and Technology, Industrial Defence Base

O MUNDO, O BRASIL E O RETORNO DO ESTADO DE VIGILÂNCIA HOBBSIANO

O século XXI inaugurou novos tempos para a política internacional mundial, no qual o modelo político-econômico adotado pelos Estados Unidos e seus aliados, em meio a crise, voltou a ser questionado por países de diferentes economias. Neste cenário, velhos e novos atores passaram a manifestar o desejo de obter ou aumentar os seus poderes no jogo político do sistema internacional.

A globalização, ao pôr fim às fronteiras territoriais, permitiu que grupos terroristas passassem a ter acesso tanto às tecnologias sensíveis quanto a conhecer com maior profundidade as suas vulnerabilidades. Segundo Eric Hobsbawm,

A Guerra Fria deixou em todo o mundo um enorme suprimento de armas pequenas, mas muito potentes, e outros instrumentos de destruição para usos não governamentais, que podem ser facilmente adquiridos com os recursos financeiros disponíveis no gigantesco e incontrolável setor paralegal da economia capitalista global, em fantástica expansão.¹

A partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, um novo modelo de guerra ilimitada surgiu. De acordo com John Gray, *a anarquia hobbesiana que brota dos Estados*

¹ HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2007. p. 87.

*fracassados permitiu que Exércitos sem Estado atacassem o coração da maior potência do mundo. Em resposta, os EUA e outros regimes liberais estão se transformando em Estados de vigilância hobbesiana*². Este novo contexto possibilitou, por exemplo, que a Coreia do Norte denunciasse ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e construísse ogivas nucleares, que os Estados Unidos, apoiados pela Inglaterra, declarassem uma guerra preventiva e, em 2003, invadissem o Iraque, sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que a Índia construísse seu primeiro submarino nuclear com a ajuda estadunidense, levando-se em questão que a Índia, além de ser um país em desenvolvimento, não é signatária do TNP. Em 2010, a Rússia se tornou o maior exportador de armamentos do mundo. Em 2011, o Paquistão se tornou o quinto maior produtor de ogivas nucleares do mundo. Além disso, neste mesmo ano, seguindo a lógica do terrorismo internacional, sem aviso prévio ao Paquistão, os EUA realizaram uma operação secreta para matar o líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, em território paquistanês.

Segundo o relatório sobre gastos militares no mundo do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (SIPRI), divulgado em 8 de junho de 2008, houve um aumento de 45% nos gastos em armamentos em 2008 em comparação com 1999. Segundo esse relatório,

Os EUA continuam sendo o país de maior gasto militar, com 41,5% do total apurado, e despesas de mais de US\$ 600 bilhões ao ano, o que representa um acréscimo de 9,7% em relação a 2007. A China com gastos de US\$ 84,9 bilhões aumentou as suas despesas em 10% em relação a 2007 e aparece agora pela primeira vez em segundo lugar na lista dos países de maiores gastos militares, com 5,8% do total apurado, posição que era anteriormente do Reino Unido, agora ocupando a quarta

posição da lista. Após a segunda posição, seguem na lista a França (US\$ 65,7 bilhões, 4,5% do total)³, Reino Unido (US\$ 65,3 bilhões, 4,5% do total), Rússia (US\$ 58,6 bilhões, 4,0% do total), Alemanha (US\$ 46,8 bilhões, 3,2% do total), Japão (US\$ 46,3 bilhões, 3,2% do total) e Itália (US\$ 40,6 bilhões, 2,8% do total).³

A partir deste relatório, pode-se depreender duas questões: 1) os países desenvolvidos passaram a ampliar seus gastos em defesa, aumentando seus arsenais bélicos e 2) os países em desenvolvimento, como Coreia do Norte, Índia, África do Sul, Brasil, também demonstram aspiração em aumentar seus poderes bélicos e modificar seus *status* no sistema internacional.

A fim de evitar que os questionamentos quanto ao poderio dos EUA no sistema internacional atinjam maiores proporções, os EUA têm recorrido a diversas articulações políticas, econômicas e militares para impedir que terroristas e Estados supostamente patrocinadores de terrorismo passem a ter acesso a tecnologias estratégicas. Um exemplo recente destas articulações é a liderança dos EUA na promoção internacional de sanções contra o Irã em função deste país desenvolver um programa nuclear, o qual alega ser para finalidades pacíficas. A persistência do presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, em desenvolvê-lo tem representado um desafio para os países que possuem um assento definitivo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em especial, os Estados Unidos, na manutenção dos velhos mecanismos da ordem internacional.

Pode-se observar assim, que, apesar deste país continuar a ser o centro hegemônico das relações internacionais, tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento têm articulado novas estratégias para, respectivamente, aumentar e obter poder. Países desenvolvidos, que em diversas circunstâncias, eram favoráveis ao conservadorismo dos mecanismos de poder estruturados ao longo da Guerra Fria passa-

² GRAY, John. *A Al Qaeda e o que significa ser moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 101.

³ *Gasto militar global de 2008 passa de US\$ 1 trilhão*. Brasil Wiki, 16 de junho de 2009.

ram a apoiar a inserção de novos atores nos processos de decisão da política internacional. Exemplo disso é que a França, desde o Governo de Jacques Chirac (1995-2007), defende a reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas e direito de países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia, a obter um assento definitivo neste Conselho.

Nessa conjuntura, em busca de maior influência no jogo político do sistema internacional, o Brasil tem ampliado as suas articulações estratégicas. Gradativamente, o Brasil tem se inserido no mercado de defesa mundial, articulando e negociando contratos para a área militar com países, como França, Inglaterra, Itália, Espanha, EUA, Suécia, República Tcheca e Eslováquia, Israel, Argentina, África do Sul, Ucrânia, China, Portugal, por meio de parcerias, consórcios e *joint ventures*, que envolvem cooperação, desenvolvimento, aquisição, transferência de tecnologia e instalação de linha de montagem em território brasileiro.

A exemplo da iniciativa brasileira de recorrer à França para obter a transferência de tecnologia para o projeto, a construção e a operação de submarinos convencionais e nucleares, o aceite do Governo francês, além de demonstrar a sua insatisfação com a política hegemônica dos EUA no sistema internacional, manifesta que a França reconhece o Brasil como uma potência em ascensão⁴. Por meio do Acordo firmado entre Brasil e França em 7 de setembro de 2009, as indústrias brasileiras ganharam um incentivo a mais para voltar a produzir tecnologias estratégicas que possam atender aos interesses das Forças Armadas e aos interesses do próprio mercado internacional.

De acordo com Renato Dagnino, a *promoção do uso dual e a implantação de procedimentos proativos pela indústria e pelos órgãos militares passaram a ser aceitas como adequadas para forçar a convergência busca-*

*da*⁵. Apesar do período crítico vivenciado por muitas indústrias brasileiras na década de 1990, em especial, as de defesa, as empresas que conseguiram sobreviver neste tempo ficaram fortalecidas, à medida que passaram a produzir tecnologias de uso dual. Além disso, novas estratégias para o fortalecimento dessas indústrias foram viabilizadas ou ainda mais implementadas, como os *offsets*⁶.

A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA REESTRUTURAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

A fim de recuperar o parque industrial de defesa, o Ministério da Defesa (MD) então sob a gestão de Nelson Jobim, promoveu parcerias com outros ministérios, como o da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Outra estratégia foi criar leis que correlacionassem esses ministérios, aumentando a capacidade de produção das indústrias de defesa. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END), dentre os desafios para a instalação da Base Industrial de Defesa (BID), se encontram: o aumento dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, a promoção da isonomia tributária em relação a produtos/materiais importados, a expansão da participação nos mercados interno e externo e o fortalecimento da cadeia de fornecedores no Brasil.

Em 2005, o MD sancionou a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), cuja definição para BID era *conjunto das empresas estatais e privadas, organizações civis e militares, participantes das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa*⁷. Contudo, muitos especialistas e empresários argumentaram que, sozinha, essa lei não conseguiria criar os incenti-

⁴ CORRÊA, Fernanda das Graças. *O projeto do submarino nuclear brasileiro*. Uma história de ciência, tecnologia e soberania. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010.

⁵ DAGNINO, Renato. *A indústria de defesa do Governo Lula*. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 168.

⁶ Offsets são ferramentas políticas de negociação internacional de acordos de compensação comercial, industrial e/ou tecnológica.

⁷ JACINTO, José Carlos. *Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira e suas necessidades de diversificação para sobrevivência* – estudo de caso. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de novembro de 2006. p. 5.

vos industriais, comerciais e tecnológicos necessários para a recuperação da BID. Assim, o MD, o MCT e o MDIC resolveram juntos associar a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) à Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI), na END, cujos objetivos são *recuperar e incentivar o crescimento da base industrial instalada, ampliando o fornecimento para as Forças Armadas brasileiras e exportações* (END:54). Dessa forma, além de fortalecer a capacidade industrial brasileira e de promover eventos, feiras, *workshops*, essa nova estratégia busca incentivar as empresas brasileiras a produzirem tecnologias para o mercado de exportação.

As empresas que se interessarem em participar do processo de reestruturação da BID passarão por um processo seletivo, coordenado pelo MD. Os projetos dessas empresas serão avaliados de acordo com as ações estratégicas deste ministério e dentre as características que devem apresentar, constam: o atendimento da demanda pública, a possibilidade de uso comum pelas instituições militares, a oferta de tecnologias que atendam ao uso civil e militar, tecnologias com potencial exportador, índice de nacionalização, e o potencial de embargo internacional. No caso do projeto do submarino nuclear, é a estatal francesa DCNS que está selecionando, no parque industrial brasileiro, as empresas capazes de produzir peças e tecnologias para os submarinos convencionais e o nuclear que serão construídos em território nacional. A Marinha do Brasil é responsável pela aprovação das indústrias selecionadas pela estatal francesa. O primeiro submarino convencional, modelo *scorpène*, já está sendo construído na França, desde 2010, com acompanhamento de engenheiros e técnicos das empresas e da Marinha do Brasil em território francês.

A empresa brasileira ENGESA, por exemplo, consagrou-se na produção de veículos bélicos para as Forças Armadas brasileiras e para o mercado internacional na

década de 1970 e início da década de 1980. Contudo, essa indústria também produzia tecnologias civis, como o jipe ENGESA-4. Este tipo de jipe foi criado, a princípio, para atender às demandas do Exército Brasileiro (EB). Este tipo de jipe foi desenvolvido com motor de até seis cilindros, tração nas quatro rodas e sistema de roda-livre com acionamento manual no cubo das rodas. De acordo com Expedito Carlos Stephani Bastos, *o jipe foi produzido até 1993, e teve umas 3.500 unidades produzidas, das quais mais de 1.000 vendidas fora do Brasil*⁸. No entanto, após o seu colapso, outras empresas compraram as ferramentas que restaram da ENGESA e voltaram a produzir o jipe de sucesso nacional e internacional. O EB continuou sendo o maior comprador desses jipes blindados. Em 2002, antigos funcionários da ENGESA uniram forças e constituíram a parceria Columbus Comercial, Importadora e Exportadora Ltda-CEPPE Equipamentos Industriais Ltda, desenvolvendo o projeto de um novo jipe militar, o *Marruá*, o qual renovou parte da frota de jipes blindados do EB. Nesse mesmo ano, segundo Bastos, a Agrale manifestou interesse em assumir a construção deste projeto. Atualmente, essa empresa produz o *Marruá* tanto para uso civil quanto para o próprio EB. Domício Proença Júnior afirma que *existe conhecimento científico útil e atual para a consideração dos assuntos relacionados com defesa e segurança, e para a formulação, seleção, gestão e avaliação de estratégias*⁹. O jipe tipo *Marruá* é o exemplo de que a produção científica e o desenvolvimento tecnológico produzido por empresas nacionais que entraram em crise ou em colapso na década de 1990 não se perderam com os tempos de abandono que os governos deste período as forçaram passar. Além disso, a parceria empresarial Columbus-CEPPE constituiu também uma estratégia para que ambas pudessem sobreviver, fortalecer suas capacidades produtivas e competitivas nesses novos tempos.

⁸ BASTOS, Expedito Carlos Stephani. *As exportações da ENGESA e seus reflexos na atualidade*. Defesamet, 11 de março de 2003.

⁹ PROENÇA JÚNIOR, Domício. In: PINTO, J. R. de Almeida. ROCHA, A. Ramalho da. PINHO DA SILVA, R. Doring. (Org) *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004. p. 94.

Nessa conjuntura atual, algumas empresas nacionais já buscaram encontrar novas estratégias para se tornarem mais competitivas. Dentre essas estratégias se encontram a utilização de novos e a adaptação de velhos conceitos empresariais, tais como integração, a facilidade de uso, portabilidade, reusabilidade, sincronismo, custo, tempo, durabilidade, parcerias empresariais e a redefinição do papel das empresas nesses novos tempos.

As empresas que estão procurando se inserir no mercado de defesa adquiriram uma nova percepção de seus papéis. De acordo com essa percepção, são os seus clientes que definem o que querem que as tecnologias desenvolvidas por elas façam. Muitas dessas empresas promovem ensaios destrutivos para avaliar as condições de seus produtos mediante impactos ou danos intempestivos, podendo assim, detectar falhas que eventualmente podem acontecer, melhorando a qualidade e prolongando a vida útil de seus produtos. Exemplo disso são as empresas especializadas em sistemas de *software*. A Harpia, empresa brasileira especializada em comercializar *software* para clínicas de diagnóstico, consultórios médicos e academias de ginástica, tem voltado seus interesses para também atender às demandas das Forças Armadas. Em simpósio¹⁰ recentemente realizado pela empresa estadunidense National Instruments no Centro de Computação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, o engenheiro de vendas da Harpia, fez demonstrações das tecnologias desenvolvidas, apresentando um novo sistema de *software* para gerenciamento de dados, capaz de prever falhas no sistema, enquanto, por exemplo, um avião estiver voando ou um navio estiver navegando. Embora não seja de domínio público quais empresas

nacionais e internacionais participam no desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), sabe-se que, além de empresas nacionais serem capazes de desenvolver sistemas de gerenciamento, como a privada brasileira Atech, a BAE Systems¹¹ disputou a concorrência com empresas italianas, alemãs e francesas pelo mercado de defesa brasileiro. Um dos interesses da BAE System no mercado de defesa brasileiro é *estender o modelo de parceria estratégica com o Brasil para o programa de gerenciamento da Amazônia Azul. Neste caso, segundo ele, tem a intenção de fornecer uma rede de sistemas de segurança e defesa para auxiliar o sistema de gerenciamento dessa região*¹². Em 15 de setembro de 2010, a BAE System sob consentimento do Governo inglês, propôs ao Brasil uma parceria estratégica de longo prazo, que contemplava *o desenvolvimento conjunto de navios de combate e a possibilidade de participação do País no desenvolvimento da nova geração britânica de navios de guerra, batizado de Programa Global de Navio de Combate*¹³. Dean McCuminsky, diretor-geral de Desenvolvimento de Negócios da BAE para a Europa e Américas, afirmou que *a parceria que está sendo proposta prioriza a transferência de tecnologia de modo a capacitar a base industrial nacional do setor naval para projetar, produzir e operar seus próprios equipamentos e sistemas e exportá-los para outros países*¹⁴.

Independente das participações de empresas nacionais e internacionais na empreitada, segundo o Almirante Elis Treidler Oberg, diretor de Sistemas de Armas da Marinha, o SisGAAz *vai possibilitar um total conhecimento sobre o que se passa na superfície, na subsuperfície e no espaço aéreo das águas jurisdicionais brasileiras e em boa parte do Atlântico Sul*¹⁵. Assim, além das em-

¹⁰ Simpósio de Tecnologia para Aplicações Militares, Aeroespaciais e de Defesa realizado pela National Instruments, em 18 de maio de 2010, no Centro de Computação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

¹¹ Empresa multinacional fruto da fusão da British Aerospace com a Marconi Electronic Systems, em 1999.

¹² *BAE Systems almeja contratos da Marinha*. Clipping de Notícias do Ministério do Planejamento, 15 de setembro de 2010.

¹³ *BAE Systems almeja contratos da Marinha*. Clipping de Notícias do Ministério do Planejamento, 15 de setembro de 2010.

¹⁴ *BAE Systems almeja contratos da Marinha*. Clipping de Notícias do Ministério do Planejamento, 15 de setembro de 2010.

¹⁵ *Sessão Plenária atrai público*. CASNAV. 2003.

presas e dos pesquisadores que desenvolveram os sistemas serem capazes de auxiliar as Forças Armadas a prever falhas técnicas em tempo real, estes sistemas de *softwares* permitem as estas Forças conhecerem, mapearem e controlarem os espaços. O Almirante Oberg acrescenta ainda que,

Ele vai ser constituído por fases. A primeira fase nós estamos começando a delinear a arquitetura, que será integrar toda uma série de sistemas que a Marinha já opera e, posteriormente, robustecendo as suas partes, agregando uma série de sensores e veículos aéreos não tripuláveis. Vamos partir do simples e ir aumentando as necessidades implementando outros sensores e outros sistemas de forma a ter total cobertura do que nós necessitamos saber dentro das águas jurisdicionais brasileiras, dentro da parte submarina e do espaço aéreo.¹⁶

Nesse processo de redefinição, a produção em massa é descartada por essas empresas. Para melhorar a qualidade e prolongar a vida útil de seus produtos, as empresas produzem tecnologias específicas, focando o mercado que querem comercializar e continuando a gerenciar o produto mesmo depois de vendido. A nova tendência internacional é que os clientes definam quais tecnologias as empresas devem produzir. Um exemplo disso é a negociação de tecnologias estratégicas para a construção do submarino nuclear brasileiro. Vários países se propuseram a vender submarinos nucleares para o Brasil, contudo, o fato de o Brasil exigir a transferência de tecnologia foi imperativo para que o País escolhesse negociar com a França.

O Acordo Militar Brasil-França de 2009, além de incluir a tecnologia para a construção do casco do submarino nuclear brasileiro, incluiu a construção de 50 helicópte-

ros *EC-725*, a aquisição de equipamentos para soldados, como os de visão noturna e chips para localizá-los em florestas, desenvolvimento de satélites para monitoramento da Amazônia, construção em série de quatro submarinos convencionais e acordos de cooperação para a formação de soldados. A aquisição destes submarinos, mediante transferência de tecnologia, foi denominada Programa de Submarinos (PROSUB). Além disso, o MD ainda está analisando as opções de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB). No Seminário de Interesse Econômico para a Indústria de Defesa Brasil-França¹⁷, que ocorreu nos dias 3 e 4 de março de 2009, na Federação das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), Jean-Marc Merialdo, diretor da *Rafale* Internacional do Brasil, afirmou que, caso o modelo *Rafale* seja o escolhido, a empresa instalará a linha de montagem no Brasil. A empresa sueca que está na competição para o fornecimento dos 36 caças para a FAB também demonstrou interesse em instalar uma linha de montagem do *Gripen* no Brasil.

OS BENEFÍCIOS DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E AS NOVAS PARCELIAS ESTRATÉGICAS BRASILEIRAS

Segundo Enrique Saravia,

o desenvolvimento tecnológico que o mundo registra gerou uma convicção generalizada de que o país que não possui tecnologia própria ou não estabelece uma relação madura em matéria de transferência de tecnologia está condenado à dependência política e econômica.¹⁸

Embora sejam as empresas que produzem tecnologias, a transferência de conhecimento, material e/ ou pessoal estratégico é uma decisão política. O Acordo Militar Brasil-França constitui uma parceria estratégica tanto para o Brasil quanto para a

¹⁶ *Sessão Plenária atraindo público*. CASNAV. 2003.

¹⁷ Relatório Pós-Evento Seminário de Interesse Econômico para a Indústria de Defesa Brasil-França, entre os dias 3 e 4 de março de 2009, na Federação das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP).

¹⁸ SARAIVA, Enrique J. *Criação e transferência de tecnologia nas empresas industriais do Estado*. Revista de Administração de Empresas, FGV, Rio de Janeiro, Jul/Set de 1987. p. 17.

França, em função de ambos os países almejarem, respectivamente, obter e aumentar suas projeções no sistema internacional. Retomando o exemplo da escolha dos caças para a FAB, embora esta força ainda esteja estudando minuciosamente os modelos dos caças, *Bengt Janer*, da assessoria da sueca SAAB, informou que esta empresa já se encontra há um ano projetando com empresas brasileiras a fusilagem (*sic*) intermediária, tra-seira, parte de asas e portas do trem de pouso para o *Gripen Mundial*¹⁹.

Outros países europeus, como a Itália, têm demonstrado interesse em fechar acordos estratégicos na área de defesa, incluindo transferência de tecnologia, com o Brasil. A Finmeccanica, oitava maior companhia mundial e maior grupo italiano no setor aeroespacial e de defesa, afirmou que seu interesse em investir nesse setor no Brasil se justifica em função deste representar na atual conjuntura um dos poucos mercados mundiais em crescimento acelerado e ainda não dominado por indústrias estadunidenses²⁰. Contudo, a dependência científica e tecnológica ainda constitui um desafio para o Governo brasileiro.

Em 6 de maio de 2010, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, declarou o seguinte:

há vários componentes do programa nuclear e espacial que o Brasil não consegue dos países que detêm essa tecnologia por motivos que todos entendemos. Não podemos ficar temerosos do que pode acontecer. Mas já estamos enfrentando em muitos aspectos essa questão. É quase um boicote.²¹

Como ressaltado, a transferência de tecnologia é uma das estratégias principais do MD para superar a estratificação do poder, a dependência tecnológica e aumentar a

produtividade das empresas. De acordo com R. Fernandes, *um dos fatores essenciais na transferência de tecnologia é o risco percebido, aliados às incertezas associadas com as novas tecnologia*²². Uma das muitas questões a serem analisadas nos contratos de transferência de tecnologia que estão sendo assinados pelo Brasil é a qualidade da tecnologia que está sendo oferecida. Na década de 1970, por exemplo, por pressão internacional, o Governo alemão consentiu que seus empresários oferecessem apenas ao Brasil a tecnologia de jato centrífugo, um processo que ainda se encontrava em nível experimental na Alemanha Ocidental. Como não havia uma infraestrutura mínima e um conhecimento aprofundado sobre a tecnologia nuclear alemã, as metas do Programa Nuclear Brasileiro (PNB) nem de longe puderam ser atingidas nas décadas seguintes²³. A constatação da veracidade dessa informação é que, tal como o atual ministro da Ciência e Tecnologia declarou, ainda hoje o PNB continua sofrendo críticas, espionagem e boicote internacional. A fim de ter a sua continuidade, em 2009, o projeto nuclear da Marinha, oficialmente, passou a integrar o PNB.

Segundo Deborah Zouain, uma questão que deve ser levada em consideração é que a transferência de tecnologia não deve ser concebida como o ponto de partida para o desenvolvimento da capacitação tecnológica, mas sim, parceira desse desenvolvimento²⁴. Exemplo disso é a parceria da empresa espanhola Aernnova com a Empresa Brasileira de Aeronáutica SA (Embraer). Esta empresa brasileira é a terceira maior produtora de aviões, de uso civil e militar, da atualidade. Em 2009, a Aernnova instalou em São José dos Campos, em São Paulo, um centro internacional de desenvolvimento de projetos de engenharia chamado Aernnova Engineering. Esta empresa possuía apenas

¹⁹ *Jobim prepara anúncio do Rafale. Correio Braziliense*, 3 de agosto de 2010.

²⁰ Brasil é prioridade. *Correio Braziliense*, 31 de maio de 2010.

²¹ *Programa nuclear faz País enfrentar boicote, diz ministro. Estado de São Paulo*, 6 de maio de 2010.

²² FERNANDES, R. *Tecnologia: aquisição, desenvolvimento, proteção, transferência e comercialização*. Rio de Janeiro: Quadrantim, 1998. p. 95.

²³ CORRÊA, Fernanda das Graças. *Ernesto Geisel e o Acordo do Século: a energia nuclear e o desenvolvimento brasileiro (1974-1979)*. São Paulo: Clube Autores, 2011.

²⁴ ZOUAIN, Deborah Moraes. *Gestão de instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 50.

três unidades como essa: duas na Espanha e uma nos Estados Unidos. Segundo o diretor-presidente da Aernnova, Adel Ben-Smida, a empresa tem interesse em participar dos projetos do avião KC-390, dos novos caças para a FAB (FX-2) e dos helicópteros EC-725 que serão fornecidos às Forças Armadas pela Helibras²⁵. O interesse desta empresa em ser parceira da Embraer só se sustentou em função de no Brasil haver condições científicas e tecnológicas que garantam o desenvolvimento de tecnologias estratégicas. Nota-se, assim, que o Brasil tem representado para as indústrias de defesa europeias, como a Dassault Aviation, a DCNS, a BAE System, a Eurocopter, a Aernnova, a Finmeccanica, um promissor mercado de importação de suas tecnologias.

A transferência de tecnologia, além de produzir o desenvolvimento da indústria de base, oferece geração de empregos, capacitação do pessoal e absorção de tecnologia pelas empresas. Segundo Eduardo Brick,

as áreas de conhecimento necessárias ao desenvolvimento de sistemas técnicos são todas as engenharias, as ciências exatas (química, física, matemática, estatística, etc.), a computação, as ciências dos materiais (metalurgia, cerâmica, etc.), biologia e psicologia, entre outras.²⁶

Assim, a transferência de tecnologia também constitui uma atividade multidisciplinar, pois desenvolve e/ou cria outras áreas do conhecimento. Na década de 1980, por exemplo, o Programa Nuclear da Marinha permitiu que se desenvolvesse a mecatrônica no Brasil, uma área que até então não havia sido desenvolvida no País.

Em contrapartida, os *offsets* também têm contribuído para desenvolver a BID. Um de seus benefícios é a maximização dos lucros advindos do setor de defesa. Um exemplo disso são os aviões da FAB modelo C-295. Esses aviões são bimotores turbo-hé-

lices desenvolvidos pela empresa espanhola Construcciones Aeronáuticas SA (CASA). Em 2000, a empresa francesa Aérospatiale-Matra, a CASA e a empresa alemã Daimler-Chrysler Aerospace AG (DASA) se uniram e constituíram European Aeronautic Defence and Space Company EADS N.V. (EADS).

Em 2005, os 12 aviões modelo C-295 foram vendidos à FAB por US\$ 270 milhões. Atualmente, a empresa espanhola Airbus Military está negociando a venda de mais oito aviões C-295 para a FAB. Apesar do presidente da empresa, Domingo Ureña-Raso, optar por não revelar o valor dessa nova oferta de negociação, o acordo de *offset* (compensação tecnológica) para esses contratos prevê contrapartida de 120% por parte da EADS. Entre as beneficiadas está um consórcio de pequenas fornecedoras do setor aeronáutico brasileiro e a Atech²⁷.

Desde 2002, as negociações de contratos de importação de produtos estratégicos pelas Forças Armadas, com valor superior a US\$ 5 milhões, devem incluir acordos comerciais, industriais e tecnológicos. Por amparo legal, as Forças Armadas brasileiras podem negociar com seus fornecedores internacionais compensações tecnológicas, como transferência de tecnologia para empresas públicas e privadas brasileiras. Por meio desse amparo legal, o valor a ser compensado deve corresponder a 100% do valor do contrato principal. O PROSUB, por exemplo, está avaliado pela Marinha em aproximadamente 6,7 bilhões de euros. Segundo estimativas recentes desta força, mais de 30 empresas brasileiras já manifestaram interesses em *offsets* nesse projeto. Em função da construção do estaleiro, da base e dos próprios submarinos convencionais e do nuclear, nas imediações de Itaguaí, município do estado do Rio de Janeiro, esta região tem atraído diversos projetos empresariais. A saber, alguns exemplos: a Nuclebrás Equipamentos Pesados SA (Nuclep), além de participar da absorção da tecnologia dos cascos dos submarinos

²⁵ Brasil atrai gigantes do mercado europeu. *Diário Comércio, Indústria & Serviços*, 17 de maio de 2010.

²⁶ BRICK, Eduardo Siqueira. *O Ministério da Defesa e o Processo de Aparelhamento de Sistemas Técnicos de Defesa*. *Revista de Estudos Estratégicos*, UFF, Niterói, p.13-14.

²⁷ Airbus Military vende oito aviões C-295 para FAB. *Valor Econômico*, 9 de junho de 2006. Disponível no sítio eletrônico da FAB http://www.fab.mil.br/porta/capa/index.php?datan=09/06/2010&page=mostra_notimpol#7.

classe *scorpène*, construirá nas proximidades da região uma fábrica de motores para propulsão naval destinados a navios de grande porte na ordem de R\$ 47 milhões. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) declarou que construirá uma plataforma logística, que compreende pátio de contêineres, armazéns para produtos siderúrgicos e um plano, de aproximadamente R\$ 4,6 bilhões, que incluirá um terminal portuário. Ao lado da área que será utilizada pela CSN se encontram terrenos da Petrobras e da Gerdau. Além disso, o Governo Federal e o Governo Estadual do Rio de Janeiro uniram forças para construir uma rodovia de 145 quilômetros, o chamado Arco Metropolitano. Esta extensão permitirá um acesso facilitado às rodovias que ligam o Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. Além disso, esse caminho se torna uma alternativa à Ponte Rio-Niterói no caminho para o Espírito Santo. Segundo Cristiano Prado, gerente de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan, *o acesso aos portos será facilitado e isso está levando indústrias à região*²⁸. Além dessas construções, os programas estratégicos das Forças Armadas, em especial, o PROSUB, têm promovido uma nova articulação no parque industrial de defesa, no qual grandes conglomerados têm surgido representado pela união de interesses e de grandes empresas interessadas em se projetar neste tipo de mercado, como a aquisição da Mectron pela Odebrecht e a parceria em *joint venture* desta empresa privada brasileira com a francesa DCNS para a produção do estaleiro e da base de submarinos, a qual se convencionou chamar de Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou Itaguaí Construções Navais (ICN).

Encerra-se este artigo ponderando algumas questões que, naturalmente, irão surgir nesta inserção brasileira no mercado de defesa: o MD visa a acelerar esta inserção buscando apoio nas indústrias privadas. Por meio das Golden Shares, em especial, o poder de veto, o Governo brasileiro tem buscado participar indiretamente dos programas estratégicos de defesa. É importante que surjam perguntas como: *existe algum con-*

trole do Estado sobre a tecnologia absorvida pelas empresas?, ou quais interesses estão por detrás dessas empresas?, ou será que todas são majoritariamente de capital nacional?, ou ainda caso essas empresas queiram repassar esta tecnologia para um país que no futuro seja nosso inimigo, há sanções contra isso?. Considerando a importância e a gravidade destas questões, conhecer as indústrias participantes dos programas, mapeá-las, inspecioná-las, supervisioná-las a fim de que o controle dos programas estratégicos esteja nas mãos do Estado, é importante para garantir a eficiência da defesa nacional, a estabilidade e a paz mundial.

CONCLUSÃO

A conclusão que se pode chegar com esse texto é que tanto as Forças Armadas e empresas brasileiras quanto os países europeus e suas empresas de defesa poderão vir a se beneficiar política, econômica e militarmente com a cooperação estratégica na área de defesa. No entanto, apesar de todo o esforço brasileiro na promoção da paz, o País continua sendo alvo de cerceamentos, espionagem e da estratificação do poder mundial. Até que ponto a obtenção do assento definitivo do Conselho de Segurança da ONU irá tornar o Brasil mais influente no jogo político do sistema internacional é bastante discutível. Os países desenvolvidos que promovem essa estratificação, em especial, os EUA, argumentam que não há necessidade de um país pacífico, como o Brasil, realizar maiores investimentos em defesa. Porém, nenhum país que almeja ascensão neste sistema abdicou de investimentos em defesa. Embora países desenvolvidos manifestem o interesse de realizar negócios no setor de defesa com o Brasil, buscam impedir que este País tenha acesso irrestrito a tecnologias sensíveis. Além de razões políticas, razões econômicas também se coadunem com o interesse dos países desenvolvidos de vetar o acesso a este tipo de tecnologia.

Associar o desenvolvimento de programas estratégicos de empresas e das

²⁸ Estaleiro da Marinha custará R\$ 15 bilhões. Portal Clipping, 11 de julho de 2010.

Forças Armadas à capacitação científica e tecnológica nacional tem sido uma das principais estratégias do MD e do MCT para burlar o cerco de pressões internacionais e atingir a meta de transformar o Brasil em uma potência mundial.

A parceria estratégica com o Brasil pode propiciar às empresas estrangeiras ganhos econômicos e políticos. Para as empresas brasileiras, as compensações podem propiciar melhorias na qualidade de seus produtos, mais clientes e vultosos ganhos econômicos. E, finalmente, para as Forças Armadas, os produtos estratégicos tendem a vir com a transferência de suas tecnologias, propiciando-as conhecimento científico e tecnológico e a autonomia na condução de seus programas estratégicos.

Na questão da transferência de tecnologia é importante destacar que o seu pleno êxito se torna possível quando os países que a adotam já possuem um grau mínimo de desenvolvimento científico e tecnológico e de infraestrutura. Constatou-se, assim, que, apesar do delicado período enfrentado pelas indústrias de defesa brasileiras na década de 1990, o conhecimento científico e as equipes civis e militares que conduziam os projetos estratégicos não se dispersaram. Quando estes projetos voltaram a ser defendidos pelas autoridades políticas e novos investimentos governamentais foram realizados constatou-se que houve pouco retrocesso nas pesquisas científicas e nas aplicações tecnológicas empreendidas nas indústrias de defesa e nos laboratórios das Forças Armadas.

A partir do século XXI, em função do novo cenário internacional que se configurou, as políticas e as estratégias de defesa foram reestruturadas, propiciando novas percepções estratégicas tanto para o Governo quanto para as Forças Armadas brasileiras. O uso dual dos produtos estratégicos produzidos pelas Forças Armadas resgatou os *offsets*, repassando às empre-

sas nacionais a tecnologia estrangeira. Por amparo legal, as Forças Armadas podem compensar seus gastos e restituir o valor total investido na aquisição da tecnologia estratégica estrangeira.

Ao que parece que no Brasil está ocorrendo uma mobilização que conta com o apoio do Governo para reorganizar as indústrias de defesa e fortalecê-las. Isso tem atraído outros tipos de indústrias que desejam também se inserir no mercado de defesa, como as de *software*, siderúrgicas, tecnologias da informação, etc. Esta reorganização tem incentivado a novos arranjos empresariais, como a citada SPE.

Os recentes acordos do Brasil com países europeus, objetivando a reestruturação da BID, estão associados ao desenvolvimento sócioeconômico, à diminuição das vulnerabilidades, ao aumento do grau de autonomia tecnológica na condução dos programas estratégicos e, sobretudo, à promoção do *status* do País no sistema internacional. Assim, torna-se importante assinalar que os novos arranjos na área da defesa se, por um lado, estimulam a inovação científica e tecnológica nas indústrias e as fortalecem, por outro, estas empresas, ao absorverem a tecnologia sensível e, portanto, estratégica, não possuem maiores impedimentos políticos na sua comercialização. Isso é preocupante do ponto de vista político, à medida que esses produtos estratégicos de defesa, produzidos em território nacional, além de não serem controlados pelo Estado, podem, no mínimo, se tornar, a médio prazo, ultrapassados e obsoletos, e, no pior dos casos, armar os nossos futuros inimigos. Embora as estratégias do Governo brasileiro tenham rendido resultados até o momento frutíferos é importante que este inspecione, supervisione, controle e, se necessário, vete qualquer decisão que empresas nacionais e internacionais possam tomar no sentido de ameaçar ou prejudicar não só a nossa segurança, mas também a nossa soberania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Airbus Military vende oito aviões C-295 para FAB. Valor Econômico, 9 de junho de 2006. Disponível no sítio eletrônico da FAB http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?datan=09/06/2010&page=mostra_notimpol#7

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. As exportações da ENGESA e seus reflexos na atualidade. Defesanet, 11 de Março de 2003. Disponível em < <http://www.defesanet.com.br/rv/engesa/export.htm> >.

Brasil atrai gigantes do mercado europeu. *Diário Comércio, Indústria & Serviços*, 17 de maio de 2010. Disponível em < http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=18&id_noticia=327300 >.

Brasil é prioridade. *Correio Braziliense*, 31 de maio de 2010. Disponível em < http://www.defesanet.com.br/10_05/100531_07_cb_finmeccanica.html >.

BRICK, Eduardo Siqueira. O Ministério da Defesa e o Processo de Aparelhamento de Sistemas Técnicos de

Defesa. *Revista de Estudos estratégicos*, UFF, Niterói. Disponível em < <http://www.nestbrasil.com/rest/page8/files/rested1-brick.pdf> >.

CORRÊA, Fernanda das Graças. O projeto do submarino nuclear brasileiro. Uma história de ciência, tecnologia e soberania. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2010.

CORRÊA, Fernanda das Graças. *Ernesto Geisel e o Acordo do Século*: a energia nuclear e o desenvolvimento brasileiro. Clube de Autores: São Paulo, 2011.

DAGNINO, Renato. *A indústria de defesa do Governo Lula*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em < http://www.blogger.com/goog_1373756907defesa_nacional_portugues.pdf >.

Estaleiro da Marinha custará R\$ 15 bilhões. Portal Clipping, 11 de julho de 2010. Disponível em < <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2010/7/11/estaleiro-da-marinha-custarar-15-bilhoes> >.

FERNANDES, R. *Tecnologia*: aquisição, desenvolvimento, proteção, transferência e comercialização. Rio de Janeiro: Quadrantim, 1998.

Gasto militar global de 2008 passa de US\$ 1 trilhão. Brasil Wiki, 16 de junho de 2009. Disponível em < http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=11529 >. Acessado em 16 dez 2009.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

JACINTO, José Carlos. Considerações sobre a cadeia de suprimentos da indústria bélica brasileira e suas necessidades de diversificação para sobrevivência – estudo de caso. [online]. XIII SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de novembro de 2006. Disponível em < http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/874.pdf >.

Jobim prepara anúncio do Rafale. *Correio Braziliense*, 3 de agosto de 2010. Disponível em < <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia182/2010/08/03/mundo,i=205735/JOBIM+PREPARA+ANUNCIO+DO+RAFALE.shtml> >

PINTO, J. R. de Almeida. ROCHA, A. Ramalho da. PINHO DA SILVA, R. Doring. (Org) *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país*. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

Programa nuclear faz País enfrentar boicote, diz ministro. *Diretório Estadão*, 6 de maio de 2010. Disponível em < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100506/not_imp547597,0.p%E2%80%A6hp >.

Relatório Pós-Evento Seminário de Interesse Econômico para a Indústria de Defesa Brasil-França, entre os dias 3 e 4 de março de 2009, na Federação das Indústria do Estado de São Paulo (FIESP). Disponível em < <http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/relat%C3%B3rio%20-%20semin%C3%A1rio%20de%20interesse%20econ%C3%B4mico%20brasil%20-%20fran%C3%A7a.pdf>>.

SARAVIA, Enrique J. Criação e transferência de tecnologia nas empresas industriais do Estado. *Revista de Administração de Empresas*, FGV, Rio de Janeiro, Jul/Set de 1987.

Sessão Plenária atrai público. CASNAV. 2003. Disponível em < <https://www.casnav.mar.mil.br/noticias7.php>>.

Simpósio de Tecnologia para Aplicações Militares, Aeroespaciais e de Defesa realizado pela National Instruments, em 18 de maio de 2010, no Centro de Computação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro.

Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. ABIMDE, 30 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.abimde.org.br/?on=noticias¬icia_id=481>.

ZOUAIN, Deborah Moraes. *Gestão de instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Resenha

Vasco Mariz

Brasil, uma cartografia

Vasco Mariz

Embaixador, Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio Correspondente da Real Academia de la Historia, da Espanha; da Academia de Historia da Argentina; e da Academia Portuguesa de História. É autor de diversos trabalhos, dentre eles: Villegagnon e a França Antártica (com Lucien Provençal, 2000; edição francesa de 2002); La Ravardière e a França Equinocial (2007); A música no Rio de Janeiro no tempo de D. João VI (2008); e Temas da Política Internacional (2008).

Resenha de KNAUSS, Paulo; RICCI, Claudia e CHIÁVARI, Maria Pace. *Brasil, uma cartografia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

Desde a sua descoberta o Brasil sempre interessou os cartógrafos de vários países da Europa. No início do século XVI, os portugueses tinham bons especialistas e seus segredos eram cuidadosamente guardados pelo próprio rei até que um retumbante escândalo ocorreu: o desaparecimento do famoso mapa de Cantino, que teve muita utilidade para os navegadores interessados em alcançar o Brasil.

Também aqui no Brasil entidades públicas e privadas foram recentemente vítimas de roubos mais ou menos sensacionais e, como resultado, fecharam quase completamente o acesso aos interessados em estudar seus melhores tesouros. A Biblioteca Nacional e a mapoteca do Itamaraty tiveram sérios problemas, ainda não plenamente resolvidos, e se encolheram aos estudiosos. Mesmo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, detentor de uma boa coleção de mapas de valor, dificulta o acesso com alguma razão. Toda cautela é pouca porque alguns colecionadores particulares, no seu entusiasmo pela cartografia, instigam hábeis ladrões a se apossarem de obras preciosas. Até mesmo as grandes casas internacionais de leilões por vezes ainda oferecem peças de procedência duvidosa.

Eis que surge agora no mercado de livros no Brasil uma peça rara que alegrou

os numerosos entusiastas da cartografia. Trata-se de mais uma publicação da editora Casa da Palavra, desta vez patrocinada pela PROFARMA, e intitulada *Brasil, uma cartografia*, belíssima obra em cores elaborada cuidadosamente por três especialistas: Paulo Knauss, professor doutor da UFF e atual diretor do Arquivo de Estado do Rio de Janeiro; Claudia Ricci, doutora em História pela UFRJ e pesquisadora de arte e imagem, e Maria Pace Chiávári, arquiteta formada em Florença e Paris.

O presente livro é um verdadeiro retrato de uma Nação que vai mudando sua fisionomia, ao mesmo tempo em que se desenvolve, a um só tempo inserida no contexto mundial e voltada para um itinerário próprio de eventos e conquistas particulares.

Os autores conhecem bem os caminhos do Brasil, seu desenvolvimento, delimitações e sua história. A presente obra atravessa o tempo apresentando, com uma rica coleção de mapas, uma trajetória que conjuga olhares que enxergam o País ao longo dos seus cinco séculos pelo mar, pela terra e pelos céus. Uma história em permanente movimento. Uma história do Brasil e de todos nós.

Na realidade os mapas contam histórias e este livro nos exhibe os diversos modos

em que o Brasil foi representado no período colonial. No primeiro capítulo, o Brasil é representado na cartografia a partir do mar, isto é, os primeiros contatos dos europeus com a terra a partir da costa atlântica. A ciência dos príncipes, como já se batizou a cartografia, foi aqui manejada com desenvoltura e clareza e vemos reproduções de alguns dos primeiros mapas importantes do Brasil, a saber: o planisfério dito del Cantino (1502), o planisfério de Juan de la Cosa (Madri, 1505), o *mapa mundi de Waldseemüller* (1507) e até o belo mapa de Le Testu (1555), cartógrafo francês precursor da expedição de Villegagnon.

Faço aqui um pequeno parêntese para dizer que, se tivesse sabido que Paulo Knauss estava preparando este livro, eu lhe teria oferecido um interessante mapa da região de São Luís e da Ilha Grande, no Maranhão, de autoria de João Teixeira Albernaz, a partir de outro mapa oferecido por La Ravardière a Diogo de Campos Moreno durante a trégua de 1614 e que está publicado no *Livro que dá razão ao estado do Brasil* e também é uma das ilustrações de meu livro *La Ravardière e a França Equinocial*, publicado em 2007 pela Topbooks.

Os autores passam depois a abordar o Brasil a partir da terra, da conquista dos sertões à soberania territorial, sempre com ilustrações de mais alta qualidade. Reproduziram as famosas gravuras de Theodore de Bry utilizadas em 1594 no famoso livro de Jean de Léry e ainda outras publicadas no livro de André Thevet em 1575, que foram os primeiros olhares europeus sobre os habitantes indígenas da Baía de Guanabara. Os autores publicaram também outros mapas menos conhecidos e também de considerável interesse e valor, de autoria de Ramusio (1556) e de Albernaz (1642).

A terceira parte desta iluminada obra está dedicada aos céus: o Brasil das guerras e da democracia, que os autores iniciam com interessantes figuras do 1º Regimento de Artilharia a cavalo da guerra do Paraguai, uma bela litografia do século XIX. O capítulo nos oferece ainda uma série de fotografias aéreas de várias regiões do País, não só de bastante interesse como de bonito efeito gráfico. O livro inclui também um instrutivo resumo em inglês do texto com pequenas reproduções das principais ilustrações.

Em suma, a presente edição vem preencher uma lacuna bibliográfica, pois os títulos mais recentes são alusivos a coleções privadas quase sempre concentradas na cartografia colonial. No presente livro os autores trataram não somente da cartografia colonial, sempre a mais atraente, mas também se preocuparam com a cartografia nacional, chegando até a contemporânea. Reuniram cartas, manuscritos impressos e até digitais. É justo sublinhar que houve um esforço para interpretar a história das representações do Brasil na cartografia.

Os autores foram além da referência a Jaime Cortesão e seu clássico livro sobre o Brasil nos mapas. Acredito que desejaram ressaltar a história do olhar como possibilidade de abordagem da história da cartografia, caracterizando visões a partir do mar, da terra e dos céus, podendo relacionar mapas inclusive de contextos distintos.

Finalmente, cabe-me salientar o trabalho da produção que permitiu reunir mapas de diversos arquivos, de diferentes países e de diferentes regiões do Brasil. Podemos resumir dizendo que este livro é uma feliz abordagem da história do Brasil através dos mapas. Renovo aqui minhas congratulações aos autores do livro, ao patrocinador e à editora, que soube apresentá-lo com bom gosto e originalidade.

Documento

DOCUMENTO: Carta do Atlântico, abrangendo o Sudoeste da Europa, as costas do Brasil e da África Ocidental.

DATA: 1776.

LOCALIZAÇÃO: Arquivado na Divisão de Documentos Escritos da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha sob o número: Obras Raras (OR)-018.

RESUMO: Desenho à tinta ferrogálica, aguada, color; pergaminho; 88x76cm.

